

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA
LINHA DE PESQUISA: GRAMÁTICA, SEMÂNTICA E LÉXICO**

VERA PIVETTA

**OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UMA DISCUSSÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS TRAÇOS SEMÂNTICO-
PRAGMÁTICOS – animacidade/especificidade vs. gênero semântico**

PORTO ALEGRE

2015

VERA PIVETTA

**OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UMA DISCUSSÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS TRAÇOS SEMÂNTICO-
PRAGMÁTICOS – animacidade/especificidade vs. gênero semântico**

Dissertação de Mestrado em Teoria e Análise Linguística apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Sergio de Moura Menuzzi

PORTO ALEGRE

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Pivetta, Vera

Objeto direto anafórico no português brasileiro :
uma discussão sobre a importância dos traços semântico-
pragmáticos - animacidade/especificidade vs. gênero
semântico / Vera Pivetta. -- 2015.
126 f.

Orientador: Sergio de Moura Menuzzi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Sintaxe do Português Brasileiro. 2. Objeto
Nulo. 3. Traços Semântico-Pragmáticos. I. Menuzzi,
Sergio de Moura, orient. II. Título.

VERA PIVETTA

**OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UMA DISCUSSÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS TRAÇOS SEMÂNTICO-
PRAGMÁTICOS – animacidade/especificidade vs. gênero semântico**

Dissertação de Mestrado em Teoria e Análise Linguística apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: Porto Alegre, 28 de maio de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sergio de Moura Menuzzi – Orientador

Prof.^a Dr.^a Ruth E. Vasconcellos Lopes

Prof. Dr. Gabriel de Ávila Othero

Prof. Dr. Marcos Goldnadel

A todos os professores de
Português que tive, que me
ensinaram, desde cedo, a amar
essa língua.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo ao Prof. Dr. Sergio de Moura Menuzzi, meu orientador.

Agradeço à UFRGS, que me concedeu a chance de desfrutar de toda a sua tradição.

Agradeço aos meus colegas – Luciana Silveira, Luiza Ujvari Pabst, Leoni Meyer, Tarcísio Oliveira, Gian Franco Moretto e Eugênio Link –, que foram, entre tantas coisas boas, o que de melhor me aconteceu nestes últimos dois anos. Dividimos sucessos e angústias e nos ajudamos em tantas situações que é impossível não me lembrar deles para sempre.

Quero também deixar um muito obrigada à Prof.^a Dr.^a Sabrina Pereira de Abreu, que, sem me conhecer, me recebeu de braços abertos no curso de especialização em Gramática e Ensino de Língua Portuguesa, o início desta trajetória. Foi uma importante incentivadora, mesmo que silenciosa, da continuidade dos meus estudos.

À Prof.^a Dr.^a Sonia Cyrino, agradeço a delicadeza por responder prontamente aos meus *e-mails*, ajudando a esclarecer as minhas dúvidas a respeito de sua pesquisa.

À Dra. Míriam Dias Pinheiro, também registro aqui o meu agradecimento. Nos momentos difíceis, estive sempre disposta a me fazer acreditar que era possível seguir até o final.

Por fim, o grande “obrigada” deixo ao meu querido Prof. Dr. Leandro Zanetti Lara. Afinal, foi ele que, com toda sua inteligência e sensibilidade, me conduziu pela mão quando eu ainda ensaiava os primeiros passos neste mundo da Linguística. Vai sempre ocupar um lugar muito especial na minha lembrança.

A missanga, todos a veem. Ninguém nota o fio que, em colar vistoso, vai compondo as missangas.

Mia Couto, em "O Fio das Missangas".

RESUMO

O objetivo desta dissertação é a proposição de uma análise do objeto nulo no português brasileiro examinando-se o seu condicionamento em função dos traços semântico-pragmáticos do DP (Determiner Phrase) antecedente. Segundo Schwenter & Silva (2003), ainda que haja muitos estudos a respeito do estatuto sintático dessa categoria, poucas pesquisas vêm sendo dedicadas à forma como os traços do antecedente podem condicionar a alternância entre o emprego de objetos nulos e posições preenchidas por pronomes manifestos. O traço semântico *animacidade* do antecedente é uma constante quando se discute o assunto (como em Bianchi & Figueiredo Silva, 1994; e Schwenter & Silva, 2002). Além desse, aponta-se também o traço pragmático da *especificidade*, como no estudo de Cyrino (1997), considerado o ponto de partida para o desenvolvimento das pesquisas sobre o objeto nulo em português brasileiro. Já Menuzzi e Creus (2004) propõem outra possibilidade para o condicionante da retomada anafórica do objeto direto: o gênero semântico do DP antecedente. Na visão desses autores, os traços de animacidade e especificidade de Cyrino (1997) podem ser reduzidos a esse único traço, o gênero semântico. Essas duas hipóteses foram comparadas por meio de um estudo de *corpus*. O resultado a que se chegou revela que as duas propostas apresentam resultados semelhantes. A construção denominada *elipse de VP* também foi alvo de estudo. Tendo em vista a semelhança existente, na estrutura superficial, entre a elipse de VP e o objeto nulo, como registrado por Raposo (1986), procurou-se observar se os traços que parecem condicionar o emprego do objeto nulo atuam de forma similar para a elipse de VP. Fez-se uso do mesmo *corpus* para avaliar essa predição. E os dados recomendam que se verifique essa hipótese.

Palavras-chave: Sintaxe do Português Brasileiro. Objeto Nulo. Traços Semântico-Pragmáticos.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to provide an analysis of the null object in Brazilian Portuguese from the perspective of semantic and pragmatic features of the previous DP (Determiner Phrase). According to Schwenter & Silva (2003), there are many researches about the syntactic status of this category, but very little is known about how the features of the previous DP may condition the variance between the use of null objects and filled positions with overt pronouns. The semantic feature “animacy” of the previous DP has been a constant topic when discussing this issue (as in Bianchi & Figueiredo Silva, 1994; and Schwenter & Silva, 2002). The pragmatic feature of “specificity” appears with it, such as in studies of Cyrino (1997), considered to be the starting point to the development of researches about the null object in Brazilian Portuguese. Menuzzi e Creus (2004) propose another possibility to the conditioner of the resumed anaphors of the null object: the semantic genre of the previous DP. As stated by these authors, the features of animacy and specificity from Cyrino (1997) may be reduced to this single feature, the semantic genre. These two hypotheses have been compared through a *corpus* study. The achieved result reveals that the two proposals present similar results. The construction called “VP ellipsis” has also been examined. Taking into consideration the similarity observed between the VP ellipsis and the null object in the surface structure, as pointed out by Raposo (1986), it aimed at verifying whether the features that apparently seem to condition the use of the null object act similarly to the ellipsis of the VP. The same *corpus* has been used to evaluate this prediction. The data recommend verifying this hypothesis.

Keywords: Syntax Brazilian Portuguese. Null Object. Semantic-Pragmatic Features.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Ocorrências do *corpus* reconstituído (VPIVETTA) e do *corpus* de Cyrino (1997) (CYRINO) considerando-se as linhas “Total +A” e “Total –A” das tabelas (12) e (13).....98
- Gráfico 2 – Ocorrências do *corpus* reconstituído (VPIVETTA) e do teste de julgamento aplicado por Menuzzi e Creus (2004) (M&C) considerando-se as linhas “Total +GS” e “Total –GS” da tabela (15), e os dados da tabela (9).....101
- Gráfico 3 – Distribuição de ONs e posições preenchidas por PrPI/Clít., no *corpus* reconstituído, segundo animacidade e gênero semântico do DP antecedente, cfe. tabelas (12) e (15).....101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Resultados gerais, formas de OD anafórico de terceira pessoa	41
Tabela 2	– ODs anafóricos no <i>corpus</i> PEUL, por animacidade/especificidade ..	41
Tabela 3	– Objetos Nulos vs. Pronomes Plenos	43
Tabela 4	– Valores médios de DR, em orações, para ODs anafóricos no <i>corpus</i> do PEUL,	45
Tabela 5	– Uso do clítico neutro vs. elipse sentencial (CYRINO, 1997, p. 177) .	51
Tabela 6	– Distribuição das variantes segundo a animacidade do antecedente (Duarte, 1989)	61
Tabela 7	– Distribuição diacrônica de ONs (vs. pronomes preenchidos) segundo animacidade/especificidade do antecedente (Cyrino, 1997)	61
Tabela 8	– Anáfora de objeto em PB – distribuição sincrônica atual de PrPIs e ONs (Cyrino, 1997)	63
Tabela 9	– Distribuição de ocorrências de ONs e PrPIs segundo o tipo do antecedente	69
Tabela 10	– Distribuição da amostra por tipo de ocorrência	77
Tabela 11	– Distribuição de ocorrências, por obra, das variantes segundo os traços de animacidade e especificidade do DP antecedente (<i>corpus</i> reconstituído)	95
Tabela 12	– Distribuição de ocorrências das variantes segundo os traços de animacidade e especificidade do DP antecedente (<i>corpus</i> reconstituído)	97
Tabela 13	– Distribuição de ocorrências das variantes segundo os traços de animacidade e especificidade do DP antecedente, de acordo com Cyrino (1997)	97
Tabela 14	– Distribuição de ocorrências, por obra, das variantes segundo o gênero semântico do DP antecedente (<i>corpus</i> reconstituído).....	100
Tabela 15	– Distribuição de ocorrências das variantes segundo o gênero semântico do DP antecedente (<i>corpus</i> reconstituído).....	100
Tabela 16	– Distribuição de ocorrências das variantes segundo o tipo do DP antecedente (Adaptada de Menuzzi e Creus, 2004, p. 165)	102

Tabela 17	– Ocorrências de ONs e PrPIs/Clít. segundo o tipo de DP antecedente (<i>corpus</i> reconstituído).....	103
Tabela 18	– Distribuição de ocorrências, por obra, das elipses de VP segundo os traços de animacidade e especificidade do antecedente (<i>corpus</i> reconstituído)	106
Tabela 19	– Distribuição de ocorrências das elipses de VP segundo os traços de animacidade e especificidade do antecedente (<i>corpus</i> reconstituído) ...	106
Tabela 20	– Distribuição de ocorrências das elipses de VP segundo o gênero semântico do antecedente (<i>corpus</i> reconstituído).....	107

LISTA DE SIGLAS, SÍMBOLOS E NOTAÇÕES CONVENCIONAIS

A	– animacidade
Cl	– clítico
D	– definitude
DP	– determiner phrase
DR	– distância referencial
E	– especificidade
FF	– forma fonética
FL	– forma lógica
GS	– gênero semântico
GT	– gramática tradicional
GU	– Gramática Universal
NP	– noun phrase
OD	– objeto direto
ON	– objeto nulo
PB	– português brasileiro
PE	– português europeu
Pr	– pronome
PrCl	– pronome clítico
PrPl	– pronome pleno
<i>t</i>	– vestígio
Top	– tópico
VP	– verb phrase
*	– construção agramatical
?	– construção levemente anômala, não perfeitamente gramatical

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REVISÃO TEÓRICA	18
2.1	HUANG.....	18
2.2	RAPOSO	24
2.2.1	Raposo e a elipse de VP	26
2.3	GALVES	28
2.4	KATO.....	31
2.5	CYRINO & MATOS (2001) E A ELIPSE DE VP	34
2.6	SCHWENTER & SILVA	36
2.7	SÍNTESE DO CAPÍTULO	48
3	AS HIPÓTESES DE CYRINO E DE MENUZZI & CREUS	50
3.1	O OBJETO NULO SEGUNDO CYRINO – UMA INTRODUÇÃO.....	50
3.1.1	A hipótese de Cyrino	51
3.1.2	O aspecto sintático do objeto nulo segundo Cyrino	55
3.2	O OBJETO NULO SEGUNDO MENUZZI & CREUS – UMA INTRODUÇÃO.....	59
3.2.1	Considerações gerais sobre a hipótese de Menuzzi & Creus	60
3.2.2	O gênero semântico do antecedente	63
3.2.3	A hipótese de Menuzzi & Creus	64
3.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO	72
4	METODOLOGIA	73
4.1	SELEÇÃO DO <i>CORPUS</i>	73
4.2	COLETA DE DADOS.....	75
4.3	CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS.....	77
4.3.1	Sobre a Especificidade	78
4.3.2	Sobre a animacidade	81
4.3.3	Gênero gramatical vs. gênero semântico (ou gênero natural)	82
4.3.4	Conceitos utilizados para classificação do <i>corpus</i>	86

4.3.5	Categoria “Outros”	87
4.3.6	Antecedentes distantes.....	90
4.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	92
5	ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	94
5.1	ANÁLISE DE DADOS.....	94
5.1.1	Tratamento dos Dados.....	95
5.2	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	107
5.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO	109
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	114
	ANEXO A	120

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação propõe-se investigar as motivações semântico-pragmáticas que condicionam o emprego do objeto nulo ou do pronome pleno no português brasileiro para a retomada do antecedente. Entende-se por objeto nulo o argumento interno dos verbos que não é realizado lexical ou foneticamente, cujo conteúdo pode ser recuperado por meio do contexto linguístico ou pragmático; e, por pronome pleno, o uso de formas pronominais manifestas para esses mesmos argumentos, especialmente o uso dos pronomes pessoais retos de terceira pessoa. Observem-se os exemplos:

- 1) “Margareth: Eu sonho com Paris há tanto tempo que, pra mim, é como se eu já tivesse conhecido ____.” (FALLABELA, 1992, p. 46).
- 2) “Guarda: – É Monsenhor Otaviano! Deve ter vindo a mando do Arcebisbo!
Rosa: – E o Padre ficou apavorado quando viu ele.” (DIAS GOMES, [19??], p. 165).

Nos exemplos (1) e (2), o conteúdo dos objetos anafóricos nulo¹ e pronominal – *Paris* e *Monsenhor Otaviano*, respectivamente – é recuperado no contexto linguístico.

Diferentemente de outras abordagens, que se voltam às propriedades sintáticas do fenômeno aqui em estudo, a presente investigação está centrada nos aspectos semântico-pragmáticos dos antecedentes dos objetos diretos anafóricos no português brasileiro. Assim, optou-se por traçar um comparativo entre as hipóteses apresentadas por Cyrino (1997)² e por Menuzzi e Creus (2004), uma vez que esses estudos abordam, ainda que de diferentes ângulos, a

¹ O objeto nulo está representado por traços contínuos.

² Existem duas datas que referem o trabalho de Cyrino "O Objeto Nulo no Português Brasileiro - um estudo sintático-diacrônico": 1994 e 1997. 1994 é o ano de apresentação dessa tese de doutorado; e 1997, o ano de sua publicação. Como citações e referências aparecem com uma ou outra data em vários outros trabalhos, optou-se por fazer este esclarecimento, para evitar erros de interpretação. A numeração das páginas de citações e referências nesta dissertação obedece à da publicação da tese, 1997.

influência desses aspectos no uso de objetos nulos ou de pronomes manifestos para a retomada anafórica do antecedente em português brasileiro.

Cyrino (1997) defende a ideia de que o emprego do objeto nulo depende da interação de dois traços do antecedente, quais sejam, a animacidade (\pm animado) e a especificidade (\pm específico). Para essa autora, um objeto nulo dificilmente seria empregado num contexto em que o seu antecedente apresentasse os traços (+ animado, + específico).

Para Menuzzi e Creus (2004), o gênero semântico do antecedente seria o fator de maior relevância para o uso do objeto nulo ou do pronome pleno como objeto direto anafórico em português brasileiro. A distribuição encontrada por esses autores em sua pesquisa – objetos nulos vs. pronomes plenos em posição de objeto direto – está embasada, segundo eles, na especificação de gênero semântico que é atribuída aos referentes com o traço [+ animado]. Como as formas anafóricas, sempre que possível, devem concordar – inclusive em gênero – com seu antecedente, os pronomes retos, que têm especificação para gênero semântico, são preferencialmente empregados quando o referente possuir o gênero semântico identificável, isto é, sexo. Em contrapartida, o objeto nulo surge quando seu antecedente não for especificado para gênero semântico, já que o objeto nulo é uma categoria vazia – possivelmente, um pronome nulo – não especificada para gênero. Na proposta de Menuzzi e Creus (2004), os efeitos obtidos por meio de dois traços na análise de Cyrino (animacidade e especificidade) seriam derivados de uma única propriedade do antecedente: seu gênero semântico.

Os objetivos deste trabalho são os seguintes: a) verificar a hipótese em relação ao traço “gênero semântico” do antecedente apresentada por Menuzzi e Creus (2004) por meio de um estudo de *corpus*; b) cotejar os resultados com os encontrados por Cyrino (1997); c) buscar determinar se o estudo de *corpus* é capaz de indicar qual das duas propostas tem maior sucesso na explicação da alternância entre objetos nulos e pronomes plenos no português brasileiro.

Além desses objetivos, será estabelecida uma comparação entre o condicionamento semântico-pragmático que norteia o emprego do objeto nulo e aquele que se estabelece para a construção denominada “elipse de VP”. Essa análise será feita em vista da similaridade existente, na estrutura superficial, entre

o objeto nulo e a elipse de VP, fenômeno observado por Raposo (1986). Uma possibilidade desconsiderada pela literatura é que, por essa semelhança superficial, objetos nulos e elipse de VP possam ter empregos semelhantes. Por isso, no presente estudo, também serão investigados os casos de elipse de VP.

Para atingir esses objetivos, seguiu-se uma metodologia de pesquisa de estudo de *corpus*. Propôs-se aqui a reconstituição do *corpus*³ que serviu de base para o trabalho de Cyrino (1997), constituído por peças de teatro, que foram novamente recolhidas e organizadas. A motivação para esse modelo de *corpus* deveu-se à necessidade de ter-se os mesmos dados da autora, a fim de haver homogeneidade nas análises pretendidas. Uma vez reconstituído e reunido esse material, passou-se à seleção propriamente dita do *corpus*, ou seja, à coleta das sentenças em que há retomadas com objetos nulos ou pronomes manifestos. Nesse procedimento, detectaram-se 299 ocorrências, as quais foram submetidas à análise.

Procedeu-se, então, à classificação dessas ocorrências de acordo com os traços de animacidade e especificidade dos antecedentes, conforme a hipótese de Cyrino (1997). Verificou-se, com esse procedimento, que os percentuais encontrados aproximavam-se suficientemente dos de Cyrino (1997) para que a reconstituição do *corpus* fosse validada. Assim, todas as análises feitas na presente pesquisa tiveram como base o *corpus* reconstituído pela autora desta dissertação.

Em seguida, as ocorrências foram classificadas conforme a hipótese de Menuzzi e Creus (2004), relacionada ao gênero semântico do antecedente. De posse das duas classificações, foi estabelecida uma comparação entre elas com o fim de contemplar-se o proposto no objetivo “c” deste trabalho.

Por fim, efetuou-se a análise das construções com elipse de VP, que mostraram apresentar um condicionamento semelhante ao verificado para os objetos nulos.

Tendo-se determinado os objetivos, a metodologia e as principais linhas de análise dos dados, cabe, agora, apresentar-se a organização geral desta dissertação: no capítulo 2 propõe-se fazer uma revisão teórica a respeito do

³ O *corpus* utilizado por Cyrino (1997) não está mais disponível (comunicação pessoal, 23.04.2014).

objeto nulo; no capítulo 3, são apresentados os estudos de Cyrino (1997) e de Menuzzi e Creus (2004) sobre o objeto nulo no português brasileiro; o capítulo 4 é dedicado à apresentação da metodologia utilizada, especificando-se os critérios de seleção do *corpus* que integra esta pesquisa; o capítulo 5 está dedicado à análise dos dados e à discussão dos resultados obtidos; o capítulo 6 encerra esta dissertação, com as considerações finais.

2 REVISÃO TEÓRICA

Desde a segunda metade do século XX, as categorias vazias nominais têm sido objeto de investigação pelos estudiosos. Primeiramente, na década de 1980, o sujeito foi identificado como um elemento que poderia ser elidido em determinadas línguas. A seguir, foi observado que esse fenômeno poderia ser estendido ao argumento interno dos verbos, o objeto.

O trabalho de Huang (1984) é considerado um marco decisivo para essas pesquisas, pois foi o ponto de partida para que outros pesquisadores, como Raposo (1986) e Galves (1989), por exemplo, se dedicassem ao assunto. Os sujeitos e os objetos nulos passaram a ser discutidos na tentativa de se estabelecerem parâmetros que pudessem dar conta da possibilidade que algumas línguas têm de deixar de expressar fonética ou lexicalmente os argumentos externo e interno do verbo.

Em vista de o tema desta dissertação ser a categoria vazia na posição de objeto, a revisão teórica que será apresentada a seguir privilegia essa estrutura.

2.1 HUANG

A pesquisa de Huang (1984) sobre a natureza das categorias vazias nas posições de sujeito e objeto direto no chinês foi de extrema relevância e deu origem a diversos trabalhos sobre o tema no âmbito da teoria gerativa. O autor analisa o estatuto sintático das categorias vazias, fazendo uma comparação entre esse fenômeno no chinês e em outras línguas, como o inglês, o espanhol, o francês, o italiano e o português.

Segundo Huang (1984), no chinês, uma categoria vazia na posição de objeto somente pode ter como referente um elemento que esteja fora da sentença, ou seja, no contexto discursivo. Por outro lado, quando o pronome estiver expresso, existe a possibilidade de uma dupla interpretação: ou o pronome da sentença encaixada está coindexado ao sujeito da sentença matriz, ou o referente é recuperado no discurso. Por isso, conforme Huang (1984), os objetos nulos do chinês não são “pronominais”,

pois possuem propriedades anafóricas diferentes das propriedades dos pronomes expressos. Observem-se os exemplos a seguir:

3) **Zhangsan_i xiwang [Lisi keyi kanjian e_i].*⁴

(Zhangsan espera Lisi possa ver.)

(Zhangsan_i espera que Lisi possa ver [ele_i].)

4) *Zhangsan_i shuo [Lisi bu renshi ta_{ij}].*

(Zhangsan disse Lisi não conhece ele.) (HUANG, 1984, p. 538)

(Zhangsan_i disse que Lisi não conhece ele_{ij}.)

Huang (1984), com a evidência que encontra no chinês de que os objetos nulos não são elementos “pronominais”, amplia essa conclusão às demais línguas, afirmando que, em nenhuma língua, seria permitido atribuir-se o estatuto sintático “pronominal” à categoria vazia na posição de objeto. Sua afirmação baseia-se na impossibilidade de satisfação de dois princípios da Gramática Universal, *Disjoint Reference* (DJR) e *Generalized Control Rule* (GCR)⁵. O primeiro deles (DJR) estabelece que um pronome deve ser livre em seu domínio de vinculação, o que corresponde ao Princípio B da Teoria da Ligação de Chomsky (1981), citado por Huang (1984, p. 552). O segundo é o chamado GCR, uma extensão proposta por Huang para a “regra de controle” de Chomsky (1980), citado por Huang (1984, p. 568): segundo o GCR, um pronome vazio – neste caso, *pro* – deve ser coindexado ao elemento nominal mais próximo, o que violaria o DJR, num exemplo como o abaixo:

5) **John saw e.* (HUANG, 1984, p. 553)

Se a categoria vazia fosse considerada um *pro* em (5), pelo GCR, deveria ser coindexada ao elemento nominal mais próximo dentro de sua oração, ou seja, ao sujeito *John*. O princípio DJR, que estabelece que um pronome deve ser livre em

⁴ Nos exemplos de Huang (1984, 1991), o símbolo *e* equivale a uma categoria vazia.

⁵ A classificação de um objeto nulo como PRO também é descartada por esse autor: *A null object cannot be a PRO, since it occurs in a governed (and Case-marked) position.* (HUANG, 1991, p. 57)

seu domínio de vinculação, também precisa ser respeitado, mas não é o que acontece no exemplo (5), uma vez que *e* está coindexado ao sujeito *John*, e não está livre em seu domínio de vinculação, e sim c-comandado por *John*. Portanto, como se pode verificar, a aplicação dos dois princípios – GCR e DJR – impõe condições contraditórias a um elemento pronominal nulo na posição de objeto, o que leva Huang (1984) a excluir pro das possibilidades de estatuto sintático para as categorias vazias em posição de objeto em todas as línguas.

Huang (1984) salienta que o objeto nulo em português parece se comportar de maneira semelhante nesse aspecto, ou seja, aparentemente ele não pode estar indexado ao sujeito da oração principal, conforme observado por Chao (1983), citado por Huang (1984, p. 541).

6) **João_i disse que Pedro viu e_i*. (HUANG, 1984, p. 541).

Como uma categoria vazia na posição de objeto em chinês tem o seu referente fixado no discurso, o autor conclui que o objeto nulo é uma variável, um elemento vinculado a um tópico nulo em posição A-barra, a ser recuperado no discurso. Assim, para Huang, uma sentença como (8) deve ser analisada basicamente como (7), salvo que, em (7), o tópico da sentença é explícito, enquanto em (8) trata-se de um operador cujo conteúdo deve ser identificado contextualmente.

7) *Neige ren_i, Zhangsan shuo [Lisi bu renshi e_i].*

(That man_i, Zhangsan said Lisi didn't know e_i.)

(Aquele homem_i, Zhangsan disse que Lisi não conhecia e_i.)

8) *[Top e_i], {Zhangsan shuo [Lisi bu renshi e_i]}*

([Him_i], Zhangsan said Lisi didn't know e_i.) (HUANG, 1984, p. 542).

([Top e_i], Zhangsan disse que Lisi não conhecia e_i.)

Huang também observa que há línguas que exigem que esse elemento topicalizado seja explícito, como o inglês, e outras que admitem o tópico nulo, como é o caso da língua alvo de sua pesquisa, o chinês. Ele atribui essa variação a um parâmetro tipológico estabelecido por Tsao (1977; cf. HUANG, 1984, p. 549-50), que

divide as línguas em “orientadas para o discurso” e “orientadas para a sentença”. Nesse sentido, Huang (1984, p. 549-50) declara que:

Entre as propriedades que Tsao enumera para confirmar este parâmetro está o fato de que línguas orientadas para o discurso possuem uma regra de Apagamento de NP Tópico, que opera através do discurso para apagar o tópico de uma sentença identificado com o tópico de uma sentença precedente. O resultado de tal processo de apagamento é formalmente uma cadeia de tópicos. [...] Línguas orientadas para o discurso são de ‘proeminência no tópico’ e línguas orientadas para a sentença são de ‘proeminência de sujeito’, já que tópico é uma noção mais discursiva do que sujeito, que é uma noção sintática. Em uma língua de proeminência de sujeito, como o inglês, todas as sentenças devem conter sujeitos – uma propriedade que Chomsky (1982, 10) descreve como sendo parte do Princípio de Projeção Estendida. [...] Por outro lado, em uma língua de proeminência de tópico, como o chinês, japonês ou coreano, sujeitos estruturais não são uma exigência básica para a sentença. [...]. Um terceiro fato que sustenta o parâmetro que está sendo considerado é que, em uma língua orientada para o discurso, mas não para a sentença, uma anáfora pode estar discursivamente presa.^{6 7}

Como visto, entre outras características que diferenciam os dois tipos de línguas, as orientadas para o discurso são línguas de proeminência de tópicos, enquanto as orientadas para a sentença são de proeminência de sujeitos. Somente as línguas orientadas para o discurso permitem o emprego do operador nulo. Comparem-se os exemplos:

9) [Top e_i], {Zhangsan shuo [Lisi bu renshi e_i]}

[Top e_i], {Zhangsan disse [que Lisi não conhecia e_i]}

10) [That fire], {fortunately the fire brigade came early.} (HUANG, 1984, p. 550).

[Aquele incêndio], {felizmente os bombeiros chegaram cedo.}

⁶ Among the properties that Tsao enumerates in support of this parameter is the fact that discourse-oriented languages have a rule of Topic NP Deletion, which operates across discourse to delete the topic of a sentence under identity with a topic in a preceding sentence. The result of such a deleting process is formally a topic chain. [...] Discourse-oriented languages are more ‘topic-prominent’, and sentence-oriented languages are more ‘subject-prominent’, since topic is more of a discourse notion than subject, which is a syntactic notion. In a subject-prominent language like English, all sentences must have subjects – a property that Chomsky (1982,10) describes as part of the Extended Projection Principle. [...] On the other hand, in a topic-prominent language, like Chinese, Japanese, or Korean, structural subjects are not a basic requirement of the sentence [...]. A third fact supporting the parameter under consideration is that in a discourse-oriented, but not sentence-oriented, language, an anaphor may be discursively bound (Huang, 1984, p. 549-50).

⁷ Todas as traduções desta dissertação foram realizadas por Athany Gutierrez e revisadas pela autora.

O chinês, língua orientada para o discurso, admite a existência de um operador nulo, como fica demonstrado em (9). Já o inglês, língua orientada para a sentença, exige que o elemento topicalizado seja explícito, como no exemplo (10).

Assim como Huang (1984), Raposo (1986), cuja hipótese será detalhada a seguir, também defende a ideia de que a categoria vazia na posição de objeto deveria ser considerada uma variável, o que sugeriria uma homogeneidade para a caracterização do objeto nulo. Porém outros trabalhos surgiram em direção contrária, mostrando que essa classificação não pode ser generalizada. Aponta Cyrino (1997, p. 35-36):

[...] Línguas como o quechua, o PB e o italiano têm objetos nulos que não podem ser considerados como variáveis. Cole (1987) estuda o quechua imbabura e compara o objeto nulo dessa língua ao do coreano, tailandês e chinês (como descrito por Huang, 1984). Para o coreano, tailandês e chinês, Cole concorda que o objeto nulo possa ser variável. Mas o quechua não permite tópicos nulos. Portanto, embora tenha objetos nulos, esses não podem ser considerados variáveis. A alternativa é considerá-los pronominais. Além de Cole, outros estudiosos também consideraram essa alternativa para o objeto nulo em outras línguas.

Com as evidências que surgiam a partir da análise de dados de outras línguas, a proposta de um caráter homogêneo para o objeto nulo foi posta à prova. O próprio Huang (1991) apresenta novas conclusões sobre o estatuto da categoria vazia na posição de objeto no chinês.

O autor continua afirmando que, no chinês, o objeto nulo não pode ser pronominal, mas apresenta outra possibilidade de classificação: o epíteto nulo, ou seja, uma expressão-R.

Huang (1991) observa que o comportamento da categoria vazia na posição de objeto direto no chinês – a que, anteriormente, ele atribuía o estatuto de variável ligada a um operador nulo – apresenta propriedades bastante semelhantes às dos epítetos, que foram descritas por Lasnik (1991), citado por Huang (1991, p. 61). Huang propõe, então, que o objeto nulo possa ser considerado o equivalente ao epíteto na tipologia das categorias vazias.

Um epíteto, em inglês ou chinês, apresenta três propriedades, conforme os estudos de Lasnik (1991), citado por Huang (1991, p. 61):

- a. Não pode estar ligado a um elemento em posição A;
 (11) **Zhangsan_i yiwei [zhege bendan hen youqian]_i*.
Zhangsan think this idiot very rich.
 Zhangsan acha esse idiota muito rico. (HUANG, 1991, p. 61)
- b. Pode estar ligado a um elemento em posição A-barra;
 (12) *Zhangsan_i, wo bu xihuan zhege wangbadan_i*.
Zhangsan I not like this bastard.
 Zhangsan, eu não gosto deste miserável. (HUANG, 1991, p. 61)
- c. Não necessariamente precisa estar ligado a um elemento em posição A-barra.
 (13) *Wo bu xihuan zhege wangbadan.*
I not like this bastard.
 Eu não gosto deste miserável. (HUANG, 1991, p. 61)

As variáveis, segundo Huang (1991, p. 62), apresentam essas propriedades, com exceção da (c), pois uma variável tem de, obrigatoriamente, estar ligada a um elemento em posição A-barra. Já os objetos nulos, em chinês, aparentemente, possuem as três propriedades dos epítetos (1991, p. 62): não podem estar ligados a elementos em posição A; podem estar ligados a elementos em posição A-barra; e não precisam, obrigatoriamente, estar ligados a elementos em posição A-barra explícitos (pode ser a um operador nulo).

Assevera o autor que existe mais de uma forma de se analisar o estatuto sintático do objeto nulo, desde que ele não seja considerado um pro. Agora, segundo sua avaliação, um objeto nulo no chinês pode ser classificado como uma variável (HUANG, 1984), ou como a contraparte nula de um epíteto (HUANG, 1991, p. 71).

2.2 RAPOSO

Raposo (1986) faz uma análise da categoria vazia na posição de objeto para o português europeu. Da mesma forma que Huang (1984) para o chinês, o autor propõe que o objeto nulo no português europeu seja uma variável ligada a um operador nulo na posição de Comp da oração matriz.

14) A Joana viu ____ na TV ontem. (RAPOSO, 1986, p. 373)

15) [_{TOP} e_i] [_{S'} OP_j [_S a Joana viu *t_j* na TV ontem.]] (RAPOSO, 1986, p. 380).

O símbolo (*t*), que aparece no exemplo (15), indica que a categoria vazia na posição de objeto é resultado do movimento do DP para uma posição A-barrada da sentença matriz, onde se tornaria um operador nulo (OP), ligado a um tópico ou ao contexto discursivo.

Para dar suporte à hipótese de que o objeto nulo, no português europeu, envolve operações de movimento sintático, o autor (1986, p. 380-1) observou essa categoria vazia em contextos de ilha sintática⁸. Verificou que objetos nulos nesses contextos são inaceitáveis, pois envolvem movimento, demonstrando por meio de exemplos aqui reproduzidos.

16) *Eu informei a polícia da possibilidade [de o Manel ter guardado ____ no cofre da sala de jantar]. (1986, p. 381)

*[O que]_i é que tu informaste a polícia da possibilidade [de o Manel ter guardado *t_i* no cofre da sala de jantar?]

17) *O rapaz [que trouxe ____ mesmo agora da pastelaria] era o teu afilhado. (1986, p. 382)

*[O que]_i é que o rapaz [que trouxe *t_i* mesmo agora da pastelaria] era o teu afilhado?

⁸ Segundo Raposo (1992, p. 393), ilhas sintáticas são determinadas configurações estruturais das quais não é possível mover-se uma categoria para fora delas por uma regra transformacional.

De acordo com o postulado por Ross (1967), os exemplos (16) e (17) são agramaticais em função da Restrição sobre SN Complexo, ou seja, não é possível extrair-se um constituinte de dentro de uma oração relativa (17) ou completiva nominal (16), situação que não permite o movimento do OP para a posição de Comp, na periferia esquerda da sentença, pois viola o princípio da subjacência.⁹

18) *O pirata partiu para as Caraíbas [depois de ter guardado ____ cuidadosamente no cofre]. (1986, p. 382)

*[O que]_i é que o pirata partiu para as Caraíbas [depois de ter guardado _{t_i} cuidadosamente no cofre?]

Conforme Raposo (1986, p. 382), em algumas línguas, entre as quais o português europeu, as orações subordinadas adverbiais são consideradas ilhas sintáticas.¹⁰ A restrição imposta ao exemplo (18) está relacionada a uma configuração de ilha, a Restrição sobre Adjuntos.

19) *[Que a IBM venda ____ a particulares] surpreende-me. (1986, p. 382)

*[O que]_i é que [que a IBM venda _{t_i} a particulares] surpreende-me.

Retornando às postulações de Ross (1967), citado por Raposo (1986, p. 382), em (19), a agramaticalidade da sentença está ligada a outro tipo de restrição, a Restrição sobre Sujeito Sentencial. Se o objeto nulo ocorrer numa oração subjetiva, o resultado será agramatical, por ferir o princípio da subjacência.

20) O Manel guardou ____ no cofre da sala de jantar. (1986, p.381)

[O que]_i é que [o Manel guardou _{t_i} no cofre da sala de jantar?]

⁹ Princípio da Subjacência: o movimento de um constituinte por Mover α não pode atravessar mais do que um nó-fronteira ((CHOMSKY, 1973), citado por RAPOSO, 1992, p. 398.).

¹⁰ *Belletti and Rizzi (1981) propose an account of this phenomenon that reduces it to subjacency* (RAPOSO, 1986, p. 382).

“Belletti and Rizzi (1981) propõem uma explicação deste fenômeno que o reduz à subjacência” (RAPOSO, 1986, p. 382).

Já o exemplo (20), em que um movimento como o esquematizado em (15) não viola qualquer ilha, é gramatical em português europeu, conforme Raposo (1986).

No entanto, como a literatura sobre o português brasileiro tem reiterado, as sentenças tidas como agramaticais nos exemplos acima são perfeitamente aceitas nessa variedade da língua, o que indica que os objetos nulos não são sensíveis a ilhas para movimento em português brasileiro, contrariamente ao que Raposo (1986) indica para o europeu. Diante dessas diferenças, presume-se que definir o estatuto sintático dessa categoria vazia como uma variável, da mesma forma que no português europeu, não é uma opção razoável para o português brasileiro. Essa é a conclusão de estudos como os de Galves (1989) e Farrell (1990).

Posteriormente, Raposo (2004) revê a sua posição em relação ao objeto nulo no português europeu, deixando de considerar sentenças como (16), (17), (18) e (19) agramaticais. O autor reconhece que o juízo de gramaticalidade que lhes atribuiu inicialmente fora demasiado radical, passando a considerar essas ocorrências apenas como marginais (2004, p. 47). Na revisão de sua proposta para o fenômeno, o linguista não mais distingue as duas variedades do português, mesmo em contexto de ilha. Raposo (2004) passa a considerar a categoria vazia em posição de objeto em português como um fenômeno misto: “[...] a categoria vazia das frases com objecto nulo em português é ao mesmo tempo pro e uma variável, embora em níveis derivacionais distintos” (RAPOSO, 2004, p. 48).¹¹

2.2.1 Raposo e a elipse de VP

Raposo (1986) também assevera que há casos em que a construção do objeto nulo se assemelha superficialmente a construções que ele denomina de “VP *Deletion Construction*”, e há que se ter cuidado para não confundi-las, já que suas propriedades semânticas, pragmáticas e sintáticas se apresentam de formas distintas. Uma dessas diferenças, de acordo com o pesquisador, é a possibilidade de a elipse de VP (VP *Deletion Construction*) necessitar de um antecedente

¹¹ Para um maior detalhamento da proposta de Raposo (2004), remete-se ao artigo “Objectos Nulos e CLLD: uma teoria unificada”.

linguístico para que seja gramatical, o que não acontece com os objetos nulos, que podem ter o seu conteúdo recuperado pragmaticamente. Segue um exemplo com o fim de ilustrar a teoria.

- 21) a) A empregada colocou os livros na estante?
 b) Sim, ela colocou. (RAPOSO, 1986, 376-7)

A resposta (21b) torna-se possível pelo antecedente linguístico presente em (21a). Se houvesse apenas um contexto pragmático, seria agramatical, como observa Raposo:

(7b)¹² é possível como uma resposta para uma pergunta como (7a). Porém, se tivesse sido proferida sem que houvesse um contexto linguístico que a antecedesse, como, por exemplo, um comentário sobre alguma situação puramente pragmática, seria totalmente agramatical (RAPOSO, 1986, p. 377).¹³

Da mesma forma, Matos (1992), citado por Cyrino (1997, p. 133), estabelece uma diferença entre as duas estruturas (objeto nulo e elipse de VP), observando, por exemplo, que uma elipse de VP requer a presença de advérbios de denotação predicativa – como “também”, “sim”, “não” –, que funcionam como “operadores de denotação predicativa idêntica”.

Apesar de os estudos de Raposo (1986) e Matos (1992) terem como base o português europeu, sendo que o de Matos inclui, também, a língua inglesa, as observações acima guardam similaridade com o que acontece no português brasileiro.

Desde que Raposo (1986) estabeleceu a distinção entre os casos de objetos nulos e os de elipse de VP, a literatura passou a tratar ambos de modo isolado, em face das diferenças detectadas por esse autor. Em princípio, a orientação parece

¹² (7a) e (7b) correspondem, respectivamente, a (21a) e (21b) desta dissertação.

¹³ (7b) is possible as an answer to a question like (7a). But if (7b) is uttered in the absence of some previously given linguistic context, for example, as a comment to some purely pragmatic setting, then it is totally ungrammatical (RAPOSO, 1986, p. 377).

“(7b) é possível como uma resposta a uma questão como (7a). Mas, se (7b) for enunciada na ausência de algum contexto linguístico prévio, por exemplo, como um comentário a uma situação puramente pragmática, então ela é totalmente agramatical (RAPOSO, 1986, p. 377).”

correta: como se trata da anáfora de uma categoria verbal, e não nominal, espera-se que os fatores que a condicionam tenham pouca relação com os fatores que condicionam o uso de objetos nulos. Por outro lado, é preciso lembrar que, em larga medida, a elipse de VP com verbos transitivos em português resultará numa estrutura superficialmente similar à de um objeto nulo: no caso da ausência de um auxiliar, o verbo principal será superficializado e apenas o objeto será “afetado” pela elipse.

22) A Maria viu ____ na TV ontem.

23) O João viu o desastre, e a Maria também viu ____ na TV ontem.
(CYRINO, 1997, p. 138).

Em (22), verifica-se um caso de objeto nulo, pois somente o objeto direto foi elidido. No exemplo (23), com uma estrutura superficial bastante similar ao exemplo anterior, há um caso de elipse de VP, dentro da definição estabelecida por Matos (1992), citado por Cyrino (1997, p. 138), ou seja, a presença de um advérbio de denotação predicativa e a identidade entre os verbos das orações envolvidas no processo.

2.3 GALVES

Como visto anteriormente, as sentenças (16), (17), (18) e (19) são agramaticais no português europeu, de acordo com a análise de Raposo (1986), em função da violação do efeito de ilhas sintáticas. A partir da observação de que as mesmas sentenças são perfeitamente aceitáveis para o português brasileiro, Galves (2001) conclui que essa variante do idioma não está sujeita a tal restrição. Afirma a autora:

Se, para o PE, o argumento de Raposo é forte, para o PB ele também é, só que no sentido contrário. A partir dessa análise, podemos concluir que o efeito dos princípios de localidade só define um tipo de objeto nulo em PB, e que não se trata de uma variável, mas de um elemento de natureza pronominal. (GALVES, 2001, p. 76).

Ao mesmo tempo, Galves (2001) observa que há um fato comum entre os dois dialetos do português, que é a impossibilidade de uma categoria vazia na posição de objeto ser ligada por um DP em posição argumental. Nas palavras da autora, “este fato é crucial para a argumentação de Huang: pela definição contextual das categorias vazias de Chomsky (1982), a impossibilidade da cv objeto estar ligada por um SN em posição A nos permite defini-la como uma variável. Este mesmo argumento é retomado por Raposo para o PE [...]” (GALVES, 2001, p. 76). Veja-se um exemplo:

(24) *O José_i sabe que a Maria gostaria de conhecer e_i. (GALVES, 2001, p. 173)

Porém, quando a posição aparece preenchida, a correferência entre o pronome e o sujeito da oração matriz não causa agramaticalidade, como em (25), o que, conforme observado por Cyrino (1997), não seria esperado para uma categoria vazia com o estatuto sintático de pro, como pretende Galves.

(25) O José_i sabe que a Maria gostaria de conhecer ele_i. (GALVES, 2001, p. 173)

Galves (2001, p. 159) defende a sua posição sugerindo que, nesses casos, a restrição que se aplica não é gramatical, mas, sim, de ordem semântico-discursiva. Citando Farrell (1987), a autora apresenta o enunciado (24) dentro de um contexto, o que torna a correferência possível.

(26) Todo mundo diz que Maria beijou João_i depois do baile, mas ele_i insiste que ninguém beijou e_i. (GALVES, 2001, p. 159)

Outro argumento de Galves, desta vez com base no trabalho de Bianchi & Figueiredo e Silva (1994), é que a restrição de correferência de que se fala não se

manifesta com objetos nulos cujos referentes são inanimados, como nos exemplos abaixo.

(27) Esse tipo de garrafa_i impede as crianças de abrirem e_i sozinhas.

(28) Esse prato_i exige que o cozinheiro acabe de preparar e_i na mesa.
(GALVES, 2001, p. 159).

Portanto, apesar dos argumentos apresentados por Huang (1984) de que não seria possível essa classificação para categorias vazias em posição de objeto em qualquer língua, Galves (2001) atribui aos objetos nulos em português brasileiro o estatuto de pro. Resumidamente, já que esse assunto foi abordado no item 2.1 deste trabalho, a impossibilidade suposta por Huang está na incompatibilidade de dois princípios da Gramática Universal que deveriam ser obedecidos para que uma categoria vazia fosse interpretada como pro, quais sejam, R e DJR.

Galves (1989) sustenta a classificação da categoria vazia em posição de objeto como pro fazendo uso dos pressupostos de Williams (1987), citado por Galves (1989), no artigo “NP – trace and Th-theory”, para a voz passiva na língua inglesa, em que ele dissocia vestígio¹⁴ e movimento de SN. Ainda segundo Williams (1987), citado por Galves (1989), a relação entre a categoria vazia e seu antecedente não se dá como antecedente/anáfora, mas por meio de uma coindexação em função de papéis temáticos. O autor estabelece uma distinção entre atribuição e satisfação de papéis temáticos, afirmando que um vestígio de DP pode receber papel temático, mas não pode satisfazê-lo. Portanto o papel temático atribuído a um vestígio deve ser reatribuído verticalmente ao VP que o domina imediatamente e, em seguida, ser atribuído, por predicação, ao sujeito. Nessa concepção, observa Galves (1989, p. 78), a categoria vazia em posição de objeto no português brasileiro pode ser um vestígio, pois, além de poder receber um papel temático, a sua coindexação ao antecedente se dá em função da necessidade de satisfação desse papel temático.

¹⁴ “Deve-se notar que a noção de ‘vestígio’ usada aqui não deve ser entendida na sua acepção habitual, já que esta análise rejeita justamente a noção de movimento de NP. Vestígio aqui significa categoria vazia, regida por um atribuidor de papel temático, cujo antecedente não está em posição A-barras” (GALVES, 1989, p. 78).

Dentro dessa postulação, Galves (2001) analisa a agramaticalidade da frase contida no exemplo (29) como resultante do fato de o objeto nulo fazer parte de uma cadeia ilícita, em que se encontram dois papéis temáticos distintos.

(29) *O João_i disse que ninguém beijou e_i.

[_{VP} O João_i disse [_{IP} que [_{IP} e_i [_{I'} Tempo [_{VP} ninguém beijou e_i]]]]]]

(GALVES, 2001, p. 87)

Para que a sentença se torne gramatical, segundo a autora (2001, p. 87), o objeto nulo e o DP “o João” devem possuir índices de indexação diversos.

Conclui Galves: “Esta análise permite definir um novo tipo de categoria vazia, ao mesmo tempo livre e dependente. É livre no que diz respeito à teoria da vinculação, que a define como um pronome; é dependente no que diz respeito à teoria temática, para a qual, nos termos de Williams, trata-se de um vestígio.” (GALVES, 1989, p. 80).

2.4 KATO

Kato (2001) atribui ao objeto nulo no português brasileiro o estatuto de uma categoria vazia pronominal, ou seja, pro. Serão listadas, a seguir, as estruturas nas quais esse fenômeno pode-se apresentar nessa variedade da língua. Segundo a autora, todas elas envolvem processos fóricos.

- a) O objeto nulo como exopro – o objeto nulo pode ocorrer sem que haja um antecedente linguístico na sentença ou no discurso. A referência dessa categoria vazia encontra-se no contexto pragmático, de caráter dêitico (exopro). A interpretação da lacuna dá-se na situação, já que não existe referência no contexto linguístico.

(30) Vou pegar ____ para você.

(31) Segura ___ aqui! (CYRINO, 1997, p. 38)

O exopro não é um fenômeno exclusivo do português. No inglês, por exemplo, o *pro* com referência no contexto pragmático é utilizado em sentenças imperativas e em algumas interrogativas, mas não em declarativas (KATO, 2001, p. 135-136).

(32) *Pull e!*¹⁵

(33) *Send e by mail.*¹⁶

(34) **John sent e by mail.*¹⁷ (KATO, 2001, p. 135-6)

b) Objeto nulo como um pronome clítico neutro (\emptyset) – Kato (2001, p. 137) defende a ideia de que, com a perda dos clíticos de terceira pessoa no português brasileiro (CYRINO, 1997; NUNES, 1996), um pronome clítico neutro tenha passado a ocupar esse lugar, mantendo, dessa forma, completo o paradigma pronominal dessa língua. Ressalta, porém, que esse pronome apresenta apenas o traço de terceira pessoa, ficando, dessa forma, restrito a retomar antecedentes [-animados]. Como um pronome clítico neutro, pode ter como antecedente um DP em posição argumental. Veja-se um exemplo:

(35) Esse prato_i não permite que você (\emptyset)_i cozinhe em fogo alto. (KATO, 2001, p. 138)

Quando o antecedente apresenta o traço [+animado], esse *pro* não é licenciado, causando a agramaticalidade da sentença, como ocorre no exemplo (36):

(36) *Esse juiz_i não permite que a gente (\emptyset)_i contradiga quando ele fala.

¹⁵ “Puxe e!”

¹⁶ “Envie e pelo correio.” (Instrução constante em conta de telefone.)

¹⁷ “John enviou e pelo correio.”

(KATO, 2001, p. 138)

Acrescenta a autora (2001) que o pronome pleno (ele/ela) se constitui na contraparte desse pronome neutro quando o antecedente for [+animado], atribuindo gramaticalidade à sentença, como pode ser constatado em (37).

(37) Esse juiz_i não permite que a gente contradiga ele_i quando ele fala.
(KATO, 2001, p. 138)

c. Objeto nulo como resultado de movimento remanescente de VP – contrariamente ao que acontece com um objeto nulo A ligado, o objeto A' ligado, ou seja, ligado a um DP em posição não argumental, não sofre restrição de animacidade do antecedente (KATO, 2001, p. 138).

(38) Esse autor_i, eu acho que eu não conheci _____i.

(39) Esse livro_i, eu acho que eu não li _____i. (KATO, 2001, p. 138)

(40) Os amigos, a Maria não conhece ninguém que visite e_i. (KATO, 2001, p. 145)

Kato (2001, p.142) assume que esse tipo de objeto nulo resulta de movimento. Assevera a autora:

[...] As formas topicalizadas no PB foram propostas para ter a mesma natureza de topicalização do VP, exceto que, nesse último, o verbo fica retido. A topicalização do VP, tanto no PE quanto no PB, pode ser analisada como movimento se assumirmos que a sensibilidade a ilhas não está condicionada apenas em termos de barreiras estruturais, mas pelo tipo de constituinte envolvido no movimento. (KATO, 2001, p. 142).¹⁸

¹⁸ [...] the BP topicalized forms were proposed to have the same nature as VPTopicalization, except that in the latter the verb is retained. VPTopicalization in both EP or BP can be analyzed as movement if we assume that sensitivity to islands is not conditioned solely in terms of structural barriers, but by the type of constituent involved in the movement (KATO, 2001, p. 142).

Para esta situação, Kato (2001) propõe que a categoria vazia em posição de objeto seja classificada como uma variável, diferentemente do visto até agora em sua análise.

2.5 CYRINO & MATOS (2001) E A ELIPSE DE VP

Cyrino e Matos (2001) tratam de outro tipo de elipse no português brasileiro: a elipse de VP. Estabelecem que esse fenômeno ocorre prototipicamente em inglês, quando o verbo principal e seus complementos ou adjuntos são o alvo da elipse, como no exemplo a seguir:

(41) *Sandy should go to Boston, and Betsy should ____, too.*

____ = *go to Boston* (Sag, 1980, p. 11) (CYRINO; MATOS, p. 1, 2001)

Sandy deve ir para Boston, e Betsy deve ____ também.

Para as autoras (2001, p. 2), tanto o português europeu quanto o português brasileiro “possuem a construção de elipse de VP prototípica, legitimada pela presença de verbos auxiliares e copulativos”. Veja-se o exemplo abaixo:

(42) Ela está enviando o livro para a editora e ele também está ____.

____ = enviando o livro para a editora

No entanto a existência de subida generalizada do verbo em português (Pollock 1989, Belletti 1990; citados por Cyrino; Matos (2001)) permite casos de elipse de VP licenciados por verbos principais (cf. Raposo, 1986; Matos, 1992; Kato, 1993; Cyrino 1994; 1997; Martins, 1994; citados por Cyrino; Matos, 2001). A frase a seguir ilustra esta propriedade:

(43) A Ana trouxe o computador para a faculdade hoje, e a Paula também trouxe ____.

___ = [t]¹⁹ o computador para a faculdade hoje (CYRINO; MATOS, 2001, p. 2)

Cyrino e Matos (2001, p. 3 e 4) estabelecem distinções entre o objeto nulo e a elipse de VP em português, as quais se reproduzem aqui:

a. a elipse de VP, em português, não pode ser legitimada por um verbo distinto de um dos verbos do VP antecedente (44); já o objeto nulo não possui essa restrição (45).

(44) *Quando a Ana **pôs** os óculos na mesa, a Maria também **colocou** ____.
 ___ = [t] os óculos na mesa

(45) Ela tirou **o anel** do dedo e guardou ____ no cofre. (CYRINO; MATOS, 2001, p. 4)

b. a elipse de VP pode ser legitimada por verbos auxiliares (46), enquanto o objeto nulo só pode ser legitimado por verbos principais (47 e 48).

(46) Ela está enviando o livro para a editora, e ele também está ____.
 ___ = enviando o livro para a editora

(47) O João olhou para a fotografia daquele homem. Reconheceu ____ imediatamente: era um dos seus colegas de faculdade.
 ___ = aquele homem

(48) O João olhou para a fotografia daquele homem. *Tinha ____ imediatamente: era um dos seus colegas de faculdade.

(Tinha reconhecido ____ imediatamente: ...) (CYRINO; MATOS, 2001, p. 2-3)

c. a elipse de VP abarca a cópia do verbo, os seus complementos e adjuntos (43); o objeto nulo compreende um único argumento do verbo (45).

¹⁹ Cópia do verbo.

2.6 SCHWENTER & SILVA

Schwenter e Silva (2002), ao tratarem do objeto nulo, salientam que há um lapso a ser preenchido na discussão a respeito desse fenômeno nas diversas línguas. Apesar de a maioria dos pesquisadores admitirem a influência dos traços semântico-pragmáticos do referente no emprego do objeto nulo, os trabalhos dedicam-se quase que exclusivamente ao aspecto sintático dessa estrutura. Como já se afirmou anteriormente, a consideração desses autores foi um dos elementos motivadores do enfoque dado ao estudo do objeto nulo nesta dissertação.

Os autores começam o seu estudo reiterando um dado evidente do sistema pronominal no português brasileiro: os pronomes clíticos de primeira e segunda pessoas mantêm-se atuantes tanto na língua escrita quanto na oral (SCHWENTER; SILVA, 2002, p. 578-579), como em (49) e (50). De forma oposta, os clíticos de terceira pessoa – o(s), a(s) - praticamente desaparecem do português brasileiro falado, embora ainda ocorram com bastante frequência na forma escrita da língua.

(49) Eu não sabia que você foi ao cinema também. Você **me** viu lá?

(50) Eu não sabia que você foi ao cinema também. Eu não **te** vi lá.
(SCHWENTER; SILVA, 2002, p. 579)

Para Schwenter e Silva (2002), os pronomes clíticos átonos de primeira e segunda pessoas do singular ocupam a posição de objeto direto em função de os referentes desses pronomes serem sempre seres humanos específicos, o que, para os autores, se constitui em um traço decisivo para o emprego de objetos diretos preenchidos em português brasileiro.

Os clíticos de terceira pessoa, por sua vez, abrangem uma gama de referentes muito ampla, englobando seres humanos e seres inanimados. Para os autores (2002), o emprego do objeto nulo obedece a uma escala de aceitabilidade de acordo com as distintas características de seu antecedente: animacidade, especificidade e definitude. A animacidade é uma característica semântica, inerente ao referente; a especificidade e a definitude, por sua vez, são características pragmáticas, estabelecidas e mantidas no contexto do discurso. Seguem exemplos de Schwenter e Silva (2002):

(51) Sabe a árvore grande que tinha na minha rua? A prefeitura derrubou ___ /?ela.

[-a, +e, +d]²⁰

(52) Na minha rua tem uma casa antiga, mas eles vão derrubar ___ /?ela.

[-a, +e, -d]

(53) O cachorro da Ana adora ir na rua. Ela sempre leva ?* ___ /ele para passear.

[+a, +e, +d]

(54) Eu estou procurando uma secretária que fale inglês, mas ainda não encontrei ___ /uma.

[+a, -e, -d]

(55) Eu estou procurando uma secretária que fala inglês, mas ainda não encontrei ?* ___ /ela.

[+a, +e, -d]

(SCHWENTER; SILVA, 2002,

p. 579)

Com os exemplos acima, é possível apresentarem-se as predições de Schwenter e Silva (2002) a respeito da relação que se estabelece entre os traços semântico-pragmáticos dos antecedentes e o uso do objeto nulo no português brasileiro.

Comparando-se os exemplos (51) e (52) com o (53), verifica-se que os objetos diretos cujos referentes possuem o traço [+animado], como em (53), são retomados por pronomes plenos, enquanto os demais aceitam o objeto nulo como retomada anafórica, como em (51) e (52).

Por outro lado, o efeito do traço [especificidade] pode ser observado nos exemplos (54) e (55), em que ambos os referentes apresentam o traço [+animado]. De acordo com os autores (2002, p. 579), o modo subjuntivo do verbo da oração relativa em (54) implica a não especificidade do referente do objeto direto da oração principal. Por sua vez, em (55), o modo indicativo do verbo leva a uma interpretação específica desse mesmo referente. Segundo Schwenter e Silva (2002), em (54), o

²⁰ a= animacidade, e= especificidade, d=definitude.

traço [–específico] permitiria o emprego do objeto nulo; e o traço [+específico] em (55) remeteria ao uso do pronome pleno. Assim, os autores admitem preliminarmente que os traços de animacidade e especificidade do referente estão envolvidos na escolha entre pronomes plenos e objetos nulos para a retomada do objeto direto.

Quanto ao traço de [definitude] dos referentes, os autores concluem que não exerce influência na forma de retomada anafórica do objeto direto no português brasileiro. Ilustram essa afirmativa com os exemplos (51) e (52), em que as opções pronomes plenos/objetos nulos seriam igualmente aceitas pelos falantes. Nesses casos, os antecedentes apresentam os mesmos traços de animacidade e especificidade, distinguindo-se apenas quanto à definitude. Seguindo Enç (1991), Schwenter e Silva (2002), acreditam que “especificidade é um fenômeno distinto de definitude” (SCHWENTER; SILVA, 2002, p. 580).²¹ Concluem que somente a especificidade – e não a definitude²² – é um traço relevante para a expressão do objeto direto anafórico no português brasileiro.

Outros pesquisadores, como Cyrino²³, Duarte e Kato (2000), sugerem que a distinção entre os traços [humano] e [animado] seria relevante na distribuição dos objetos nulos. Schwenter e Silva (2002) afirmam que, ao menos no que diz respeito a animais domesticados, a diferença é praticamente nula, como demonstram os exemplos (53) e (55): os referentes são “cachorro” e “secretária”, e a forma de retomada de ambos é a mesma. Porém, em artigo posterior (2003), os autores tornam a discutir esse ponto, posicionando-se de maneira ligeiramente distinta, como será exposto no decorrer desta subseção.

Voltando a tratar dos objetos diretos cujas referências são a primeira ou a segunda pessoas, como nos exemplos (49) e (50), Schwenter e Silva (2002, p. 582) elaboram a seguinte questão: os pronomes clíticos átonos **me** e **te** retomam os

²¹ *Specificity is a phenomenon distinct from definiteness.* (Schwenter & Silva, 2002, p. 580).

²² Especificidade não deve ser confundida com definitude de um DP. Os autores, em artigo de 2003, apresentam dois exemplos para expor essa distinção mais claramente.

(1) Eu não encontrei o professor semana passada porque ninguém encontrava ele/?* ____ .

(2) Eu não encontrei o professor semana passada porque ainda não tinham contratado ____ . (SCHWENTER; SILVA, 2003, p. 106)

Nesses exemplos, o DP “o professor” é definido em ambos os casos pelo artigo “o”. Porém, ele se refere a um professor específico, no caso de (1), e a um não específico, no caso de (2). É possível observar a diferença de aceitabilidade, em português brasileiro.

²³ Cyrino (1997) não estabelece essa distinção entre [+humano] e [+animado].

anteriores por serem eles a única opção para essas pessoas do discurso no português brasileiro, ou são os traços semântico-pragmáticos dos antecedentes ([+a, +e]) que levam ao uso desses pronomes?

Enfatizam os autores (2002, p. 583) que, apesar de o português brasileiro falado ter perdido as formas clíticas átonas de terceira pessoa (o, a), as formas tônicas (ele, ela) foram introduzidas a fim de cobrir essa lacuna. Essas formas tônicas são usadas, preferencialmente, para a retomada de referentes [+animados, +específicos]. Isso sugere, então, de acordo com esses autores, que não é a disponibilidade única das formas átonas de primeira e segunda pessoas que exige o seu uso, mas os traços semântico-pragmáticos de seus antecedentes.

Outra evidência trazida por Schwenter e Silva (2002, p. 582) para essa conclusão se baseia no caso de objetos diretos anafóricos cujos referentes são a primeira ou a segunda pessoas do plural.

Os autores consideram que, em português brasileiro falado, os pronomes clíticos correspondentes a essas pessoas não estão mais vivos na língua. Declaram que o de primeira pessoa do plural “nos” ainda é encontrado em alguns contextos, mas dificilmente na língua falada, embora não citem nenhum estudo que comprove esse fato. Novamente, para preencher essas lacunas, foram introduzidos os “pronomes” **vocês**, para a segunda pessoa, e **a gente**, para a primeira pessoa.

(56) Eu não sabia que vocês foram ao cinema também. Eu não vi * ____ /vocês lá.

(57) A gente não sabia que você foi ao cinema também. Você viu * ____ /a gente lá? (SCHWENTER; SILVA, 2002, p. 582-583).

Declaram os autores (2002) que, apesar de a teoria que vêm desenvolvendo estar direcionada aos objetos diretos de terceira pessoa – que alternam entre nulos e preenchidos, dependendo das propriedades semântico-pragmáticas do antecedente –, possivelmente se possa estendê-la para os objetos de primeira e segunda pessoas do singular e do plural. O padrão parece manter-se inalterado: os

traços [+animado] e [+específico], característicos dessas pessoas do discurso²⁴, seriam determinantes para a forma de realização do objeto direto anafórico.

Concluindo, afirmam Schwenter e Silva:

Neste artigo, fizemos uma análise dos principais condicionamentos semântico-pragmáticos dos objetos diretos nulos em português brasileiro (primordialmente no falado). Essencialmente, o padrão revelado foi o seguinte: objetos nulos são permitidos quando o referente do objeto direto é [- animado] ou [- específico], ou ambos. A aceitabilidade de um pronome manifesto varia de acordo com esses mesmos traços, mas um pronome manifesto parece ser exigido, ou, ao menos, se aproxima muito disso, somente quando o objeto direto for, ao mesmo tempo, [+animado] e [+específico]. Animacidade e especificidade, então, atuam em conjunto no português brasileiro, determinando a forma superficial dos objetos diretos. Enquanto ambos os traços têm sido citados como relevantes em estudos sobre outras línguas, no sentido de que ou a animacidade ou a especificidade do NP antecedente do objeto direto receberia uma marcação particular, o BP se diferencia em função da inter-relação que se estabelece entre animacidade e especificidade. (SCHWENTER; SILVA, 2002, p. 585).

²⁵

Em 2003, Schwenter e Silva apresentam um novo trabalho, no qual fazem um estudo de *corpus* a fim de corroborar seus achados preliminares de 2002. Segundo os autores (2003), o seu primeiro artigo sobre objetos nulos no português brasileiro, de 2002, é um estudo qualitativo, baseado somente na intuição de falantes nativos.

Fazia-se necessário, então, uma comprovação quantitativa da investigação, o que será tratado a seguir.

²⁴ “As formas de primeira e segunda pessoas do discurso são inerentemente animadas (normalmente humanas) e específicas, pois referem o falante e seu interlocutor. Esses “referentes egofóricos” (falante e interlocutor), segundo Dahl (2000), citado por Schwenter & Silva (2003), raramente aparecem na função de objeto direto, mas são comuns como sujeito, que, muito frequentemente, tende a ser egofórico” (SCHWENTER; SILVA, 2006, p. 26).

²⁵ *In this paper, we have provided an analysis of the principal semantic/pragmatic constraints on null direct objects in (mainly spoken) BP. Essentially, the pattern revealed is this: null objects are permissible when the direct-object referent is [-animate] or [-specific], or both. The acceptability of an overt pronoun varies depending on these same features, but an overt pronoun appears to be required, or at least comes closest to being required, only when the direct object is both [+animate] and [+specific]. Animacy and specificity, then, work in tandem in BP to determine the surface form of direct objects. While both features have been cited as relevant in studies of other languages, in the sense that either an animate or a specific direct object NP will receive special marking, BP is nevertheless distinctive by virtue of the interrelationship that obtains between animacy and specificity (SCHWENTER; SILVA, 2002, p. 585).*

A amostra analisada pelos autores foi retirada do PEUL²⁶, e os resultados encontrados são os seguintes (SCHWENTER; SILVA, 2003, p. 106):

Tabela 1 – Resultados gerais, formas de OD anafórico de terceira pessoa

Variante	Ocorrências
Objetos nulos	907 (72,6%)
Clíticos	004 (0,3%)
Pronomes	151 (12,1%)
NPs lexicais	188 (15,0%)
Total	1.250 (100%)

Com base na tabela (1), os autores alertam para a alta frequência do emprego do objeto nulo em relação às outras formas analisadas, como já observado por Duarte (1989). Entre as preenchidas, como seria esperado, o uso do pronome clítico é extremamente raro, com apenas quatro ocorrências entre as 1.250 analisadas (SCHWENTER; SILVA, 2003, p. 106).

A fim de testar a hipótese apresentada em seu trabalho de 2002, Schwenter e Silva (2003) classificam cada ocorrência do *corpus* de acordo com os traços semântico-pragmáticos do antecedente. Os resultados obtidos são os seguintes (SCHWENTER; SILVA, 2003, p. 107):

Tabela 2 – ODs anafóricos no *corpus* PEUL, por animacidade/especificidade

Traços DP Variante	+A +E		+A -E		-A +E		-A -E	
	Nulo	50	(24,4%)	102	(75,5%)	151	(87,3%)	604
Pronome	126	(61,5%)	12	(8,9%)	–	–	13	(1,8%)
NP	29	(14,1%)	21	(15,6%)	22	(12,7%)	120	(13,3%)
Total	205	(100%)	135	(100%)	173	(100%)	737	(100%)

Antes de se tecerem comentários sobre o compilado na tabela (2), é importante verificar-se mais detidamente o conceito de especificidade e animacidade

²⁶ PEUL - *corpus* compilado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que reúne ocorrências de português falado no Rio de Janeiro no início dos anos de 1980. Foram utilizadas 1.250 ocorrências (SCHWENTER; SILVA, 2003, p. 106).

utilizado por Schwenter e Silva (2003). No trabalho de 2002, os autores consideraram, como já foi dito, o traço animacidade sem diferenciar humanos e não humanos. Porém, ao realizarem a análise de *corpus* em 2003, verificam que, em quase todos os casos, o traço semântico de animacidade está ligado ao ser humano (2003, p. 105). Das 340 ocorrências de antecedentes [+animados], somente seis são não humanos, isto é, são animais. Desses seis, apenas um apresenta o traço [+específico] (refere-se ao animal de estimação do entrevistado). Os outros cinco são [-específicos] e se referem a animais selvagens. Como esperado pelos autores, somente o animal de estimação foi retomado por um pronome, enquanto, para os demais, a retomada anafórica foi feita por objetos nulos. Para Schwenter e Silva (2003, p. 105), esse resultado provém da intuição dos falantes nativos a respeito de referentes animados não humanos: os animais de estimação ou aqueles que são tratados pelo nome são bastante próximos ao homem e tratados como se fossem humanos. Portanto é de se esperar que fossem retomados por pronomes. Para os demais, empregam-se objetos nulos.

Já quanto à especificidade, os autores (2003, p. 105) declaram que não é um critério tão simples de se estabelecer, e oferecem a seguinte definição:

O critério básico utilizado para definir valores [no caso, a especificidade] foi o de que se pudesse assumir que os falantes tinham em mente uma única identificação para o referente ao produzirem o seu enunciado. Se fosse possível assumir-se que eles tinham, então o referente era considerado específico; caso contrário, seria não específico. (SCHWENTER; SILVA, 2003, p. 105).^{27 28}

Após breve exposição dos conceitos dos traços semântico-pragmáticos do antecedente do objeto direto anafórico assumidos por Schwenter e Silva (2003) para a classificação das ocorrências de seu *corpus*, passa-se a considerar os resultados apresentados na tabela (2).

Analisando os dados, verificam Schwenter e Silva (2003, p.108):

²⁷ Importante salientar que o conceito do traço de especificidade do referente utilizado por Schwenter & Silva (2003) coincide com o aplicado por Cyrino (1997) em sua pesquisa.

²⁸ *The basic criterion used to ascertain values was whether it could be assumed that speakers had in mind a uniquely identifiable referent when producing their utterance. If it could be assumed that they did, then the referent was considered specific, if not, then non-specific* (SCHWENTER; SILVA, 2003, p. 105).

- a) em três das quatro categorias de antecedentes, há uma significativa preferência pelo emprego do objeto nulo, confirmando o resultado encontrado na tabela (1);
- b) somente no caso dos referentes [+animados, +específicos], a retomada anafórica do objeto favorece o emprego dos pronomes;
- c) os NPs lexicais anafóricos se distribuem equitativamente entre todas as categorias.²⁹

Eliminando-se os NPs lexicais da tabela (2), tem-se a seguinte distribuição (SCHWENTER; SILVA, 2003, p. 108):

Tabela 3 – Objetos Nulos vs. Pronomes Plenos

Traços NP Variante	+A +E		+A -E		-A +E		-A -E	
	Nulo	50	(28,4%)	102	(89,5%)	151	(100%)	604
Pronome	126	(71,6%)	12	(10,5%)	–	–	13	(2,1%)
Total	176	(100%)	114	(100%)	151	(100%)	617	(100%)

A partir dos dados encontrados na tabela 3, agora sem as ocorrências de NPs lexicais, os autores (2003, p. 109) observam que:

- a) há uma diferença significativa entre a forma como os objetos diretos com antecedentes [+a, +e] e [+a, -e] são retomados anaforicamente, o que, segundo Schwenter e Silva (2003), comprova a predição de que o traço “especificidade” exerce alguma influência sobre o traço [+

²⁹ Pode-se observar, na tabela 2, que os NPs lexicais não apresentam nenhum condicionamento relativo aos traços de animacidade e especificidade, contrariamente ao que acontece com nulos e pronomes, o que demonstra que não estão competindo nesse sistema. Os NPs lexicais devem estar sujeitos a outro tipo de condicionamento, provavelmente, acessibilidade. Tendo em vista esta dissertação não trabalhar com a análise de NPs lexicais, esse assunto não será aprofundado.

animado];

- b) ao mesmo tempo, a diferença entre os objetos diretos com antecedentes [-a, +e] e [-a, -e] não é relevante estatisticamente, sugerindo não haver influência do traço “especificidade” afetando essa distribuição.

Concluem Schwenter e Silva (2003, p. 109), a partir das observações (a) e (b), que o traço semântico da animacidade do antecedente é o principal filtro a atuar sobre a forma do objeto direto anafórico. A especificidade, por sua vez, seria um filtro secundário e atuaria somente sobre os antecedentes [+animados].

Os autores (2003, p. 109) estão convencidos de que os resultados de seu estudo de *corpus* trazem uma importante contribuição para as teorias sobre o assunto no português brasileiro. Segundo eles, seus achados vêm corrigir diversas caracterizações apresentadas sobre o objeto direto anafórico nessa língua, que insistem em estabelecer uma simples divisão binária entre antecedentes com traços [+animado] e [-animado].³⁰ Afirmam que os resultados com que se deparam não avalizam esse tipo de postulação, pois deixam claro que existe uma significativa diferença entre os antecedentes [+animados, +específicos] e os [+animados, -específicos].

Até este ponto, a análise apresentada por Schwenter e Silva (2003) para o uso de objetos nulos ou de pronomes plenos de terceira pessoa no português brasileiro está diretamente relacionada aos traços semântico-pragmáticos do antecedente. Porém os autores sugerem outra possibilidade para essa alternância, que estaria ligada ao grau de acessibilidade que o referente apresenta no contexto do discurso. Veja-se o contido no excerto abaixo:

³⁰ Schwenter & Silva (2003, p. 109) citam os trabalhos de Farrell (1990) e de Cyrino, Duarte & Kato (2000) como exemplo. Também observam, em nota de rodapé (8), que a pesquisa anterior de Cyrino (1997) é o único outro trabalho que reconhece a influência dos dois traços: animacidade e especificidade. Por isso consideram estranha a sua posição de (2000). Nesta dissertação, discorda-se da afirmação de Schwenter & Silva (2003) a respeito do trabalho de Cyrino, Duarte & Kato (2000). As autoras não estabelecem ali apenas uma divisão binária (animados vs. inanimados) com relação aos traços dos antecedentes dos objetos diretos anafóricos no português brasileiro: a influência do traço de especificidade é reconhecida por elas. Supõe-se que isso não tenha sido bem observado por Schwenter & Silva (2003).

“Iniciando-se com o trabalho de Givón (1983) e seguindo com os modelos posteriores, como o de Gundel, Hedberg/Zacharski (1993), a principal generalização que surge é a de que existe ‘uma correlação entre a forma da expressão anafórica e o grau de acessibilidade do referente, de forma que os referentes com alto grau de acessibilidade são retomados por formas mínimas, enquanto aqueles com baixa acessibilidade demandam expressões morfossintáticas mais complexas, que também forneçam mais informações sobre o referente” (SCHWENTER; SILVA, 2003, p. 112).³¹

A fim de testar essa hipótese para o objeto direto anafórico, foi calculada a distância referencial³² das 1.250 ocorrências de NPs lexicais, pronomes plenos de terceira pessoa e objetos nulos da amostra do PEUL utilizada pelos autores no artigo de 2003. Os resultados são os constantes da tabela abaixo (SCHWENTER; SILVA, 2003, p. 113):

Tabela 4 – Valores médios de DR, em orações, para ODs anafóricos no *corpus* do PEUL, por tipo de OD (DR=Distância Referencial)

Traços NP Variante	Traços NP			
	+A +E	+A -E	-A +E	-A -E
Nulo	2,5	3,5	4,0	3,2
Pronome	2,7	6,2	–	1,9
NP Lexical	8,0	2,1	2,2	2,4

Os resultados alcançados não foram os esperados pelos autores, que admitem que, em relação aos NPs lexicais, as predições da teoria da acessibilidade se confirmam apenas para os antecedentes [+a, +e], que são retomados por NPs lexicais quando há grande distância referencial (8,0). Entretanto, nas demais classes de antecedentes ([+a, -e] e [-a, ±e]), é a baixa distância referencial (em torno de 2,0) que parece favorecer os NPs lexicais, contra as predições da teoria da acessibilidade. O esperado, pela teoria, seria o contrário: baixa distância referencial

³¹ *Starting with the work of Givón (1983) and continuing on to later models like that of Gundel, Hedberg/Zacharski (1993), the principal generalization that has emerged is that there is “a correlation between the form of the anaphoric expression and the degree of accessibility of the referent, such that highly accessible referents are coded with minimal forms while referents which have low accessibility require morphosyntactically more complex expressions which also provide more information about the referent”* (SCHWENTER; SILVA, 2003, p. 112).

³² Para o conceito de distância referencial: “Referential distance: the number of clauses (or elapsed time) from the last occurrence in the preceding discourse” (GIVÓN, 1990, p. 462).

deveria favorecer objetos nulos e, a seguir, pronomes plenos, já que ambos são marcadores de alta acessibilidade, enquanto NPs lexicais são marcadores de baixa acessibilidade.

Esses autores (2003, p. 114), à procura de uma causa para a distribuição encontrada na tabela 4, observam que a teoria da acessibilidade canônica diz respeito à distribuição das formas anafóricas sem levar em conta as funções gramaticais que ocupam. Por outro lado, observam que há uma generalização importante relacionando estas funções e topicalidade: sujeitos são canonicamente tópicos, e objetos diretos são canonicamente não tópicos.

Sabe-se que sujeitos (em línguas que possuem essa categoria sintática) predominantemente também tendem a ser tópicos no nível do discurso, isto é, sujeitos normalmente correspondem a ‘sobre o que o falante pretende que a sentença principalmente trate’ (Gundel, Hedberg/Zacharski 1993: 279, fn. 10). [...] De modo contrário, objetos diretos tipicamente não são tópicos [...] (Comrie, 1979, inter alia) (SCHWENTER; SILVA, 2003, p. 114-115).³³

O resultado é que, quando objetos diretos têm propriedades de tópicos, há o que Aissen, citado por Schwenter e Silva (2003), chama de *markedness reversal*:

Essas relações com topicalidade são igualmente refletidas em outras tendências de sujeitos e objetos, como, por exemplo, ‘animacidade e definitude são propriedades não marcadas para sujeitos... Mas elas não são propriedades não marcadas para objetos. De fato, elas parecem ser propriedades marcadas para objetos’ (Aissen 2003: 438). Como Aissen salienta ainda, o contraste entre sujeitos e objetos diretos com relação a essas propriedades são um exemplo clássico do que tem sido chamado de ‘*markedness reversal*’ na literatura. (SCHWENTER; SILVA, 2003, p. 115).³⁴

Argumentam, então, os autores (2003, p. 114) que os NPs lexicais retomam antecedentes – com exceção dos [+a, +e] – com pequena distância referencial a fim

³³ *It is well-known that subjects (in languages that have such a syntactic category) overwhelmingly also tend to be topics on the discourse level, i.e., subjects normally correspond to “what the speaker intends a sentence to be primarily about” (Gundel, Hedberg/Zacharski 1993: 279, fn. 10). [...] Conversely, direct objects are typically non-topical [...] (Comrie, 1979, inter alia) (SCHWENTER; SILVA, 2003, p. 114-5).*

³⁴ *These correlations with topicality are likewise reflected in other tendencies of subjects and objects, e.g., that ‘animacy and definiteness are unmarked properties for subjects... But they are not unmarked properties for objects. In fact, they seem to be marked properties for objects.’ (Aissen 2003: 438). As Aissen further points out, the contrasts between subjects and direct objects with respect to these properties are a classic instance of what has been called “markedness reversal” in the literature (e.g., by Croft 1990) (SCHWENTER; SILVA, 2003, p. 115).*

de atribuir-lhes maior grau de topicalidade. Na pesquisa quantitativa que realizam, constatam que, em português brasileiro, a maioria dos NPs lexicais anafóricos são tópicos.

Nesta dissertação, considera-se que a teoria da acessibilidade não é uma forma razoável para que se explique o padrão que guia a distribuição das formas do objeto direto anafórico no português brasileiro. Os antecedentes com os traços [+a, +e], em oposição aos [-a] ou [-e], por terem a tendência de ser tópicos do discurso, se constituem nos referentes mais acessíveis. Portanto, segundo essa teoria, devem ser retomados pela forma mínima, que é a categoria vazia em posição de objeto. Mas, como já demonstrado em diversos trabalhos sobre o assunto (como o de Cyrino (1997)), eles são retomados, preferencialmente, por pronomes plenos. Os nulos, por sua vez, sendo a forma mínima de retomada anafórica do objeto direto, devem ter como referentes elementos com alto grau de acessibilidade no discurso. Os pronomes terão referentes menos acessíveis do que os nulos, enquanto os NPs lexicais serão aqueles que possuem os referentes com o menor grau de acessibilidade.

Contudo admite-se que o resultado encontrado para os DPs antecedentes [+a, -e], de acordo com a teoria da acessibilidade (RDs 6,2 para pronomes, e 3,5 para nulos, cfe. tabela 4), pode contribuir para esclarecer por que essa classe de antecedentes aceita retomada anafórica feita tanto por objetos nulos quanto por pronomes manifestos. Pelos valores de RDs encontrados no estudo de Schwenter e Silva (2003), quanto mais acessível for o antecedente, mais retomadas serão feitas por objetos nulos; quanto menos acessível, mais pronomes serão empregados.

Como esta dissertação tem interesse em investigar os tipos de retomadas anafóricas dos objetos diretos com relação aos traços semântico-pragmáticos de seus referentes, a discussão da teoria de Schwenter e Silva com relação à acessibilidade e topicalidade não será aqui aprofundada.³⁵

Schwenter e Silva (2003, p. 121), fazendo uma análise geral dos resultados de sua pesquisa, concluem que os objetos nulos são a forma não marcada para retomada anafórica de objetos diretos de terceira pessoa em português brasileiro.

³⁵ Um aprofundamento dessa hipótese pode ser encontrado no artigo de Scott A. Schwenter, 2006, "Null Objects across South America".

Já, especificamente, na classe dos antecedentes [+a, +e], a forma não marcada são os pronomes tônicos, sendo os objetos nulos a marcada. Os autores também sugerem que o uso de pronomes tônicos para a retomada de antecedentes [+a, +e] resulte do modelo fornecido pelos objetos diretos anafóricos de primeira e segunda pessoas, que ocorrem quase sempre com pronomes clíticos.

Ainda sobre a classe dos DPs antecedentes [+a, +e], os autores (2003, p. 109) apresentam exemplos em que a retomada dos DPs acontece por meio da categoria vazia em posição de objeto, apesar de não ser esse o contexto para a ocorrência de nulos, mas de pronomes manifestos.³⁶ Atribuem boa parte da explicação desse fenômeno ao que chamam de *pressão normativa*, ou seja, em português brasileiro, o emprego de pronomes plenos³⁷ – já que os clíticos acusativos de 3ª pessoa não são mais usados – como objetos diretos anafóricos é uma forma estigmatizada, que, inclusive, não chega a ser tratada pela gramática normativa. Também os objetos nulos, apesar de sua alta frequência de uso, não constam nas gramáticas normativas da língua. Mas, aparentemente, entre as duas formas, a considerada menos estigmatizada é o objeto nulo: é preferível a categoria vazia ao uso do pronome pleno em posição de objeto. Resultado disso é o emprego do objeto nulo na retomada dos antecedentes [+a, +e] para os falantes com grau mais alto de escolarização (SCHWENTER; SILVA, 2003, p. 118).

2.7 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, fez-se uma exposição do contexto teórico em que se insere o objeto nulo no português brasileiro, referindo-se autores cujos trabalhos são de grande importância para o assunto. A estrutura “elipse de VP” também foi contemplada, porém de maneira mais breve, pois o que se pretende, na presente pesquisa, é apenas verificar se o condicionamento semântico-pragmático de seu antecedente guarda alguma relação com aquele que parece levar ao uso do objeto nulo no português brasileiro.

³⁶ Os autores referem que foram encontradas 50 ocorrências (24,4%) em seu *corpus*, o que consideram significativo.

³⁷ Formas nominais.

No capítulo seguinte, serão apresentadas as hipóteses de Cyrino (1997) e de Menuzzi e Creus (2004) a respeito dos traços semântico-pragmáticos do DP antecedente que levam ao emprego da categoria vazia em posição de objeto no português brasileiro. O destaque dado ao trabalho desses autores está ligado ao objetivo desta dissertação de estabelecer uma comparação entre as hipóteses por eles propostas para o tema.

3 AS HIPÓTESES DE CYRINO E DE MENUZZI E CREUS

Neste capítulo, serão apresentadas as hipóteses de Cyrino (1997) e de Menuzzi e Creus (2004) referentes ao sistema de anáfora do português brasileiro para a retomada, em posição de objeto direto, de um referente de 3ª pessoa. Pretende-se dar destaque às questões de cunho semântico-pragmático do fenômeno, já que é esse o foco desta dissertação, como já esclarecido anteriormente.

Em primeiro lugar, será exposto o trabalho de Cyrino (1997), que investiga a relevância dos traços semântico-pragmáticos de animacidade e especificidade do antecedente para a escolha entre dois tipos de retomada anafórica. Sucintamente, segundo essa autora, os antecedentes com o traço [- animado] seriam retomados por objetos nulos, enquanto os com o traço [+ animado] seriam retomados pelos pronomes lexicais, com exceção dos casos em que o antecedente fosse [- específico], o que poderia resultar numa retomada nula, mesmo com antecedentes [+ animados].

Em seguida, será mostrado o trabalho de Menuzzi e Creus (2004). De acordo com esses autores, é a especificação de gênero semântico atribuída ao referente que define o emprego do objeto nulo ou do pronome pleno no português brasileiro.

3.1 O OBJETO NULO SEGUNDO CYRINO – UMA INTRODUÇÃO

Cyrino (1997) realizou um dos trabalhos mais importantes sobre objeto nulo no português brasileiro, o qual serviu de base para diversas outras pesquisas sobre o tema.

Como o estudo acima citado tem caráter sincrônico-diacrônico, a autora, por meio de análise de *corpus*, pôde observar o comportamento do emprego dos clíticos, dos objetos nulos e dos pronomes plenos no português brasileiro do século XVI até o século XX.

A conclusão a que chega Cyrino (1997) é de que a atuação conjunta dos traços de animacidade e especificidade do antecedente parecem ser os fatores

determinantes para a escolha, pelo falante do português brasileiro, da forma de retomada anafórica do objeto direto.

3.1.1 A hipótese de Cyrino

De acordo com Cyrino (1997), desde o século XVI, como pode ser observado na tabela (5), que será reproduzida a seguir, já havia a possibilidade de ocorrência de elipse sentencial em lugar do pronome clítico neutro *o*, empregado para retomar uma oração. Comparem-se os exemplos abaixo, em que aparecem as duas situações.

58) “Que é isto, sobrinho?”

“Eu o não sei, em minha consciência.” (CYRINO, 1997, p. 196)

59) “Pois como há aqui outro, fora D. Fuas?”

“Eu não sei ____, em minha consciência, que é má.” (CYRINO, 1997, p. 196)

Na tabela (5) a seguir, pode-se observar a evolução desse fenômeno gramatical no português brasileiro.

Tabela 5 – Uso do clítico neutro vs. elipse sentencial (CYRINO, 1997, p. 177)

Século	Total de estruturas	Clítico neutro “o”	Elipse sent./pred.
XVI	99 (100%)	76 (76,8%)	23 (23,2%)
XVII	68 (100%)	54 (79,4%)	14 (20,6%)
XVIII	90 (100%)	49 (54,4%)	41 (45,6%)
XIX	93 (100%)	12 (12,9%)	81 (87,1%)
XX	97 (100%)	–	97 (100%)

A primeira constatação de Cyrino foi que o pronome clítico neutro começou a deixar de ser usado, progressivamente, a partir do século XVIII, quando os falantes passaram a utilizar, com maior frequência, a elipse sentencial. Essa frequência de uso acentua-se no século XIX, chegando-se ao XX sem nenhuma ocorrência de pronome clítico neutro, conforme o *corpus* utilizado na pesquisa (CYRINO, 1997, p. 171).

Para Cyrino (1997), o emprego do objeto nulo no português brasileiro está relacionado a uma reanálise da queda desse clítico feita pelos falantes. Segundo a autora (1997, p.197), “podemos entender que a criança estendeu a possibilidade de objeto nulo (reconstrução de DP/NP antecedente) para todos os casos de antecedentes [+específico/referencial, –animado], mesmo os não sentenciais”. Portanto, para a criança, (60)³⁸ poderia ser produzida como (61):

(60) “ ‘...o homem do alecrim levou um capote com que estava coberto. E o levou como?’ (Antonio José, Guerras do Alecrim e Manjerona, p. 188) (CYRINO, 1997, p. 196).

(61) ‘E como levou ____?’ (CYRINO, 1997, p. 197)”

A autora complementa afirmando que, como a ausência do pronome não prejudicasse a interpretação da frase, o que anteriormente estava restrito ao clítico neutro *o* agora se estende a todos os clíticos acusativos de terceira pessoa com o traço semântico [- animado], gerando, assim, o objeto nulo.

A exemplo de Nunes (1996), Cyrino (1997) considera uma mudança ocorrida no sistema fonológico do português brasileiro um fator motivador para o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa. No decorrer do século XVIII, a direção da cliticização no português brasileiro passou a ser da esquerda para a direita, o que resultou na alteração da posição dos clíticos nessa variação da língua. Afirma Nunes (1996) que “para uma geração que adquiriu um valor diferente para a direção de cliticização fonológica, tornou-se impossível adquirir também os clíticos acusativos de terceira pessoa, uma vez que o *onset* de suas sílabas não pode mais ser licenciado.” (NUNES, 1996, p. 216-217)³⁹. Com base em exemplos coletados em sua pesquisa, Cyrino (1997) demonstra que, no século XVIII, eram encontradas muitas retomadas de sentenças por meio de elipse em lugar do clítico

³⁸ Os exemplos (60) e (61) correspondem aos exemplos (1) e (2) em Cyrino (1997), p. 196-197, respectivamente.

³⁹ Para mudança na direção de cliticização no português brasileiro, ver NUNES, J. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro (1996).

neutro, o que a leva a supor que a mudança de direção de cliticização no português brasileiro tenha ocorrido já no século XVII⁴⁰ (CYRINO, 1997, p. 183).

A partir dessa mudança fonológica, com a impossibilidade de usar o clítico de terceira pessoa em certos contextos – Cyrino (1997) menciona os contextos de início de frase e proclítico ao verbo principal -, o falante do português brasileiro foi obrigado a encontrar uma alternativa. Abre-se, então, uma possibilidade na gramática para o surgimento do objeto nulo.

Durante o século XIX, mais precisamente durante a segunda metade desse século, o pronome pleno de terceira pessoa – ele(s), ela(s) – se apresenta como mais uma possibilidade de realização do objeto direto anafórico. Afirma Cyrino:

Em português brasileiro, o clítico de terceira pessoa desaparece e temos em seu lugar a ocorrência de objeto nulo para antecedentes [-animados] e o pronome tônico para os outros tipos de antecedentes (CYRINO, 1997, p. 199).

Considere-se o exemplo abaixo:

62) João trouxe a Maria_i, mas Pedro não beijou ela_i. (CYRINO, 1997, p. 145)

De acordo com a autora, o objeto nulo no português brasileiro ocorre, predominantemente, com antecedentes [-animados]. Objetos nulos com antecedentes [+ animados, + específicos] constituem, segundo sua avaliação, sentenças agramaticais. Essa agramaticalidade pode ser verificada no exemplo por ela apresentado e aqui reproduzido.

63) *João trouxe a Maria_i, mas Pedro não beijou _____i. (CYRINO, 1997, p. 145)

⁴⁰ Cyrino (1997) encontra, na poesia de Gregório de Matos (séc. XVII), vários exemplos de próclise.

Em sua pesquisa diacrônica, Cyrino (1997) afirma ter encontrado apenas uma ocorrência de objeto nulo com antecedente [+ animado] e que poderia ser considerado [+ específico], qual seja:

64) “Descobriram o assassino do crime? Para mim a polícia não descobre ____.’ (Marques Rebêlo, Rua Alegre, 12, p. 17)” (CYRINO, 1997, p. 146).

Porém, argumenta a autora, o assassino pode ser um elemento não específico/referencial. Segundo suas próprias palavras, a polícia não descobre “o assassino do crime, quem quer que ele seja” (CYRINO, 1997, p. 146). Mas, mesmo que fosse considerado [+ específico], para Cyrino essa estrutura poderia ser classificada como uma elipse de VP, construção que, segundo seu entendimento, não obedece a restrições de animacidade.

Ainda segundo Cyrino (1997, p. 147), “quando o antecedente é não-específico, a preferência é de não se usar clítico no PB atual, mas sim a opção ‘objeto nulo’ [...]”. O exemplo (65), extraído de Duarte (1989), demonstra que mesmo antecedentes com traço [+ animado] podem ser retomados por objetos nulos, desde que esse traço [+ animado] esteja acompanhado do traço [-específico].

65) A FEBEM é um dos elos dessa corrente que cria o menor infrator; não é ela o único responsável, o único elo que cria ____, e como tal ela não consegue recuperar _____. (CYRINO, 1997, p. 147).

Com base em seu estudo, Cyrino (1997) demonstra que o traço de animacidade do antecedente, aliado ao de especificidade, exerce papel fundamental na distribuição de pronomes plenos e objetos nulos no português brasileiro. Em regra, os antecedentes [-animados] são retomados por objetos nulos, e os [+animados] pelos pronomes lexicais. Porém o traço de especificidade, como no exemplo (65), pode alterar essa relação, mostrando uma tendência a se empregar o objeto nulo para um antecedente [+animado, - específico].

3.1.2 O aspecto sintático do objeto nulo segundo Cyrino

Quanto ao estatuto sintático, a hipótese de Cyrino (1997) para o português brasileiro é de que o objeto nulo é um fenômeno de elipse em Forma Fonética e de reconstrução do DP/NP antecedente em Forma Lógica. Ou seja, o objeto nulo é interpretado em Forma Lógica como uma cópia de seu antecedente.

Para a autora, o objeto nulo no português brasileiro não pode ser um pro, pois não haveria como explicar a agramaticalidade de (63) face à gramaticalidade de (64), fato, aliás, já mencionado por Huang (1984, p. 541), que atribui a observação a Chao (1983).⁴¹

66) *O Pedro_i disse que a Maria beijou _____i.

67) O Pedro_i disse que a Maria beijou ele_i. (CYRINO, 1997, p. 145)

A hipótese de o objeto nulo ser um epíteto nulo, como defendido por Huang (1991) para o chinês, também é refutada por Cyrino (1997) para o português brasileiro, com base na análise feita a partir dos exemplos abaixo:

68) João usa seu computador todos os dias, e Pedro usa a engenhoca uma vez por semana.

69) João usa seu computador todos os dias, e Pedro usa ____ uma vez por

⁴¹ Cabe aqui uma ressalva. Os exemplos utilizados na literatura para embasar o julgamento de gramaticalidade de sentenças como as dos exemplos (66) e (67) normalmente testam casos de ligação com DPs antecedentes [+animados, +específicos], que são, justamente, os que desfavorecem o emprego do objeto nulo. O mesmo acontece no estudo de Cyrino (1997), como visto em (66) e (67). Seria necessário, portanto, que se reproduzisse esse teste em frases cujos DPs antecedentes portassem os traços [-animado, -específico], característica que privilegia o emprego da categoria vazia em posição de objeto.

Kato (2001) traz um exemplo, ilustrando sua teoria sobre o assunto, com um DP antecedente de traços [-animado, +específico], que se reproduz abaixo. Saliente-se que exemplos semelhantes foram observados por Bianchi & Figueiredo Silva (1994) e Galves (2001).

a) Esse prato_i não permite que você cozinhe _____i em fogo alto. (KATO, 2001, p. 138)

b) Esse prato_i não permite que você cozinhe ele_i em fogo alto. (KATO, 2001, p. 138)

Como demonstrado, nos casos em que o DP antecedente possui o traço [-animado], não há agramaticalidade. Parece não se sustentar, então, essa justificativa para que não se atribua à categoria vazia na posição de objeto o estatuto sintático de um elemento pronominal (pro).

semana. (CYRINO, 1997, p. 38)

A interpretação semântica das sentenças em (68) e (69) são distintas. Em (68), o referente de “engenhoca” é o computador de João, não podendo ser o computador de Pedro. Mas, em (69), há duas leituras possíveis para o objeto nulo: uma, em que Pedro usa o computador de João (leitura estrita); outra, em que ele usa o de João ou o dele próprio (leitura imprecisa). Logo, segundo a autora, se o objeto nulo no português brasileiro fosse um epíteto nulo, não haveria como explicar a diferença de interpretação entre as duas construções.

Também a proposta de Raposo (1986), que considera o objeto nulo uma variável, vestígio de um movimento, não é aceita por Cyrino (1997). Como visto mais detalhadamente no item (2.2) desta dissertação, o argumento proposto por Raposo (1986) para caracterizar o objeto nulo como uma variável é o fato de que o português europeu não admite essa categoria vazia em contexto de ilha para movimento. Como isso não acontece no português brasileiro, que é mais livre para o uso do objeto nulo, Cyrino (1997, p. 35) não vê como razoável essa classificação.

Em trabalho desenvolvido por Cyrino, Duarte e Kato (2000), na tentativa de elucidar os motivos de apagamentos de sujeitos e objetos (argumentos) que vinham ocorrendo em diversas línguas, as autoras propõem a “Hierarquia da Referencialidade”. De acordo com essa proposta, os elementos são apagados, ou não, conforme o maior ou menor grau de referencialidade de seus antecedentes. Os traços semântico-pragmáticos de animacidade e especificidade do antecedente são os responsáveis por determinar o grau de referencialidade.

Hierarquia da Referencialidade

Não argumentos	proposições	[–humano]	[+ humano]
3ªp (o “neutro”)		2ªp 1ªp	
[– específico]	-----	[+ específico]	
[– referencial]	-----	[+ referencial]	

(CYRINO; DUARTE; KATO, 2000, p. 3)

Como se pode verificar no esquema acima, nessa hipótese, os argumentos com o traço [+ humano] estariam na posição mais alta da tabela. O emissor (1ª pessoa) e o destinatário (2ª pessoa), que são, por natureza, seres com o traço [+ humano], ocupam o patamar mais alto na hierarquia, motivo pelo qual tendem a ocorrer preenchidos. Os pronomes de terceira pessoa que se referem a proposições são os que ocupam a posição mais baixa, são os menos referenciais.

O traço de especificidade [\pm específico] atua juntamente ao traço [\pm humano]: quanto mais específico o antecedente, maior a probabilidade de que não seja possível a ocorrência de uma categoria vazia para sua retomada.

Ainda segundo as autoras (2000), para as línguas que podem optar entre o preenchimento ou não da posição de objeto – aparentemente, de modo independente da estratégia utilizada para isso (pronomes nulos, elipse de NP e outros) –, o estatuto referencial do antecedente seria um fator que influenciaria essa opção. O estatuto referencial, por sua vez, é definido pelos traços de animacidade e especificidade do antecedente.⁴²

Cyrino (2003) apresenta outra proposta para a ocorrência de categoria vazia

⁴² O previsto pela Hierarquia da Referencialidade parece não estar de acordo com a constatação feita por Cyrino (1997) a respeito de uma provável origem do objeto nulo no português brasileiro. Segundo essa autora, o pronome clítico neutro foi o primeiro a cair em desuso, o que ocorreu a partir do século XVIII, sendo substituído pela elipse sentencial. Fazendo uma reanálise da queda desse clítico, os falantes teriam estendido essa estrutura para todos os casos de antecedentes com os traços [+específico/referencial, –animado], mesmo para os não sentenciais, surgindo, assim, o objeto nulo. Ocorre que o traço [+específico/referencial] ocupa uma posição alta na Hierarquia da Referencialidade, contrariando a ideia de que os pronomes de terceira pessoa que se referem a proposições são os que ocupam a posição mais baixa na escala, sendo os menos referenciais.

em posição de objeto direto para o português brasileiro. Em seu trabalho de 1997, a autora estabelece uma relação entre esse fenômeno e dois fatos ocorridos no português brasileiro, quais sejam: a mudança de direção da cliticização e a queda do emprego dos clíticos na língua, assuntos já abordados anteriormente nesta seção. Porém, como resultado de novos estudos e do aprofundamento de reflexão a respeito do assunto, Cyrino (2003) constata que não há como se estabelecer uma relação direta entre o aparecimento do objeto nulo e a diminuição do uso dos clíticos, já que nem todos os clíticos caíram. Como exemplo, cita os clíticos acusativos de primeira e segunda pessoas, que continuam atuantes no português brasileiro. O que a autora pretende mostrar, agora, é que a queda dos clíticos nessa língua e a ocorrência do objeto nulo são fatos independentes.

Para Cyrino (2003, p. 31), a queda do uso dos clíticos acusativos e o aparecimento do objeto nulo no português brasileiro, apesar de acontecimentos independentes, seriam consequência de um princípio mais geral: uma espécie de “Evite Pronome” para a posição de objeto. Esse assunto já havia sido discutido em Cyrino, Duarte e Kato (2000), momento em que as pesquisadoras verificam que esse princípio estaria atuando na posição de objeto, mas não na de sujeito⁴³.

Sobre o princípio “Evite Pronome”, Duarte (1995) reproduz as afirmações de Rizzi (1988, p.15):

Grosso modo, o uso de material pronunciado é legítimo apenas quando necessário para transmitir o significado pretendido, no escopo das restrições da GU e da gramática particular. Isso implica que, dada a existência de uma opção pronominal zero, em línguas como o italiano, a forma manifesta estará limitada a casos em que ela é necessária, por exemplo, quando o sujeito pronominal, sendo focal ou contrastivo, deve carregar o acento (evidentemente, o elemento zero não é capaz disso) (DUARTE, 1995, p. 29).⁴⁴

Cyrino (2003) encontra semelhança entre o princípio “Evite Pronome” para as línguas *pro-drop* e o objeto nulo no português brasileiro. Ainda em seu trabalho de 1997, a autora argumenta que a perda do clítico neutro no português brasileiro e

⁴³ A razão para este princípio não estar atuando na posição de sujeito no português brasileiro teria relação, segundo Duarte (1995), com o empobrecimento da morfologia verbal na língua.

⁴⁴ *Roughly speaking, the use of pronounced material is legitimate only when necessary to convey the intended meaning, within the constraints of UG and of the particular grammar. This implies that, given the existence of a zero pronominal option, in languages like Italian, the overt form will be limited to the cases in which it is necessary, i. e., when the pronominal subject, being focal or contrastive must bear stress (evidently, the zero element cannot bear stress) (RIZZI, 1988, p.15, apud DUARTE, 1995, p. 29).*

o aumento do uso do objeto nulo deu-se por uma “opção” entre usar ou não usar o clítico sem comprometer a interpretação (CYRINO, 2003, p. 40). E apresenta um exemplo do século XVIII, aqui reproduzido.

70) a. “Foi que D. Tibúrcio, com a pena de se ver cometido de três mulheres, como vossa mercê ____ sabe...

b. Que é isto, sobrinho?

Eu o não sei, em minha consciência.”

71) a. “Foi que D. Tibúrcio, com a pena de se ver cometido de três mulheres, como vossa mercê [o pro] sabe...

b. Que é isto, sobrinho?

Eu [o pro] não sei, em minha consciência.” (Antônio José, Guerras do Alecrim e da Manjerona, 1737) (CYRINO, 2003, p. 41)

De acordo com a autora, um exemplo como o (70), já no séc. XVIII, poderia ser elaborado como em (71). A estrutura de reconstrução é a mesma; a única diferença é que, em (71), não há realização fonética.

Para Cyrino (2003), seria possível dizer-se que, sobre (70) e (71), estaria atuando o princípio “Evite Pronome”, pois, havendo a reconstrução do objeto em Forma Lógica, a interpretação já estaria sendo feita pelo indivíduo, dispensando, dessa forma, a sua realização em Forma Fonética. Teria ocorrido, segundo a autora, uma generalização do uso desse princípio para a posição de argumento interno do verbo. Ele seria aplicado a elementos com baixa referencialidade, aqueles que se localizam mais à esquerda no esquema da Hierarquia da Referencialidade (CYRINO; DUARTE; KATO, 2000), ou seja, antecedentes com o traço [– animado], como já tratado anteriormente nesta subseção.

3.2 O OBJETO NULO SEGUNDO MENUZZI E CREUS – UMA INTRODUÇÃO

Menuzzi e Creus (2004), a partir de observações feitas por Cyrino (1997) a respeito do uso do objeto nulo vs. pronomes plenos, formulam uma hipótese

alternativa para o problema. Os autores concordam com Duarte (1989) e Cyrino (1997) quanto à forte influência que o traço semântico de animacidade do antecedente parece exercer sobre o falante para que ele faça a escolha entre o emprego do objeto nulo ou do pronome lexical para a retomada do objeto direto no português brasileiro, como ilustram os exemplos a seguir:

(72) Sabe a Maria? Eu encontrei **ela** ontem no cinema.

(73) Você já ouviu falar do último filme do Almodóvar? Eu fui ver ____ ontem e achei ____ meio chato. (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 150)

Em (72), o antecedente do elemento anafórico “ela” é **Maria**, nome que apresenta o traço semântico [+ animado]; dá-se preferência, portanto, ao emprego do pronome pleno. Já no exemplo (73), a retomada do referente **o último filme de Almodóvar** é feita por meio de uma categoria vazia, já que o antecedente possui o traço [- animado]. Segundo Menuzzi e Creus (2004, p. 150), as escolhas feitas são consideradas as opções mais naturais para o português brasileiro, julgamento aparentemente procedente.

Menuzzi e Creus (2004) também referem que Cyrino (1997) identifica o traço pragmático de especificidade do antecedente como um elemento a ser considerado, juntamente com a animacidade, para a decisão do uso de objeto nulo ou de pronome pleno. Porém, segundo avaliação dos autores, o efeito exercido por esse traço “é menos claro” nos resultados de Cyrino (1997). É justamente a partir daí que surge a proposta de Menuzzi e Creus (2004), que pretende mostrar que os efeitos dos dois traços – animacidade e especificidade – podem ser substituídos por uma oposição única: a do gênero semântico.

3.2.1 Considerações gerais sobre a hipótese de Menuzzi & Creus

Como já citado anteriormente, Menuzzi e Creus (2004) consideram válidos os resultados encontrados nas pesquisas de Duarte (1989) e Cyrino (1997). O resultado de Duarte (1989) que mais interessa a Menuzzi e Creus (2004) é a

distribuição das formas de retomada do objeto a partir do traço semântico de animacidade do antecedente, demonstrado na tabela a seguir:⁴⁵

Tabela 6 – Distribuição das variantes segundo a animacidade do antecedente (Duarte, 1989)

Antecedentes	Clíticos	PrPis	NPs anafóricos	ONs
[+ Animado]	76 (78,4%)	281 (92,4%)	99 (29,3%)	293 (23,7%)
[- Animado]	21 (21,6%)	21 (7,6%)	239 (70,7%)	942 (76,3%)
Total	97 (100%)	304 (100%)	338 (100%)	1.235 (100%)

Analisando a tabela 6, Menuzzi e Creus declaram:

A tabela mostra claramente que todas as opções anafóricas são fortemente condicionadas pela animacidade do antecedente. Há, na verdade, uma bifurcação na classe dos NPs antecedentes: os ‘pronomes pessoais’, clíticos ou plenos (PrPis), são fortemente favorecidos pela presença de um antecedente [+ animado], e as demais opções, ‘NPs anafóricos’ e ONs, são fortemente favorecidos por antecedentes [- animados]. Esta bifurcação nos dados de Duarte atesta, evidentemente, o contraste que queremos aqui discutir: como dissemos antes (cf. exemplos em (1))⁴⁶, PrPis e ONs se opõem com relação ao traço de animacidade do antecedente (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 156).

O trabalho de Cyrino (1997) também apresenta dados relevantes para Menuzzi e Creus (2004). Além de confirmar os achados de Duarte (1989) quanto à importância do traço de animacidade, o estudo ainda revela outro traço a ser considerado: a especificidade do antecedente, conforme tabela abaixo.

Tabela 7 – Distribuição diacrônica de ONs (vs. pronomes preenchidos) segundo animacidade/especificidade do antecedente (Cyrino, 1997)

Antecedentes	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX
[+A +E]	1/78 (1,3%)	2/31 (6,5%)	1/21 (4,8%)	1/46 (2,2%)	00/21 (-)
[+A -E]	1/8 (12,5%)	1/24 (4,2%)	00/1 (-)	00/12 (-)	4/7 (57,1%)
[-A +E]	3/61 (4,9%)	2/69 (2,9%)	8/99 (8,1%)	37/75 (49,3%)	64/74 (86,5%)
[-A -E]	2/26 (7,7%)	15/66 (22,7%)	2/32 (6,3%)	1/12 (8,3%)	27/29 (93,1%)

⁴⁵ Segundo Duarte (1989), na tabela 6, pronomes lexicais são as formas retas – ele, ela, eles, elas –, o mesmo que pronomes plenos; NPs anafóricos incluem NPs com N lexical e o demonstrativo “isso”; e categoria vazia anafórica corresponde ao objeto nulo.

⁴⁶ Corresponde aos exemplos (72) e (73) desta dissertação.

Menuzzi e Creus (2004), a partir dos dados constantes da tabela (7), destacam dois momentos que lhes parecem fundamentais no processo de incorporação dos objetos nulos no português brasileiro. O primeiro deles seria quando da passagem do século XVIII ao XIX: o percentual de utilização de objetos nulos com antecedentes [– animados, + específicos] avança de 8% para 49%, o que significa, ao mesmo tempo, um decréscimo no uso dos pronomes lexicais. Os autores acreditam que esse tenha sido o que chamam de “contexto de entrada” dos objetos nulos no português brasileiro, tendo em vista que, com os demais tipos de antecedentes, a mudança não se mostrou significativa no mesmo período.

O segundo momento a que se referem é a passagem do século XIX para o XX. Segundo os autores, esse período pode ser considerado o ponto de reanálise do sistema, já que houve mudanças significativas para todos os tipos de antecedentes, com exceção daqueles com os traços semânticos [+ animado, + específico].

Menuzzi e Creus (2004) afirmam que, para fins de sua hipótese:

[...] O que importa apontar é que, pelos dados de Cyrino resumidos na tabela 3⁴⁷ acima, o duplo condicionamento da alternância PrPis vs. ONs – isto é, o condicionamento simultâneo pelos traços de animacidade e especificidade – é uma constante desde o começo da reorganização do sistema de anáfora pronominal de objeto em PB” (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 156).

Argumentam os autores que, na passagem do século XVIII ao XIX, a classe que foi afetada (antecedentes com os traços [– animados, + específicos]) só pôde ser caracterizada pela especificação simultânea desses dois traços, conforme se pode constatar na tabela (7). O segundo momento de mudança significativa – século XIX para o século XX – mostra uma tendência muito forte para a polarização dos resultados entre os [+ animados] e [– animados]. Porém Menuzzi e Creus (2004) observam que ainda há uma classe relevante de antecedentes que só pôde ser caracterizada pela relação entre os dois traços semânticos, qual seja, a classe dos

⁴⁷ Corresponde à tabela (7) desta dissertação.

[+ animados, – específicos], que passa de nenhuma ocorrência de objeto nulo no século XIX, para 57,4% no século XX (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 157).⁴⁸

Admitindo que os resultados da pesquisa de Cyrino (1997) são significativos, Menuzzi e Creus (2004, p. 158) propõem o seguinte panorama sincrônico para o sistema de anáfora pronominal de objeto no português brasileiro:

Tabela 8 – Anáfora de objeto em PB – distribuição sincrônica atual de PrPIs e ONs (Cyrino, 1997)

Antecedentes	Distribuição		Padrão idealizado
	PrPI	ON	
[+A +E]	100%	-	PrPI/*ON
[+A –E]	43%	57%	PrPI/ON
[–A +E]	13%	87%	ON/*PrPI
[–A –E]	07%	93%	ON/*PrPI

Tomando esse quadro descritivo da distribuição de pronomes plenos e objetos nulos como correto em linhas gerais, a questão que passa a nortear Menuzzi e Creus (2004) é a seguinte: por que somente com antecedentes animados e não específicos é possível observar-se a ocorrência tanto de pronomes plenos quanto de objetos nulos? (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 159).

Será esse, portanto, o assunto a ser tratado na próxima subseção.

3.2.2 O gênero semântico do antecedente

Segundo Menuzzi e Creus (2004), é provável que o traço de animacidade do antecedente, como já mencionado em outros trabalhos sobre o objeto nulo no português brasileiro, exerça um papel fundamental na realização desses objetos, já que a especificidade parece ser relevante apenas para uma classe de antecedentes,

⁴⁸ Em nota nº 5, Menuzzi e Creus (2004) relatam que o número de ocorrências encontrado por Cyrino (1997) para a classe dos antecedentes [+ animados, – específicos] foi considerado bastante reduzido por Ruth Lopes durante VI Encontro do CELSUL: apenas dez ocorrências. Menuzzi e Creus, em sua proposta, assumem que os dados são significativos, mesmo cientes de que uma ampliação da amostra possa revelar o contrário. (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 174) Cabe aqui uma ressalva: na realidade, o número de ocorrências é sete, e não dez, como observado por Ruth Lopes. Veja-se tabela (7) acima.

os com traços [+ animado, – específico]. Se não fosse por esses, o emprego de objetos nulos ou de pronomes plenos no português brasileiro poderia ser assim resumido:

- a) antecedentes com traço semântico [+ animado] seriam retomados por pronomes plenos;
- b) antecedentes com traço semântico [– animado] seriam retomados por objetos nulos.

O que desfaz esse quadro é, exatamente, a classe dos antecedentes [+ animados, – específicos], para os quais se podem encontrar retomadas anafóricas tanto com objetos nulos quanto com pronomes plenos. Mediante essa constatação, Menuzzi e Creus (2004) passam a investigar o que há de particular com a classe dos [+animados, – específicos] que possa explicar esse comportamento.

Como visto na subseção anterior, Menuzzi e Creus (2004) não acreditam que os traços semântico-pragmáticos do antecedente – animacidade e especificidade – atuem de forma independente. Além disso, assumem a hegemonia do traço de animacidade sobre o de especificidade para explicar o sistema. Surge, assim, para os autores, a necessidade de identificar, no traço de animacidade, algum aspecto que possibilite a alternância verificada com os antecedentes [+animados, – específicos]. É nesse momento que trazem à discussão a noção de “gênero semântico” dos antecedentes.

3.2.3 A hipótese de Menuzzi & Creus

Menuzzi e Creus (2004) observam:

Para fazer as distinções necessárias em português, Mattoso Camara propõe a seguinte classificação dos nomes com o gênero nominal (cujo critério de identificação é o artigo que acompanha o nome): (a) nomes de gênero único: *a flor*; *o amor*; (b) nomes de dois gêneros sem flexão: *o/a artista*; *o/a intérprete*; (c) nomes de dois gêneros com flexão: *o mestre/a mestra*; *o menino/a menina*. Como se vê, a classificação de Mattoso é uma descrição das relações entre gênero semântico e mórfico.

Com base na teoria apresentada por Mattoso para o gênero dos nomes em português, os autores introduzem algumas definições operacionais que servirão de base a seu trabalho. A primeira é que o gênero gramatical está ligado a uma classificação morfossintática dos substantivos, isto é, aquela que estabelece as relações de concordância gramatical. Todos os substantivos da língua portuguesa possuem gênero gramatical, denotem eles seres animados (homem, menina) ou não (cadeira, balde). Dividem-se em dois gêneros: masculino e feminino. A marcação do gênero gramatical pode-se dar por marca morfológica no próprio vocábulo (74), ou pela concordância com o artigo definido (75), como mostrado logo abaixo:

(74) menina (em oposição a menino) (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 153)

(75) o balde

A segunda definição operacional de Menuzzi e Creus (2004) diz respeito ao conceito de gênero semântico. Para os autores, o gênero semântico está diretamente relacionado à classificação semântica dos substantivos. Portanto só possuem gênero semântico aqueles nomes que têm como referência indivíduos ou classes de indivíduos cujo sexo natural possa ser identificado, como em (76):

(76) mulher, boi, gata (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 153)

Por óbvio, substantivos que denotam entidades com o traço semântico [-animado] não possuem gênero semântico dentro dessa concepção.

Ressaltam que, em português, existem ainda substantivos com o traço [+animado] que podem referir indivíduos de ambos os sexos:

(77) pessoa, gente, habitantes (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 153)

Para esses, admitem haver gênero gramatical, mas não um gênero semântico inerente. O gênero semântico, nesse caso, pode ser determinado

contextualmente (cf. “A pessoa que esteve aqui era um delegado de polícia.” vs. “A pessoa que esteve aqui era uma professora do ensino fundamental.”)

Após a exposição desse quadro teórico, Menuzzi e Creus (2004) formulam, então, sua hipótese acerca do sistema anafórico para objetos em português brasileiro: é o gênero semântico do antecedente que determina a escolha entre o pronome pleno e a categoria vazia na realização do objeto direto anafórico. Se o antecedente possui gênero semântico identificável, um pronome pleno que com ele concorde vai ser empregado; caso contrário, a escolha recairá sobre o objeto nulo. Segundo Menuzzi e Creus (2004), os traços de animacidade e especificidade desempenham um papel secundário nessa proposta.

Seguem alguns exemplos de antecedentes classificados quanto aos traços de [animacidade], [especificidade] e ao gênero semântico (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 153).

(78) Maria, este senhor, esta mulher [+a, +e, +gs]⁴⁹

(79) um menino, todo garoto, qualquer mulher [+a, –e, +gs]

(80) muita gente, toda pessoa, um profissional [+a, –e, –gs]

(81) essa pedra, este carro, o Rio de Janeiro [–a, +e, –gs]

(82) qualquer árvore, uma sala, um poema [–a, –e, –gs] (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 153).

Verifica-se que, nos exemplos (79) e (80), NPs com os mesmos traços [+a, –e] podem ou não ter gênero semântico identificado. No primeiro grupo (79), os NPs possuem tanto gênero gramatical quanto gênero semântico identificados. Em (80), os NPs possuem gênero gramatical⁵⁰ identificado, mas não gênero semântico, pois seus referentes são grupos de indivíduos que podem incluir seres do sexo masculino e/ou do sexo feminino.

Num primeiro momento, essa nova formulação não parece apresentar vantagem sobre a que faz uso do traço de animacidade do antecedente. Todavia os

⁴⁹ [+a] = [+ animacidade]; [+e] = [+ especificidade]; [+ gs] = [+ gênero semântico]

⁵⁰ Quanto ao gênero gramatical, “gente” e “pessoa” são sobrecomuns; e “profissional” é “comum de dois gêneros”.

autores acreditam que, do ponto de vista conceitual, ela é “mais natural”. Esse entendimento vem do fato de que a opção entre um objeto nulo e um pronome pleno é resultado de um processo de concordância entre antecedente e forma anafórica. Antecedentes com gênero semântico selecionam, preferencialmente, pronomes plenos, porque esses – os pronomes plenos – são formas anafóricas especificadas para gênero. Já os antecedentes sem gênero semântico identificado favorecem o emprego dos objetos nulos, pois objetos nulos são categorias não especificadas para gênero.

Do ponto de vista empírico, os autores reconhecem que praticamente não há diferença entre sua formulação e a baseada no traço de animacidade, mas isso somente nos casos em que o antecedente for [– animado]. Para os antecedentes [+ animados], emerge uma diferença decisiva, que parece dar conta da classe dos [+ animados, – específicos], para a qual, como já visto anteriormente, podem-se encontrar retomadas anafóricas tanto com objetos nulos como com pronomes plenos.

Os substantivos [+ animados] podem referir classes de indivíduos de um só sexo, como **homem**, **mulher**, **menina**; ou classes com indivíduos dos dois sexos, como **paciente**, **pessoa**, **profissional** (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 161). O primeiro grupo de substantivos citados são os que Menuzzi e Creus (2004) intitulam de “substantivos com gênero semântico inerente”. Esses, independentemente do traço de especificidade, terão gênero semântico definido, como se pode constatar no exemplo (83) logo abaixo, em que todos são masculinos, independentemente de serem específicos ou não.

(83) um menino, todo garoto, qualquer homem [+a, –e, +gs]

O outro grupo, o de substantivos [+ animados] que denotam indivíduos dos dois sexos, não se comporta da mesma maneira. Para que seja possível

estabelecer-se o seu gênero semântico, é necessário saber-se se ele é específico ou não. Veja-se nos exemplos⁵¹:

(84) Aquele paciente ali ‘tá respirando com muita dificuldade... É melhor examinar {*e/e/??*___} logo.

(85) Aquela paciente ali ‘tá respirando com muita dificuldade... É melhor examinar {*e/a/??*___} logo.

(86) Quando um paciente ‘tá respirando com muita dificuldade, é melhor examinar { ___/?*e/e*} logo. (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 162)

No caso de (84) e (85), o antecedente – “paciente” – é um substantivo com o traço semântico [+ animado] e denota um ser específico – “aquele/a”–, portanto, o sexo do referente pode ser identificado, o que significa que o DP – “aquele/a paciente” – possui gênero semântico.

Em (86), não há especificação para o referente “paciente”, ele não denota um ser específico. Consequentemente, não há como atribuir-se a ele um gênero semântico, já que “paciente” pode referir um indivíduo do sexo masculino ou do feminino.

Sintetizando, são as seguintes as predições para o sistema de anáfora pronominal do português brasileiro que Menuzzi e Creus (2004, p. 162) apresentam para os antecedentes [+animados]:

- a) Antecedentes [+ animados, – específicos] **com** gênero semântico determinável ocorrerão com PrPIs;
- b) Antecedentes [+ animados, – específicos] **sem** gênero semântico determinável ocorrerão com ONs.

⁵¹ O julgamento de gramaticalidade é de Menuzzi e Creus (2004).

Com essa postulação, Menuzzi e Creus (2004) acreditam ter respondido, teoricamente, à pergunta que os motivava: por que os antecedentes com os traços [+ animado, – específico] admitem retomadas anafóricas tanto com objetos nulos como com pronomes pleno. A questão, agora, torna-se empírica: essas predições estão corretas?

Para verificá-las, Menuzzi e Creus aplicam um teste de gramaticalidade a 13 alunos de pós-graduação (2004, p.163).⁵² Os resultados obtidos foram os seguintes:

Tabela 9 – Distribuição de ocorrências de ONs e PrPIs segundo o tipo do antecedente
(Adaptado de M&C, 2004, p. 165)

Antecedentes	ONs	PrPIs
[+A –E –GS]	24/37 (64,9%)	13/37 (35,1%)
[+A –E +GS]	09/31 (29,0%)	22/31 (71,0%)
[+A +E +GS]	08/31 (25,8%)	23/31 (74,2%)

Menuzzi e Creus (2004) apresentam a seguinte análise para os resultados encontrados:

- a) o resultado encontrado para antecedentes com traços [+animado, +específico], com a preferência pelo emprego dos pronomes plenos para a retomada do antecedente (74,2%), confirma a tendência referida em Cyrino (1997);
- b) para os antecedentes [+a, –e, +gs], o uso de pronomes plenos atinge 71%, contra apenas 29% de objetos nulos. Na opinião dos autores, esse é um forte indício de que a sua predição é plausível, já que, de acordo com ela, os pronomes plenos são a opção preferida para a retomada de antecedentes com gênero semântico identificável;
- c) os resultados encontrados para antecedentes [+a, –e, +gs] e [+a, +e, +gs] são praticamente iguais, ambos dando preferência aos pronomes plenos – 71% e 74,2%, respectivamente. Os percentuais sugerem, de

⁵² Para detalhes do teste aplicado, remete-se à leitura de “Sobre o Papel do Gênero Semântico na Alternância entre Objetos Nulos e Pronomes Plenos em Português Brasileiro”, publicado na Revista *Abralin*, vol. III, n^{os} 1 e 2, p. 149 a 176, julho a dezembro de 2004.

acordo com Menuzzi e Creus (2004), que formam uma classe natural de antecedentes no que diz respeito à alternância entre objetos nulos e pronomes plenos;

- d) o padrão crucial de antecedentes, os especificados para [+a, -e, -gs] mostra uma forte tendência para uso dos objetos nulos, 64,9%, apresentando apenas 35,1% para preenchimento por pronomes plenos. Esses números contemplam a expectativa de Menuzzi e Creus (2004), ou seja, para antecedentes sem gênero semântico esperar-se o uso da categoria vazia.

Sintetizando as análises acima, tem-se que:

- e) o padrão de antecedentes que apresenta o traço [+gs] tem como resultado, em média, os percentuais de 72,6% para o uso de pronomes plenos e 27,4% para objetos nulos;
- f) o padrão de antecedentes que apresenta o traço [-gs] mostra um resultado praticamente inverso, ou seja, 35,1% para o uso de pronomes plenos e 64,9% para objetos nulos.

Considerando os resultados em (e) e (f), afirmam Menuzzi e Creus (2004):

Os efeitos dos traços de animacidade e especificidade são secundários em relação ao efeito do traço de gênero semântico. Só assim se pode compreender o fato de que os antecedentes [+a, -e, +gs] e [+a, +e, +gs] formam uma classe natural com relação à alternância ONs/PrPIs, e que o padrão que apresentam é o reverso quase que preciso do padrão apresentado pelos antecedentes [+a, -e, -gs] (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 167).

Concluem os autores:

[...] Com base nos resultados da tabela 4⁵³ até aqui discutidos, há forte evidência de que a presença ou ausência de gênero semântico é um fator fundamental no condicionamento da alternância entre PrPIs e ONs; e, mais,

⁵³ A tabela 4 corresponde à tabela 9 desta dissertação.

que os efeitos desta distinção se sobrepõem aos efeitos dos traços de animacidade e especificidade, que possivelmente derivam deles (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 168).

Menuzzi e Creus (2004) reconhecem que os resultados a que chegaram com o teste de julgamento não atingem a polarização necessária para se afirmar ser o gênero semântico o único fator capaz de determinar a alternância entre o emprego de plenos e nulos. Para esses autores, é possível que essa ausência de polarização nos resultados esteja ligada ao teste de julgamento utilizado na pesquisa, mas não explicam a razão dessa suposição (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 168).

Vale enfatizar que, para Menuzzi e Creus (2004), a hipótese por eles formulada é capaz de fornecer uma explicação para o que chamam de “distinção triádica entre antecedentes [-animados], [+animados, +específicos] e [+animados, -específicos]” (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 169). A distinção entre [+animados] e [-animados] se dá em função de que somente é possível atribuir-se gênero semântico a seres animados. E, mais importante para os autores, a divisão que ocorre na classe dos antecedentes [+animados] não resultaria do acréscimo do traço de especificidade em si, mas da própria característica dos NPs [+animados], que podem apresentar gênero semântico identificável [+gs] ou não [-gs]. Portanto, para os antecedentes [+animados], o que é relevante não é a oposição entre NPs [+animados, +específicos] e [+animados, -específicos], e sim a oposição entre [+animados, +gs] e [+animados, -gs] (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 169).

Como vem sendo apontado desde o início, o foco desta dissertação está dirigido às motivações semântico-pragmáticas que condicionam o uso do objeto nulo ou do pronome pleno no português brasileiro. Mas há uma consequência teórica adicional da proposta de Menuzzi e Creus (2004) que é muito importante para a discussão sobre o *status* dos objetos nulos no português brasileiro. Nas palavras dos próprios autores:

Se estamos certos em presumir que a distinção entre ONs e PrPIs é essencialmente uma oposição entre formas anafóricas de 3ª pessoa especificadas ou não para gênero – isto é, para um traço ϕ -, parece-nos que a solução mais simples seria admitir que ONs são algum tipo de elemento pronominal. (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 170).

3.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

No capítulo que aqui se encerra, foram apresentadas as hipóteses de Cyrino (1997) e de Menuzzi e Creus (2004) a respeito dos traços do antecedente que poderiam condicionar o emprego do objeto nulo ou do pronome pleno na retomada anafórica do objeto direto no português brasileiro. Como visto, para Cyrino (1997), os traços semântico-pragmáticos do antecedente – animacidade e especificidade – seriam os responsáveis por essa opção. Já Menuzzi e Creus (2004) creditam ao gênero semântico do antecedente – identificável ou não – essa distinção.

Passa-se, no próximo capítulo, à exposição da metodologia utilizada nesta pesquisa.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, serão descritos os procedimentos metodológicos adotados para o estudo de *corpus* realizado nesta dissertação, ou seja, quais os critérios utilizados na seleção do *corpus*, no levantamento de dados e na classificação desses em termos das propriedades semântico-pragmáticas do antecedente do objeto anafórico.

4.1 SELEÇÃO DO *CORPUS*

O objetivo deste trabalho, como já exposto anteriormente, está diretamente relacionado à hipótese de Cyrino (1997) a respeito de objetos nulos, apresentada em sua tese de doutorado. Para assegurar que a comparação entre essa e a hipótese de Menuzzi e Creus (2004) sobre o assunto fosse feita com base nos mesmos dados, buscou-se utilizar o mesmo *corpus*⁵⁴. Portanto foram adotadas, para a constituição do *corpus* da presente pesquisa, as mesmas obras selecionadas por aquela autora para análise do fenômeno no século XX. Assim, os textos que constituem o *corpus* deste trabalho são os seguintes: “Rua Alegre, 12”, de Marques Rebêlo (1940); “O Pagador de Promessas”, de Dias Gomes (1959); “Um Grito Parado no Ar”, de Gianfrancesco Guarnieri (1973); e “No Coração do Brasil”, de Miguel Falabella (1992).

Para Cyrino (1997, p. 161), era necessário que os textos selecionados reproduzissem o português brasileiro utilizado pelos falantes nativos. Sua escolha recaiu sobre as obras acima mencionadas exatamente por serem do gênero dramático (peças teatrais), que envolve basicamente diálogos, isto é, troca de enunciados falados entre personagens. São comédias dramáticas, peças “que retratam o cotidiano, e, portanto, a linguagem coloquial.” (CYRINO, 1997, p. 161).

⁵⁴ O *corpus* que integra esta dissertação apresenta-se numericamente ampliado em relação ao de Cyrino (1997). Observa a autora: “Os dados analisados foram extraídos de textos do português brasileiro através de cinco séculos. Para deixar a análise uniforme, considereei 300 dados de cada século, extraídos de páginas consecutivas” (CYRINO, 1997, p. 158). Como esse *corpus* (mais precisamente o do séc. XX) precisou ser reconstituído, pois não havia registro dele, optou-se por coletá-lo na íntegra, sem limitação do número de dados.

Cabem algumas considerações a respeito das obras que deram origem ao *corpus*, já enumeradas anteriormente. O texto que mais se distancia no tempo é o de Marques Rebêlo, “Rua Alegre, 12”, escrito em 1940. É uma história urbana, ambientada no Rio de Janeiro, tendo como protagonistas duas típicas famílias de classe média. A linguagem que o autor utiliza para contar os dramas de seus personagens é revestida de certo grau de formalismo. Um indicador disso é a quantidade de pronomes clíticos que emprega. Em 61 ocorrências de objetos diretos anafóricos, 30 retomadas são efetuadas por objetos nulos, 30 acontecem por pronomes clíticos, e apenas uma registra a utilização de um pronome pleno.

Dias Gomes, em “O Pagador de Promessas”, de 1959, já apresenta um grau de formalismo menor. Em 69 ocorrências dessa mesma categoria, faz uso de 37 objetos nulos, utiliza clíticos em 17 delas, preenchendo 15 com pronomes plenos.

Gianfrancesco Guarnieri produz seu texto para teatro em 1973. O regime ditatorial instaurado no Brasil obrigou-o a lançar mão de estratégias para escrever sua peça, em função da censura. A diferença de registro em relação às obras de Marcos Rebêlo e Dias Gomes é significativa, assim como o comportamento de seus personagens. A produção literária da época lançava mão de metáforas e alegorias para discutir o momento pelo qual o país passava, com a supressão dos direitos individuais. Percebe-se, a partir daí, uma marcante diferença na linguagem empregada por Guarnieri. Mantendo a mesma linha para fins de comparação, em “Um Grito Parado no Ar” (GUARNIERI, 1973), encontram-se 8 pronomes plenos e apenas um clítico, em 43 ocorrências de objeto direto anafórico.

Miguel Falabella, por sua vez, ao escrever “No Coração do Brasil”, em 1992, faz uso de 3 clíticos, 2 pronomes plenos e 34 objetos nulos, num total de 39 ocorrências; ou seja, preenche somente 12,8% das posições de objeto direto anafórico.

Essa breve análise sugere que o *corpus* utilizado por Cyrino em sua tese (1997) e, conseqüentemente, o desta dissertação, não é um *corpus* homogêneo em função da diferença de registro encontrada entre as obras. Uma das razões, por certo, está relacionada ao lapso de tempo que separa essas produções literárias, 52 anos, o que pode perturbar ligeiramente a análise. As considerações feitas a respeito da constituição do *corpus* têm como objetivo apenas registrar alguns fatores

que foram observados durante a elaboração deste trabalho.

4.2 COLETA DE DADOS

Uma vez decididas as obras que serviriam como fonte de pesquisa desta dissertação, efetuou-se a coleta dos dados para o estabelecimento do *corpus* a ser estudado. Foram selecionados os **objetos diretos anafóricos** em três das situações em que se apresentam:

- a) o **objeto nulo**, em que não há o preenchimento da posição de objeto;
- b) o **pronome pleno**, em que a posição de objeto é preenchida por um pronome pessoal reto;
- c) e o **pronome clítico**, em que há o emprego de um pronome oblíquo átono para a retomada anafórica do objeto direto.

Todos esses casos foram considerados apenas para a 3ª pessoa, já que, como ficou demonstrado no capítulo 3, só há ocorrência expressiva de objetos nulos em PB com antecedentes de 3ª pessoa. Existem algumas peculiaridades no *corpus* que necessitam de esclarecimento.

Cyrino (comunicação pessoal, 23.04.2014) informa que, quando da realização de sua tese, foram coletados 300 dados por século – seu estudo tem caráter diacrônico. Tais dados incluíam objetos diretos nulos, objetos preenchidos por pronomes plenos e clíticos, casos de elipse de VP e, finalmente, casos de exopro. Entretanto Cyrino esclarece que, para o cálculo da frequência relativa de objetos nulos, os dois últimos tipos de estrutura foram excluídos. Para os casos de exopro, os motivos que levaram a autora a não considerá-los foram, primeiro, o fato de seu estudo estar focado no objeto nulo no português brasileiro, e o exopro poder ocorrer em outras línguas; e, segundo, o objeto nulo em que concentra o seu trabalho é o anafórico, isto é, aquele que tem um antecedente no discurso anterior, o que não se aplica ao antecedente do exopro, que não se encontra no discurso, e sim

no contexto pragmático.

A exclusão da elipse de VP da análise de seus dados está relacionada ao fato de que essa estrutura é tratada pela literatura, desde Raposo (1986), como um caso distinto daquele dos objetos nulos, a que se dedica Cyrino em sua tese (1997).

Portanto seus resultados retratam apenas a distribuição relativa de nulos *versus* “objetos preenchidos”, isto é, pronomes plenos ou clíticos.

Na verdade, há mais um tipo de anáfora nula de objeto direto que Cyrino exclui de seu estudo do português brasileiro contemporâneo. Seu trabalho deixa claro que os objetos nulos surgem em português basicamente no contexto com antecedentes sentenciais e, possivelmente, daí generalizam-se, contribuindo para a queda dos clíticos acusativos. Assim, em seu estudo, Cyrino (1997) avaliou os nulos com antecedentes sentenciais (proposicionais) em relação ao uso do clítico acusativo neutro **o**. Ou seja, já em Cyrino parte-se do pressuposto de que o objeto nulo com antecedente sentencial não compete com os pronomes plenos, como **ele**, **ela** e suas outras formas, em português brasileiro contemporâneo. Adota-se aqui a mesma premissa.

Dessa forma, para fins deste trabalho, não foram considerados os objetos diretos anafóricos com antecedentes proposicionais, como em (87), e aqueles que encontram seus referentes no contexto extralinguístico, denominados exopro, como em (88):

87) “E você não tem o rei na barriga?/Você acha ___?” (REBÊLO, 1940, p. 47)

88) (Mostrando o jornal.) “Tome ____, leia ____...” (exopro) (DIAS GOMES, [19??], p. 155)

Quanto à elipse de VP, optou-se por inseri-la nesta pesquisa para realizar uma avaliação dessa estrutura com finalidade estritamente comparativa,

diferentemente de Cyrino (1997).⁵⁵ Caso haja paralelismo entre os resultados encontrados em relação aos traços semântico-pragmáticos que norteiam o emprego do objeto nulo e os que norteiam a elipse de VP no português brasileiro, será preciso reconsiderar a ideia de que não há qualquer relação entre as duas estruturas.

Constituem a amostra utilizada neste trabalho 299 ocorrências, coletadas entre as quatro obras já referidas. Dessas, 135 são “objetos nulos propriamente ditos”, isto é, satisfazem os critérios de identificação desta categoria; 77, posições de objeto direto anafórico preenchidas por pronomes plenos ou clíticos; 54, casos de elipse de VP; e 33 pertencem a uma categoria que foi introduzida, a “Outros”, que será detalhada em seguida. A distribuição da amostra pode ser visualizada na tabela (10):

Tabela 10 – Distribuição da amostra por tipo de ocorrência

Objeto Nulo	PrPI/Clít.	Elipse de VP	Outros	Total
135	77	54	33	299

4.3 CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS

Após a coleta dos dados nos moldes colocados anteriormente, passou-se à etapa de classificação das ocorrências de acordo com os traços semântico-pragmáticos relevantes dos antecedentes. Foram considerados, seguindo a discussão de Cyrino (1997) e de Creus e Menuzzi (2004), os seguintes traços: animacidade [+ ou – animado], especificidade [+ ou – específico] e gênero semântico [+ ou – gênero semântico]. Tendo em vista o papel desempenhado por esses traços, será feita, a seguir, uma pequena discussão teórica sobre a sua conceituação.

⁵⁵ O critério utilizado para seleção de elipses de VP foram a identidade verbal e a proximidade das sentenças no discurso, como no seguinte exemplo: “Mandou que tirasse **aquela porcaria de cima da ferida**. Eu tirei ____” (DIAS GOMES, [19??], p. 73).

4.3.1 Sobre a especificidade

Nesta subseção, serão apresentados dois enfoques a respeito do traço de especificidade: o de Mürvet Enç (1991) e o de Puskás e Ihsane (2001).

Para Puskás e Ihsane (2001, p. 40), especificidade e definitude, ambos traços atribuídos a DPs⁵⁶, não devem ser confundidos. As autoras diferenciam-nos atribuindo os seguintes conceitos a cada um deles:

- a) a definitude seleciona um objeto na classe de objetos possíveis;
- b) a especificidade está relacionada a elementos preestabelecidos no discurso.

Mürvet Enç (1991, p. 9), com base em dados do turco, adota posição distinta, assumindo que especificidade e definitude são características relacionadas: ambas precisam que os referentes do DP estejam ligados a referentes preestabelecidos no discurso. Para Enç, o que distingue essas características é a natureza de sua relação: para um DP definido (nomes, pronomes e descrições definidas, segundo Enç), a relação relevante é a da identidade; para um DP específico, a relação relevante é a da inclusão. Essa autora afirma que todos os DPs definidos são específicos, já que identidade de referentes implica inclusão.

(89) *Five children arrived late. They had missed their bus.* (ENÇ, 1991, p. 9)
(Cinco crianças chegaram tarde. Elas perderam seu ônibus.)

O pronome “*they*” é definido e seu antecedente é “*five children*”. A segunda sentença é adequada somente se esse pronome estiver coindexado a “*five children*”, e os dois DPs (“*they*” e “*five children*”) tiverem a mesma referência. Como a relação de inclusão envolve sempre identidade, o pronome é específico (ENÇ, 1991, p. 9).

⁵⁶ DP – Determiner Phrase

Ainda conforme Enç (1991), os DPs indefinidos, assim como os não específicos, são aqueles que introduzem elementos no discurso, ou seja, o seu referente discursivo não deve estar ligado a outro previamente estabelecido. Mas, salienta a autora, os DPs indefinidos podem também ser específicos, como no caso dos partitivos.

Os indefinidos partitivos, como “*two of the books*” (dois dos livros), referem-se a grupos que são subgrupos do referente do DP contido no partitivo (ENÇ, 1991, p. 10). Exemplifique-se com os seguintes casos:

- (90) a. Tem poucos livros na estante.
 b. Além disso, dois dos livros não podem ser vendidos.⁵⁷

No exemplo (90), o DP indefinido partitivo – dois dos livros (90b) – refere-se a um grupo de livros que é um subgrupo de “poucos livros” (90a). Portanto, na concepção da autora, um DP partitivo é sempre específico, já que se refere a um subgrupo de um grupo já anteriormente estabelecido do contexto discursivo (ENÇ, 1991, p. 10).

Em (90a), “poucos livros” seria um DP indefinido e não específico, porque não é idêntico a nenhum referente previamente introduzido, nem está contido num conjunto anteriormente citado no discurso.

Puskás e Ihsane (2001, p. 40), com outro ponto de vista, demonstram que não há relação necessária entre esses conceitos – especificidade e definitude -, como assevera Enç (1991). Para ilustrar, apresentam o seguinte exemplo:

- (91) *J'ai pris le train.* (PUSKAS; IHSANE, 2001, p. 40)
 (Eu peguei o trem.)

De acordo com a interpretação das autoras (2001), o DP definido “o trem” pode ser específico. Porém, dependendo do contexto em que a sentença estiver

⁵⁷ Os exemplos que não estiverem acompanhados do crédito de seu autor foram criados pela autora desta dissertação.

inserida, esse DP também pode ser interpretado como não específico. Nesse caso, o seu referente não estaria preestabelecido no discurso: alguém poderia estar se referindo a um trem qualquer, e não a um determinado trem.

Como se pode constatar por essa breve exposição, parece não haver um consenso entre os autores sobre o conceito do traço de especificidade dos elementos nominais.

Cyrino (1997), para a classificação das ocorrências de seu *corpus*, faz uso de uma relação que se estabelece entre o referente e sua identificação pelo falante, independente do contexto linguístico direto. “Um objeto direto é específico, se, de acordo com a perspectiva do falante, o referente tem uma única identificação. Caso não haja um único referente, é não específico” (comunicação pessoal, 25.11.2014).

Esse critério foi também utilizado para as ocorrências do *corpus* desta dissertação, já que é necessário que se mantenha a maior similaridade possível com o estabelecido por Cyrino (1997) sobre os objetos nulos no português brasileiro, pois o presente trabalho se propõe a estabelecer um paralelo entre as propostas de Cyrino (1997) e de Menuzzi e Creus (2004). Para ilustrar, apresentam-se exemplos retirados do *corpus* desta dissertação.

(92) “BARBOSA: E aquele tal negócio da usina Esperança?//ALFREDO: Está em bom pé, felizmente.//BARBOSA: Mas você acha que é um bom negócio mesmo, Alfredo?// ALFREDO: O negócio é bom, pode crer.// BARBOSA: Então por que o Lopes largou ____?” (REBÊLO, 1940, p. 27)

No exemplo (92), o referente do objeto nulo, para os dois personagens – Barbosa e Alfredo –, tinha apenas uma identificação: o negócio da usina Esperança. Assim, o antecedente desse objeto – negócio da usina Esperança - foi classificado como específico.

(93) “LURDES: Vai mandar a Guilhermina preparar um chazinho para mim.//LUIZA: Guilhermina está ocupada, mamãe. Eu mesma faço ____.” (REBÊLO, 1940, p. 97).

Nesse outro exemplo (93), não necessariamente o referente do objeto nulo – um chazinho – é o mesmo para os dois personagens, pois mãe e filha podem estar pensando em chás de sabores diferentes, gelado ou quente, servido em xícara ou em copo. Em casos semelhantes, o antecedente foi classificado como não específico.

4.3.2 Sobre a animacidade

Bernard Comrie (1981, p. 179-180) destaca que a animacidade é uma propriedade conceitual extralinguística, mas que exerce um papel importante nas línguas naturais. Inicialmente, o autor define essa propriedade como uma hierarquia entre elementos, que vai do mais alto ao mais baixo grau de animacidade, ou seja, humano>animal>inanimado. Ainda conforme Comrie (1981), existem línguas que fazem uso dessa escala com maior ou menor refinamento, como, por exemplo, as que a dividem apenas entre humanos e não humanos, ou entre animados e inanimados.

Por outro lado, há as que diferenciam, na hierarquia, humanos referidos por nomes próprios e humanos referidos por nomes comuns; ou animais superiores e outros animais, como refere R.M.W. Dixon (1979), ao estudar Yidiny, língua falada por uma tribo australiana, citado por Comrie (1981, p. 189).

Ressalte-se, todavia, que a influência da animacidade não se restringe a fenômenos semânticos, já que, em línguas como o persa, a animacidade está presente na relação de concordância, como constata Sedighi (2005, p. 1):

“Em persa padrão, somente sujeitos animados estabelecem com os verbos uma relação de concordância em número; sujeitos inanimados no plural aparecem com verbos no singular.”. Isso é mostrado abaixo.⁵⁸

⁵⁸ *In Standard Persian, only animate subjects induce number agreement on the verb and plural inanimate subjects appear with singular agreement morphology. This is shown below (SEDIGHI, 2005, p.1).*

(1) *toofan-ha-ye peyapey dehkaede ra* [viram kaerd-0]
 tempestade-pl-prep constante cidade Acus. destruir-passado-3sg
 Tempestades constantes destruíram a cidade. (SEDIGHI, 2005, p.1)

Em outras línguas, como o russo, “os nomes e os adjetivos a que são atribuídos o Caso Acusativo na sintaxe tomarão a forma morfológica de genitivo se animados, e nominativo se inanimados [...]” (RAPPAPORT, 2003, p. 2, citado por LAGE, 2010, p. 223).

Diante do resultado das pesquisas sobre o traço de animacidade dos elementos nominais das línguas, que atribuem a ele um papel de destaque tanto no aspecto semântico quanto no sintático, parece razoável a sua influência no licenciamento do objeto nulo no português brasileiro, como postula Cyrino (1997) em seu trabalho sobre o assunto. Da mesma forma, Menuzzi e Creus (2004) veem no traço da animacidade do DP antecedente um fator relevante para a realização do objeto direto anafórico, já que a proposta desses autores envolve gênero semântico, que somente pode ser atribuído a elementos [+animados].

4.3.3 Gênero gramatical vs. gênero semântico (ou gênero natural)

Como a hipótese apresentada por Menuzzi e Creus (2004) para a ocorrência de objetos nulos está baseada no “gênero semântico” do antecedente, faz-se necessário clarear esse conceito. Para tanto, na sequência, será feita uma breve exposição da abordagem de Joaquim Mattoso Camara Jr. a respeito do assunto, sobre a qual se assenta o conceito de gênero semântico adotado por Menuzzi e Creus (2004).

É fundamental que seja feita, desde logo, uma distinção entre os conceitos de gênero semântico e gênero gramatical dos nomes, os quais, com alguma frequência, são empregados sem distinção.

A teoria desenvolvida por Joaquim Mattoso Camara Jr. a respeito do gênero dos nomes é de grande importância para o português. Muitos trabalhos sobre morfologia que se seguiram aos estudos de Mattoso tiveram-na como referência. Também Menuzzi e Creus (2004) utilizam-na em sua hipótese sobre os traços

semântico-pragmáticos que influenciam a realização do objeto nulo em português brasileiro.

Mattoso Camara Jr., ao discutir a categoria de gênero dos substantivos, salienta que as gramáticas tradicionais do português expõem o tema de forma confusa e incoerente (CAMARA JR., 2011, p. 88). A causa dessa inadequação, segundo o autor, é a tentativa de atrelar-se o gênero ao sexo biológico no reino animal, já que todos os substantivos portugueses – e não apenas os que nomeiam seres animados – possuem gênero. Se gênero correspondesse a sexo biológico, seria difícil explicar a atribuição de gênero aos substantivos que designam objetos [-animados] e que são, obviamente, assexuados.

Sua visão sobre o problema não é original. Na Antiguidade, já havia registro da falta de correspondência categórica entre os conceitos de gênero e sexo:

[...] os estóicos compreenderam a operação de concordância em gênero, e perceberam a falta de correspondência entre gênero e sexo, apontando como função do artigo indicar o gênero e o número do nome. (NEVES, 2002, p. 40).

Ainda conforme Mattoso (1959, p. 163), historicamente o gênero dos nomes em línguas indo-europeias foi estabelecido em função da presença ou da ausência do traço semântico de animacidade: haveria, então, um gênero correspondente aos seres com o traço [+ animado], e outro destinado aos demais, o chamado gênero gramatical neutro. O primeiro, o “gênero animado”, posteriormente teria sido subdividido em masculino e feminino. Portanto existem línguas indo-europeias que apresentam dois gêneros para os nomes – masculino e feminino –, como o português, e outras que apresentam um sistema tripartido, como o alemão, com masculino, feminino e neutro.

Embora defendendo a ideia de que gênero gramatical não deva ser associado a sexo biológico, Mattoso (2002, p. 62) reconhece que, no caso dos substantivos que denotam seres do reino animal, existe uma estreita correlação entre as noções de gênero e sexo. Porém nem mesmo nesse âmbito ela é absoluta, como pode ser observado nos exemplos abaixo.

(94) (o-a)estudante/(o-a)camarada – substantivos que apresentam uma forma para os dois sexos; a definição do sexo se dará pela anteposição do artigo, sendo “a” para o feminino, e “o” para o masculino (são classificados como “comuns de dois gêneros” pela GT).

(95) (o)ídolo/(a)criança – substantivos sempre masculinos, ou sempre femininos, apesar de poderem se referir a homens ou a mulheres (“sobrecomens”, na GT).

(96) (a)cobra/(o)tigre – usados para animais irracionais, apontam somente a espécie; “cobra” será sempre do gênero feminino, e “tigre”, do masculino (“epicenos”, na GT).

Percebe-se que existem nomes [+animados] para os quais há somente um gênero gramatical, independentemente do gênero biológico do ser que denotam (como em (94) e (95)). Para os animais, torna-se possível indicar o sexo por meio dos adjetivos “macho” e “fêmea” apostos aos nomes – como, por exemplo, tigre macho/tigre fêmea –, o que não acontece com os substantivos que se referem a humanos. Apesar disso, salienta Mattoso, o gênero gramatical do nome não se altera: “tigre fêmea” continua sendo precedido por artigo masculino – o tigre fêmea. Ou seja, a base do sintagma lexical não terá seu gênero gramatical alterado, independentemente do sexo biológico do animal (CAMARA JR., 2011, p. 89).

Assim, Mattoso define gênero gramatical como uma categoria mórfica de classificação dos nomes. De acordo com a análise que apresenta em seus livros e usando a terminologia de Trubetzkoy⁵⁹, Mattoso considera o gênero gramatical, em português, uma oposição privativa: uma forma marcada, feminina, que se opõe a outra não marcada, ou de desinência zero, a masculina (CAMARA JR., 2002, p. 59).⁶⁰

A proposta de Mattoso, diferentemente da forma adotada pela gramática tradicional para tratar do gênero dos substantivos, se constitui numa teoria econômica:

⁵⁹ Nicolai Trubetzkoy (1890/1938), linguista estruturalista russo.

⁶⁰ Contrária à oposição privativa, tem-se a oposição equipolente, em que os dois membros de um par opositivo são marcados. (CAMARA JR., 2002, p. 59)

Considerar uma oposição privativa, nos termos expostos acima, é depreender um mecanismo único e geral de flexão de feminino. Nele se situam os três modelos, aparentemente distintos, de lobo – loba, mestre – mestra, autor – autora, porque é regra morfofonêmica imperativa, em português, a supressão de uma vogal átona final em contacto com outra, na flexão ou derivação vocabular (CAMARA JR., 1972, p. 119).

Como explica Kehdi (2007), Camara Jr. argumenta o seguinte:

[...] Não podemos considerar –o como marca de masculino por opor-se a –a (como no par *garoto/garota*), porque esse mesmo raciocínio nos obrigaria a considerar como masculino o –e de *mestre* (que também se opõe a –a; cf. *mestre/mestra*). Se é fácil associar –o a masculino, o mesmo não se dá com –e, que pode estar ligado a um ou outro gênero (comparem-se, p. ex., *ponte* (fem.) e *monte* (masc.)). No caso, a solução mais plausível é considerar o masculino como uma forma desprovida de flexão específica, em oposição ao feminino, caracterizado pela flexão em –a (KEHDI, 2007, p. 30).

Assim, todos os substantivos em português têm gênero determinado. Existem substantivos de gênero único, como *ídolo*, e substantivos de dois gêneros. Entre estes, estão os com flexão, como *menino/menina*, e os sem flexão, como *estudante*, dependendo do contexto e sem alteração morfológica. Disso pode-se concluir que não é a flexão do substantivo, em princípio, a marca regular do seu gênero gramatical. (CAMARA JR., 1972, p. 121) Para Camara Jr., o gênero gramatical do substantivo é marcado regularmente no artigo ou noutro modificador que o determine e que com ele concorde, similarmente ao que acontecia na língua latina, em que o modificador do substantivo, o adjetivo, era a marca de seu gênero. (CAMARA JR., 1972, p. 122) Camara Jr. retira a especificação de sexo dos substantivos animados do âmbito da morfologia, tratando-a como um traço semântico, imanente, intrínseco à palavra, que só parcial e imperfeitamente corresponde às suas propriedades de gênero gramatical. Assim, torna-se possível tratar o gênero semântico, isto é, o sexo natural do ser denotado por um substantivo, como se tratam outros traços semânticos, como [animado], [contável] e outros.

Na mesma direção da análise de Mattoso, John Lyons (1979), ao abordar o tema, assinala que o primeiro ponto a ser destacado no estudo da categoria de gênero dos nomes é a sua independência em relação a “qualquer associação semântica particular que se pudesse estabelecer entre o gênero de um substantivo e as propriedades físicas, ou outras, das pessoas ou objetos por este denotados” (LYONS, 1979, p. 299). Porém, assim como Mattoso, Lyons (1979) reconhece que

existe uma correlação entre o gênero gramatical dos substantivos e a classificação das pessoas e dos objetos que eles denotam de acordo com as propriedades naturais desses seres, num grau variável de língua para língua.

Como apontado por Mattoso (2011) e Lyons (1979), existe uma confusão conceitual entre o gênero gramatical dos nomes e o sexo dos seres animados que eles referem – gênero semântico ou natural –, o que se tentou minimizar com essa explicação.

4.3.4 Conceitos utilizados para classificação do *corpus*

Torna-se importante apresentar a conceituação dos traços semântico-pragmáticos utilizada para a classificação do *corpus* desta pesquisa. Quanto à animacidade, considera-se que o traço [+ animado] somente pode ser atribuído a um ser do mundo real pertencente ao reino animal. O traço [- animado], portanto, fica restrito às demais entidades, ou seja, objetos concretos e entidades abstratas. Observe-se o trecho a seguir:

97) “Sua esposa me contou a caminhada que fizeram, o senhor carregando nas costas essa cruz através de léguas e léguas, para cumprir uma promessa” (DIAS GOMES, [19??], p. 54).

No excerto (97) acima, podem-se encontrar substantivos com o traço semântico [+ animado], como “esposa”; e com o traço [– animado], como “cruz” e “promessa”.

Para o traço de especificidade, procurou-se manter a maior proximidade possível com a classificação feita por Cyrino (1997) em seu *corpus*. Segundo essa autora (comunicação pessoal, 25.11.2014):

O critério usado foi o comum: uma expressão específica independe do contexto linguístico direto; um objeto direto é específico se, de acordo com a perspectiva do falante, o referente tem uma única identificação. Caso não

haja um único referente, é não específico.

Por último, para gênero semântico, seguindo o critério utilizado por Menuzzi e Creus (2004), fez-se uso da definição de Mattoso Camara Jr. (2002; 2011). Esse autor postula serem apenas os substantivos que denotam animais e pessoas – seres dotados de sexo natural – os que podem ter gênero semântico determinado [+gênero semântico].

Ao proceder-se à análise dos traços semântico-pragmáticos dos antecedentes dos objetos, verificou-se que nem sempre é tarefa fácil identificá-los. Para que os casos duvidosos não viessem a ser incorretamente classificados, prejudicando o grau de confiabilidade dos resultados, criou-se a categoria “Outros”, em que foram colocados aqueles que não permitiram uma categorização confiável, e que será detalhada a seguir.

4.3.5 Categoria “Outros”

Para um melhor entendimento da categoria “Outros”, em que foram agrupados os objetos com dificuldade na classificação dos traços semântico-pragmáticos de seus antecedentes, serão relacionados os problemas encontrados na análise, com a devida exemplificação.

4.3.5.1 Expressões idiomáticas

O principal problema, no caso das expressões idiomáticas, é saber se o objeto deve ser tomado como um argumento e se, assim, pode ser tomado como referencial. Observe-se o exemplo abaixo:

98) “Pode botar o diabo no meu corpo, como botou ____”. (DIAS GOMES, [19??], p. 153).

Essa sentença apresenta uma elipse de VP, cujo referente é uma expressão idiomática (estar com/botar/ter o diabo no corpo). Entretanto as expressões idiomáticas não atendem ao que Frege chamou de princípio da composicionalidade: “o significado de um todo é a função do significado de suas partes e da combinação sintática dessas partes”, (CANÇADO, 2008, p. 141). Portanto não é óbvio que a contribuição de “o diabo” em (98) seja a de uma entidade, ou referente, do discurso.

Dessa forma, é difícil estabelecer-se a referencialidade de um sintagma numa expressão idiomática, sendo que a anáfora discursiva só é pertinente numa relação referencial.

4.3.5.2 Estratégia de evitação

Foram denominados de “estratégia de evitação” os casos de nulos que, aparentemente, são justificados por uma opção do autor em evitar uma expressão tabu, grosseira, ou estigmatizada socialmente. Considerem-se os seguintes exemplos:

99) “E se quiser tirar___”. (FALABELLA, 1992, p. 40);

100) “Fizemos ___ de pé mesmo, na soleira” (FALABELLA, 1992, p. 46).

O conteúdo da categoria vazia na posição de objeto direto, em (99), seria “o filho, a criança”; em (100), “sexo”. Nessas sentenças, o autor pode estar omitindo o objeto direto como forma de evitar uma expressão que poderia ser julgada de modo negativo: o uso da expressão própria para o objeto significaria explicitar uma ação ou uma situação que evoca preconceitos de natureza moral ou de comportamento da sociedade. Nesse caso, a opção pelo objeto nulo não é motivada por fatores como animacidade, especificidade, ou outros, mas para evitar o uso de expressões como “tirar a criança” ou “fazer sexo”.

4.3.5.3 Objetos diretos prototípicos

Raposo (1992, p. 341) menciona que:

Verbos transitivos como *fumar*, *comer* ou *estudar* [...] contêm na sua estrutura argumental uma função *theta* interna que corresponde a um objeto direto no quadro de subcategorização. É sabido que estes verbos podem opcionalmente omitir o objeto direto.

Os verbos de objetos opcionais são em número reduzido e, semanticamente, indicam atividades biológicas ou culturais fundamentais para os seres animados. Ainda de acordo com o autor, “a interpretação do objeto ‘subentendido’ ou é culturalmente fixa ou designa a espécie de coisas genérica, canónica ou prototípica que os objetos fonéticos desses verbos usualmente designam (as duas interpretações podem coincidir)” (RAPOSO, 1992, p. 341).

Para ilustrar, tome-se como exemplo o verbo *comer*, que é uma atividade fundamental para os seres animados. O objeto desse verbo – canonicamente – designa os alimentos que são consumidos numa refeição. Logo, é um verbo ao qual é permitido omitir o objeto direto.

101) Eles não comem.

Verifique-se o próximo exemplo:

102) *Eles não abrem.

Contrastivamente, o verbo **abrir**, que não representa uma atividade fundamental na sociedade e que não tem uma interpretação culturalmente fixa ou prototípica, não pode prescindir do emprego do objeto fonético, sob pena de tornar a sentença agramatical.

Aplicando-se esse conceito a uma ocorrência do *corpus* desta dissertação, tem-se o seguinte exemplo:

103) “Mas ontem ele falou./E você não estava escutando.” (FALABELLA, 1992 p. 14).

Em (103), há um diálogo entre dois personagens. O verbo **escutar**, de acordo com o que foi proposto por Raposo (1992), pelas suas características, poderia estar incluído no universo dos verbos que permitem omitir opcionalmente o objeto direto.

Com esse mesmo ponto de vista, Cyrino e Reich (2002, p. 9) afirmam:

Seguramente não podemos falar de objeto nulo em casos como (1b), já que não poderíamos inserir nenhum objeto expresso: 1b) Fritz comeu *(três salgadinhos) bem. Obviamente, verbos como ‘comer’ têm empregos que recortam o paciente da estrutura temática e, com isto, também o objeto interno da projeção estrutural.

Em algumas ocasiões, não é tão clara, como considerado por Cyrino e Reich (2002), a distinção entre o emprego do verbo como prototípico ou não. Na análise do *corpus*, algumas situações foram encontradas, como a do exemplo (103) acima. Portanto as construções com verbos cujos complementos são objetos opcionais, conforme a postulação de Raposo (1992) e Cyrino e Reich (2002), nos casos em que houve dúvida entre os dois usos, foram incluídas na categoria “Outros”, tendo em vista a dificuldade de julgamento da ocorrência – ou não – de objeto nulo.

4.3.6 Antecedentes distantes

Outra observação feita quando da coleta de dados e que merece ser comentada nesta subseção foi a distância que certos objetos nulos guardam de seus antecedentes. Para o analista, essa distância pode perturbar a identificação do referente, mas o dado deve ser computado, uma vez que segue os princípios gerais de referência anafórica da língua.

Nos textos de onde foi extraído o *corpus*, algumas vezes o antecedente encontrava-se muito distante do objeto nulo que o recuperava. Esse tipo de ocorrência foi creditado ao fato de o *corpus* ser constituído de obras do gênero

dramático, como já exposto no item 4.1 deste trabalho.

Conforme Cyrino e Reich (2002, p. 11):

Objetos nulos ocorrem também com antecedentes anafóricos em outras sentenças, raízes e complexas, independentemente de troca ou manutenção do turno conversacional. Esses antecedentes podem estar numa distância referencial⁶¹ relativamente grande [...].

Considere o seguinte exemplo:

104) “(Euzébio): Êpa, pêra aí... Tem gente lá em cima... (Fernando): A porta não estava fechada? (Euzébio): Acho que estava... Tão no urdimento, rapaz... Estão pegando os refletor! Vamos lá, Fernando! (Amanda): Era só o que faltava... Ficar sem refletor... (Augusto): Eles dão um jeito... Como é, Flora...Mais calma? (Euzébio): Não deu pra perceber?... Sou muito ruim mesmo... (Flora): Estou sim... (Augusto): Posso te dar um beijo? (Flora): Claro! (Augusto): Cem por cento você...velha! (Augusto): Deixa que eu faço... (Nara): Tira a mão daí...(Augusto): Machucou? (Nara): Bati em tudo quanto foi lugar... Vocês todos me pisaram pra valer, bem neuróticos... (Augusto): Quem sai na chuva é pra se molhar... (Amanda): Ouve só esse aqui... (Augusto) São um sarro essas entrevistas... Vozinha linda... (Fernando): Deixa, poxa!... Já disse. Deixa!... A gente se vira... (Euzébio): Dava pra manear! (Fernando): Chega de manear!... Querem levar ____, leva!... Não paguei ____ mesmo... Tá? Não faz mal. Estréio nem que seja na marra... (Amanda): Levaram mesmo ____?” (os refletores) (GUARNIERI, 1973, p. 70-2).

No gênero dramático, existe uma diferença entre a condição em que se encontra o leitor (ou a audiência) da peça e a condição de interpretação própria da situação de enunciação que vivem os personagens, que é, presumivelmente, a condição que decide que formas o falante – no caso, o personagem – utiliza. O leitor/espectador não está participando ativamente da encenação, ele não “vive” o

⁶¹ Para o conceito de distância referencial, ver nota de rodapé nº 32 desta dissertação.

personagem, portanto não se encontra nas mesmas condições para produzir um enunciado da peça. No trecho acima, extraído de uma das obras que integram o *corpus* desta dissertação, há, para o leitor/espectador, superposição de cenas, de modo que um episódio em andamento é interrompido por uma cena particular e, depois, retomado. Para os personagens do drama, não há tal interrupção; para o leitor/espectador há. Assim, os enunciados acabam fazendo menção a um referente cuja citação anterior se encontra distanciada no texto/na história, e o leitor/espectador precisa despende determinado esforço a fim de localizar esse antecedente. Do ponto de vista do leitor/espectador, provavelmente não deveria ser empregado o objeto nulo, pois, às vezes, se torna difícil recuperar o antecedente. Mas também é preciso ter em mente que a situação do personagem é outra, bastante distinta, pois ele está vivendo a situação, conhece os referentes, atribui a eles saliência e, principalmente, não vivencia a interrupção de cena presenciada pelo leitor/espectador. Em suma, o personagem está em uma condição de produção do enunciado que, provavelmente, justifica o nulo, ainda que, para o leitor/espectador da peça, esse mesmo nulo possa não ter um antecedente muito claro.

Saliente-se que os dados que foram alvo desse último comentário – objetos nulos com antecedentes distantes – apenas apresentaram dificuldade de identificação, mas foram classificados normalmente no *corpus*, já que, do ponto de vista dos personagens, encontram-se em condições adequadas para produzir uma ou outra forma anafórica.

4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, procurou-se elucidar os critérios utilizados na seleção do *corpus* e na coleta e classificação dos dados que integram a pesquisa sobre o objeto nulo neste trabalho. Em um *corpus* reconstituído a partir das obras utilizadas por Cyrino (1997) em sua tese, foram selecionados os objetos diretos anafóricos em três das situações em que se apresentam: o objeto nulo, o pronome pleno e o pronome clítico. Essas ocorrências foram classificadas, num primeiro momento, conforme os traços de animacidade e especificidade do antecedente, contemplando-se, dessa

maneira, a hipótese de Cyrino (1997). Em uma etapa posterior, essa classificação deu-se de acordo com o gênero semântico do antecedente, contemplando a hipótese de Menuzzi e Creus (2004), já que se pretende cotejar os resultados encontrados por esses autores.

Além da exposição dessas hipóteses, procurou-se trazer, do ponto de vista teórico, definições para os traços utilizados pelos autores – Cyrino e Menuzzi e Creus – em suas pesquisas. Para o traço de animacidade, buscou-se o trabalho de Bernard Comrie (1981). Comrie observa que a animacidade, apesar de ser uma propriedade conceitual extralinguística, exerce um importante papel nas línguas naturais. Para a especificidade, foram utilizados o trabalho de Mürvet Enç (1991) e o de Puskás e Ihsane (2001). O que se constatou foi que, entre esses autores, parece não haver um consenso sobre a definição desse traço.

A teoria desenvolvida por Mattoso Camara Jr. (2002) sobre o gênero dos nomes foi a que serviu de base para que se tornasse clara a diferença entre os conceitos de gênero semântico e gênero gramatical, noção fundamental para a hipótese de Menuzzi e Creus (2004) a respeito do objeto nulo no português brasileiro.

Algumas dificuldades foram enfrentadas para a classificação das ocorrências conforme os traços semântico-pragmáticos do antecedente do objeto anafórico, o que se tentou resolver com a criação da categoria “Outros”, onde foram agrupados esses dados, a fim de que não prejudicassem a análise.

No capítulo seguinte, procede-se à análise dos dados e à discussão dos resultados obtidos.

5 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como finalidade analisar os dados e discutir os resultados obtidos no âmbito desta pesquisa. Conforme exposto no capítulo anterior, o *corpus* deste trabalho é composto por quatro obras literárias de autores brasileiros do séc. XX, as mesmas que foram utilizadas por Cyrino (1997) para sua pesquisa. Do universo de dados, foram selecionadas 299 ocorrências, todas relacionadas com o objeto desta dissertação, que se propõe investigar a influência dos traços semântico-pragmáticos do DP antecedente na estratégia de realização do objeto direto anafórico no português brasileiro.

No decorrer do capítulo, serão apresentados tabelas e gráficos com as ocorrências classificadas segundo os traços semântico-pragmáticos dos antecedentes. Esses dados serão analisados, e os resultados discutidos conforme os objetivos desta dissertação, que merecem aqui ser reproduzidos sinteticamente: verificar a hipótese de Menuzzi e Creus (2004) por meio de um estudo de *corpus* e cotejar esses resultados com a predição de Cyrino (1997), a fim de avaliar qual hipótese se mostra mais adequada na explicação da alternância entre objetos nulos e pronomes plenos no português brasileiro. Por fim, também será feita uma comparação entre o condicionamento semântico-pragmático dessa alternância e o que se estabelece para a construção denominada “elipse de VP”.

5.1 ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção, serão expostos os dados obtidos na pesquisa de *corpus* realizada nesta dissertação dentro dos parâmetros estabelecidos no capítulo 4, Metodologia. Primeiramente, serão apresentadas as tabelas e analisados os dados de acordo com os traços de animacidade e especificidade do DP antecedente do objeto direto anafórico. Logo em seguida, esses resultados serão comparados aos de Cyrino (1997), a fim de se verificar se a tentativa de remontagem do *corpus* dessa autora foi bem-sucedida. A seguir, os dados da presente pesquisa serão exibidos dentro de uma segmentação distinta, ou seja, com as ocorrências

classificadas conforme o gênero semântico do DP antecedente, de acordo com a predição de Menuzzi e Creus (2004).

Antes de encerrar a seção, ainda serão analisados os dados obtidos neste trabalho com outro tipo de construção: a elipse de VP.

5.1.1 Tratamento dos Dados

O *corpus* analisado neste trabalho, por motivos já expostos no item 4.1, faz uso das mesmas obras utilizadas por Cyrino (1997), mas sem limitação no número de ocorrências. O total de dados coletados é de 299⁶². Desses, foram excluídos, para este momento da análise, 87 ocorrências, que estão distribuídas entre as categorias “Outros” e “Elipse de VP”. Restam, assim, 212 dados, estando aí incluídas as duas formas de manifestação do objeto direto anafórico em português brasileiro: o objeto nulo e a posição preenchida por um pronome manifesto.

Primeiramente, serão apresentadas as ocorrências classificadas quanto aos traços de animacidade e especificidade do DP antecedente, conforme tabela 11 abaixo, em que os dados aparecem segmentados por obra.

Tabela 11 – Distribuição de ocorrências, por obra, das variantes segundo os traços de animacidade e especificidade do DP antecedente (*corpus* reconstituído)

Traços DP Obras	+A +E		+A -E		-A +E		-A -E	
	ON	Pr.	ON	Pr.	ON	Pr.	ON	Pr.
Rua Alegre, 12	2/20 (10%)	18/20 (90%)	2/4 (50%)	2/4 (50%)	22/33 (66,7%)	11/33 (33,3%)	4/4 (100%)	–
O Pagador de Promessas	1/26 (3,8%)	25/26 (96,2%)	–	2/2 (100%)	32/35 (91,4%)	3/35 (8,6%)	4/6 (66,7%)	2/6 (33,3%)
Um Grito Parado no Ar	4/11 (36,4%)	7/11 (63,6%)	–	–	24/25 (96%)	1/25 (4%)	6/7 (85,7%)	1/7 (14,3%)
No Coração do Brasil	3/7 (42,8%)	4/7 (57,2%)	1/2 (50%)	1/2 (50%)	29/29 (100%)	–	1/1 (100%)	–

A fim de oportunizar-se uma análise detalhada a respeito dos dados

⁶² Pode parecer incoerente a quantidade de dados desta dissertação, que não impôs limitação ao número de ocorrências, ser inferior à de Cyrino (1997), que foi limitada a 300 dados por século. Essa aparente incoerência deve-se ao fato de os dados de Cyrino (1997) incluírem, também, objetos anafóricos preenchidos por NPs lexicais, exopros, e não somente objetos nulos e preenchidos por pronomes plenos ou clíticos (comunicação pessoal, 14/04/2014).

coletados no *corpus*, neste primeiro momento, foi elaborada uma tabela separando os resultados por obra. Pode-se observar que “Rua Alegre 12” (REBÊLO, 1940), o texto mais antigo entre os quatro que integram o *corpus*, na coluna de traços [-a, +e], apresenta um percentual de 33% para antecedentes retomados por pronomes. No caso específico, todas as ocorrências utilizam um pronome clítico acusativo, e não um pronome pleno, para essa retomada. Isso significa que o texto, provavelmente pela época em que foi escrito, ainda apresenta resquícios de um sistema de concordância anafórica com pronomes clíticos, baseado no gênero gramatical do antecedente.

Na coluna de DPs com traços [-a, -e] relativa a “O Pagador de Promessas” (DIAS GOMES), texto de 1959, encontra-se o mesmo percentual de 33% para antecedentes retomados por pronomes, que, também neste caso, são todos clíticos acusativos.

Por sua vez, “No Coração do Brasil” (FALABELLA), de 1992, a produção mais recente, não apresenta nenhuma ocorrência de preenchimento para retomada de antecedentes com os traços [-a, ± e], acusando resultado categórico para o uso de objeto nulo nesses casos. Como já foi comentado no item 4.1, acredita-se que este não é um *corpus* homogêneo, provavelmente, em razão do lapso de tempo que separa a produção das obras, o que reflete os anos de nascimento dos autores e, portanto, de suas gramáticas internalizadas.

Porém é possível verificar-se – o que é o mais importante para os fins deste estudo –, a partir da tabela 11, que os resultados encontrados não diferem substancialmente dos achados de Cyrino (1997). Os DPs antecedentes com traço [+animado] são retomados, preferencialmente, por pronomes plenos ou clíticos. Já os [-animados], privilegiam a utilização da categoria vazia para a retomada anafórica do objeto direto.

Para uma melhor visualização da aproximação dos percentuais encontrados nesta dissertação e na pesquisa de Cyrino (1997), as tabelas 12 e 13, a seguir, condensam os dados da tabela 11 – sem dividi-los por obra – e os de Cyrino (1997), respectivamente.

Tabela 12 – Distribuição de ocorrências das variantes segundo os traços de animacidade e especificidade do DP antecedente (*corpus* reconstituído)

Traços DP	ON	Pronome
+A +E	10/64 (15,6%)	54/64 (84,4%)
+A –E	03/08 (37,5%)	05/08 (62,5%)
(Total +A)	13/72 (18,1%)	59/72 (81,9%)
–A +E	107/122 (87,7%)	15/122 (12,3%)
–A –E	15/18 (83,3%)	03/18 (16,7%)
(Total –A)	122/140 (87,1%)	18/140 (12,9%)

Tabela 13 – Distribuição de ocorrências das variantes segundo os traços de animacidade e especificidade do DP antecedente, de acordo com Cyrino (1997)

Traços DP	ON	Pronome
+A +E	–	21/21 (100%)
+A –E	04/07 (57,1%)	03/07 (42,9%)
(Total +A)	04/28 (14,3%)	24/28 (85,7%)
–A +E	64/74 (86,5%)	10/74 (13,5%)
–A –E	27/29 (93,1%)	02/29 (6,9%)
(Total –A)	91/103 (88,3%)	12/103 (11,7%)

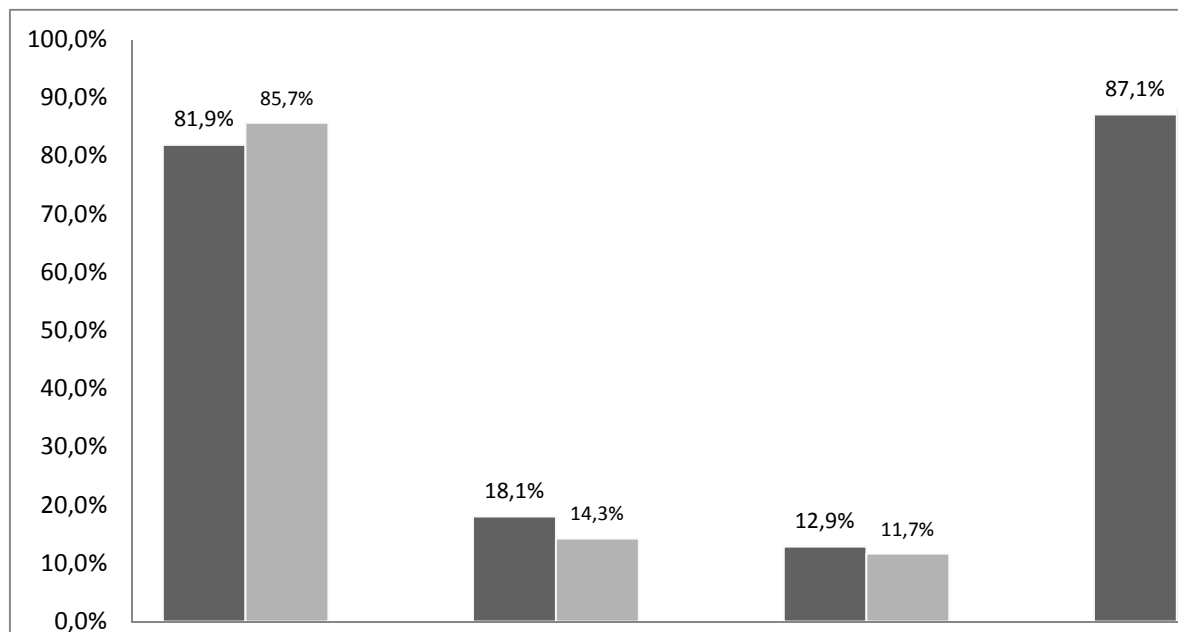
Alguns comentários se fazem necessários com relação a esses números. Na tabela 13, referente aos dados de Cyrino (1997), constata-se que os antecedentes com traços [+a, +e] apresentam um resultado categórico: 100% das ocorrências aparecem com a retomada anafórica do objeto direto preenchida por pronomes manifestos. Considera-se que tenha sido atingido esse percentual em função da quantidade reduzida de ocorrências, apenas 21. Na amostra deste trabalho, foram encontradas 64 ocorrências, atingindo-se um percentual de preenchimento da posição de 84,4%. É preciso lembrar que Cyrino (1997, p. 157) incorporou em seu *corpus* apenas as primeiras 300 ocorrências de objetos diretos anafóricos de cada obra, incluindo os DPs lexicais. No *corpus* desta dissertação, foram incorporadas todas as ocorrências de objetos anafóricos, excluindo-se os DPs lexicais e exopros, o que pode explicar a disparidade no número de casos. Porém, com respeito à distribuição das variantes em questão – nulos e pronomes –, os resultados, em termos percentuais, são essencialmente os mesmos.

Há, evidentemente, outras disparidades. Se forem observadas as linhas [+a, -e] e [-a, -e] das tabelas 12 e 13, um fato a ser destacado é a imprecisão que parece acontecer na atribuição do traço de especificidade ao DP antecedente. Um olhar

mais atento sobre a linha dos DPs [-a, -e], por exemplo, mostra que, no trabalho de Cyrino (1997), existem 29 ocorrências assim classificadas, ao passo que, na tabela construída nesta dissertação, há apenas 18 ocorrências com esses traços semântico-pragmáticos.

Por outro lado, ao desprezar-se o traço pragmático da especificidade e considerar-se apenas as linhas “Totais +A e -A” das mesmas tabelas, pode-se perceber que o padrão que guia o emprego do objeto nulo ou do pronome pleno/clítico mantém-se praticamente o mesmo. Veja-se o Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – Ocorrências do *corpus* reconstituído (VPIVETTA) e do *corpus* de Cyrino (1997) (CYRINO) considerando-se as linhas “Total +A” e “Total -A” das tabelas (12) e (13).



Com isso, não se está querendo sugerir que seja apenas a animacidade o fator determinante na escolha entre o objeto nulo e a posição preenchida por pronome.⁶³ Como já observado por Menuzzi e Creus (2004, p. 159), a classe dos antecedentes [+a -e] é aquela que não permite que se faça uma simples bifurcação entre animados e não animados, já que ela não apresenta, em alguns resultados, um percentual que aponte a preferência pelo emprego de pronomes plenos/clíticos

⁶³ Observe-se que a diferença verificada entre os antecedentes com os traços [-a, +e] e [-a, -e] não é relevante na distribuição de objetos nulos e posições preenchidas por pronomes manifestos (tabelas 12 e 13), conforme já constatado por Schwenter & Silva (2003). Menuzzi e Creus (2004) também fazem essa observação. Para os autores citados, esse dado sugere que o traço da especificidade atue somente sobre antecedentes [+ animados].

ou de objetos nulos. Isso significa que antecedentes de objetos diretos anafóricos com o traço [+a], quando não específicos, podem, distanciando-se do padrão geral para [+a], gerar uma retomada nula. Numa teoria que trabalha com os traços de animacidade e especificidade como primitivos, a classe [+a –e] só pode ser caracterizada pela especificação simultânea desses dois traços. Essa constatação foi feita por Cyrino (1997), e os dados da presente pesquisa ratificam-na, conforme se pode observar na tabela 12 acima.

Ainda sobre a especificidade do DP antecedente, considera-se que o estabelecimento desse traço pragmático não se constitui numa tarefa simples. No capítulo 4, subitem 4.3.1, desta dissertação, foram apresentadas duas teorias sobre especificidade, mais precisamente as de Mürvet Enç (1991) e Puskás e Ishane (2001). Uma breve observação das ideias desses autores já foi suficiente para que se percebesse que não há, entre os estudiosos, um consenso sobre a aplicação desse conceito aos elementos nominais. Assim, ao se fazer uso da especificidade como um traço decisivo para o tipo de retomada anafórica do objeto, está-se sujeito a certo grau de indeterminação. Mostra disso está na diferença entre os dados obtidos por Cyrino (1997) e os obtidos neste trabalho, como já comentado anteriormente.

Apesar disso, acredita-se que, de maneira geral, a tentativa de remontagem do *corpus* de Cyrino (1997) foi bem-sucedida, já que, comparativamente, os percentuais apresentam um grau bastante razoável de aproximação. Os resultados asseguram que, embora os números absolutos dos dois *corpora* (o de Cyrino e o desta dissertação) não sejam idênticos, ambos apresentam basicamente a mesma distribuição geral das formas anafóricas. Isso permite que, a partir de agora, a comparação entre as teorias de Menuzzi e Creus (2004) e de Cyrino (1997) seja feita com base no *corpus* obtido nesta dissertação.

A seguir, estão sendo apresentadas as tabelas 14 e 15, que dizem respeito ao objetivo “a” desta dissertação, que é verificar a hipótese de Menuzzi e Creus (2004) para a alternância entre objetos nulos e pronomes manifestos com base no gênero semântico por meio de um estudo de *corpus*. Como feito com as tabelas anteriores, a primeira, 14, traz os resultados segmentados por obra; e a última, 15, agrupa os dados para uma melhor visualização.

Tabela 14 – Distribuição de ocorrências, por obra, das variantes segundo o gênero semântico do DP antecedente (*corpus* reconstituído)

Traços DP Obras	+GS		-GS	
	ON	Pr.	ON	Pr.
Rua Alegre, 12	3/18 (16,7%)	15/18 (83,3%)	27/43 (62,8%)	16/43 (37,2%)
O Pagador de Promessas	– –	26/26 (100%)	37/43 (86%)	6/43 (14%)
Um Grito Parado no Ar	4/11 (36,4%)	7/11 (63,6%)	30/32 (93,8%)	2/32 (6,2%)
No Coração do Brasil	1/4 (25%)	3/4 (75%)	33/35 (94,3%)	2/35 (5,7%)

Tabela 15 – Distribuição de ocorrências das variantes segundo o gênero semântico do DP antecedente (*corpus* reconstituído)

Traços DP	ON	Pronome
+GS	08/59 (13,6%)	51/59 (86,4%)
-GS	127/153 (83%)	26/153 (17%)

Partindo-se dos dados apresentados nas tabelas 14 e 15, constata-se que:

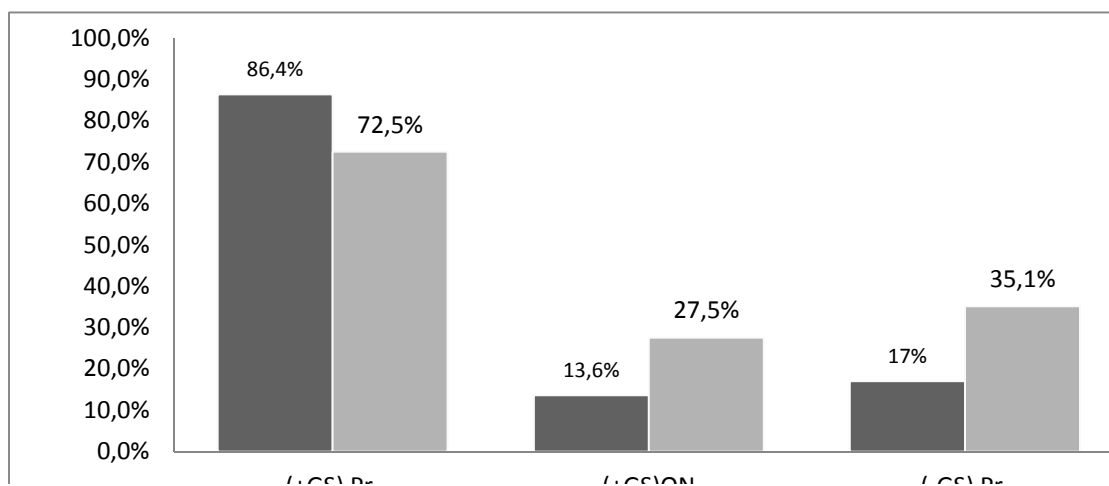
- a) os antecedentes com gênero semântico identificável [+gs] privilegiam o emprego de pronomes plenos quando da retomada anafórica do objeto direto (86,4% vs. 13,6%);
- b) os antecedentes com gênero semântico não identificável [-gs], por sua vez, utilizam o objeto nulo para retomada em 83% das ocorrências, contra apenas 17% de posições preenchidas.

Esses resultados aproximam-se bastante dos encontrados por Menuzzi e Creus (2004) no teste de julgamento por eles elaborado e aplicado a apenas 13 informantes. Tendo em vista essa amostra reduzida, o presente estudo propôs-se a verificar a predição desses autores em um universo mais amplo. Com 212 dados, os resultados continuam indicando a mesma tendência por eles encontrada, inclusive com uma polaridade maior. Observem-se, no gráfico 2 a seguir, os resultados obtidos por Menuzzi e Creus (2004)⁶⁴ – no teste de

⁶⁴ Na tabela 9, os resultados para as ocorrências [+gs] aparecem segmentados em [+a, +e] e [+a, -e]. No gráfico nº 2, essa segmentação foi eliminada.

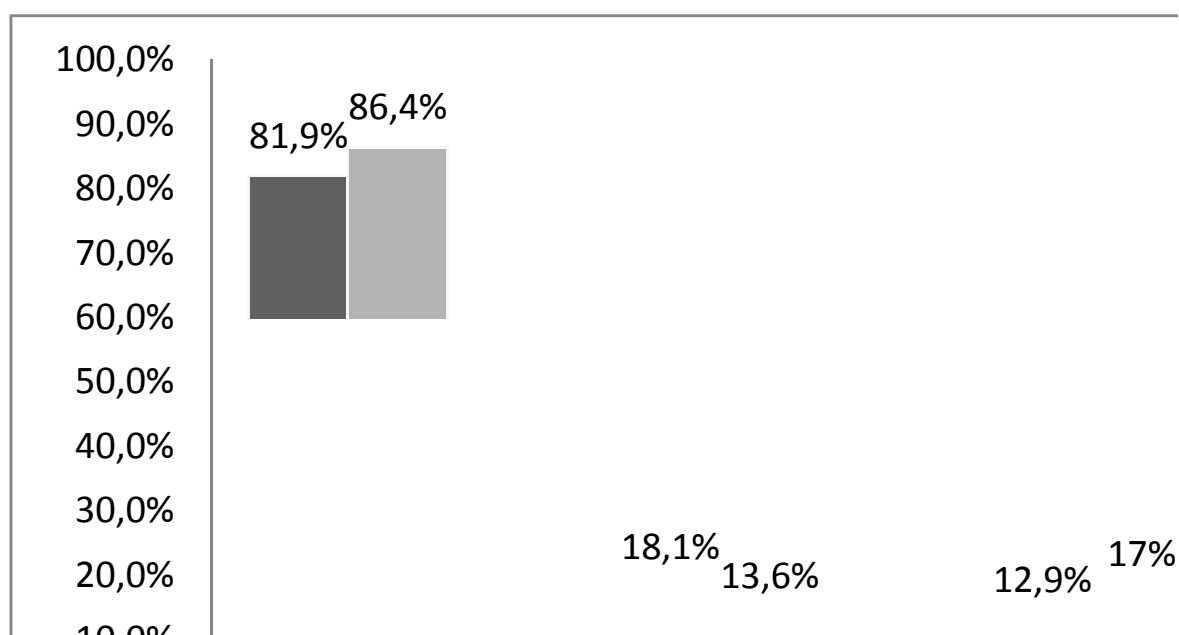
juízo – em comparação aos deste trabalho:

Gráfico 2 – Ocorrências do *corpus* reconstituído (VPIVETTA) e do teste de juízo aplicado por Menuzzi e Creus (2004) (M&C) considerando-se as linhas “Total +GS” e “Total –GS” da tabela (15), e os dados da tabela (9)



Uma vez tomados como aceitáveis os resultados para a hipótese de Menuzzi e Creus (2004) em um *corpus* semelhante ao de Cyrino (1997), cabe, agora, confrontá-los com os encontrados para a predição dessa autora, com base nos traços de animacidade e especificidade do antecedente. Veja-se gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3 – Distribuição de ONs e posições preenchidas por PrPI/Clít., no *corpus* reconstituído, segundo animacidade e gênero semântico do DP antecedente, cfe. tabelas (12) e (15).



É possível apontar-se para o fato de que, ao comparar-se a distinção [±gs] com a [±a] do antecedente do objeto direto anafórico, obtém-se praticamente a mesma distribuição.

- a) de acordo com o gráfico 3, antecedentes animados são retomados 81,9% das vezes por pronomes plenos, e 18,1% por nulos; na tabela 15, antecedentes [+gs] são retomados 86,4% das vezes por plenos, e 13,6% por nulos;
- b) inversamente, pela tabela 12, antecedentes inanimados são retomados 87,1% das vezes por nulos, e 12,9% por plenos; e na tabela 15, antecedentes [-gs] são retomados 83% das vezes por nulos, e 17% por plenos.

Vale ressaltar que aquilo que os dados mostram até este momento está estabelecendo uma comparação entre os efeitos do traço de animacidade e o gênero semântico do DP antecedente. Importante, agora, é fazer-se uma avaliação crítica a respeito dos objetos anafóricos cujos antecedentes apresentam os traços [+a, -e], classe que parece aceitar, sem uma clara preferência, o emprego tanto de pronomes manifestos quanto de objetos nulos para sua retomada.

Menuzzi e Creus (2004), por meio de resultado obtido no teste de gramaticalidade, conseguem demonstrar que os antecedentes [+a, -e], quando submetidos à variável “gênero semântico”, comportam-se de duas maneiras: na presença de gênero semântico identificável do DP, os pronomes plenos são a opção em 71% das vezes; caso contrário, ou seja, na ausência de gênero semântico, o objeto nulo é empregado em 64,9% das ocorrências (MENUZZI; CREUS, 2004, p. 165).

Tabela 16 – Distribuição de ocorrências das variantes segundo o tipo do DP antecedente (Adaptada de Menuzzi e Creus, 2004, p. 165)

Frases-teste	ON	PrPI
[+a, -e, -gs]	24/37 (64,9%)	13/37 (35,1%)
[+a, -e, +gs]	09/31 (29%)	22/31 (71%)

Vejam-se, agora, exemplos que ilustram essa situação:

105) Quando eu vejo alguma pessoa cega querendo atravessar a rua, eu ajudo ____.

106) Olha aqui: se eu me deparasse com uma menina bem bonita, eu beijava ela. (MENUZZI; CREUS, 2004, anexo I)

No exemplo (105), tem-se um antecedente [+a, -e] sem gênero semântico identificável: **pessoa**, que foi retomado anaforicamente por uma categoria vazia na posição de objeto. Já o exemplo (106) exhibe um DP [+a, -e] com gênero semântico – **menina** – e aparece retomado por um pronome manifesto.

Por sua vez, em Cyrino (1997), DPs antecedentes com os traços [+a, -e] aparecem retomados ora por nulos, ora por pronomes manifestos sem que haja, aparentemente, uma razão específica para isso. Provavelmente, esse condicionamento terá de ser explicado por alguma hipótese adicional.

Portanto é necessário que se examine, com os dados obtidos na presente pesquisa, a distribuição das formas anafóricas com antecedentes [+animados, – específicos]. Porém enfrenta-se aqui uma dificuldade semelhante à de Cyrino (1997). No universo dos dados desta dissertação, as ocorrências com antecedentes [+a, -e] são muito reduzidas: foram encontradas apenas oito. Dessas oito, em duas, o gênero semântico pôde ser identificado, restando seis delas sem essa possibilidade. Os resultados encontram-se na tabela abaixo:

Tabela 17 – Ocorrências de ONs e PrPIs/Clít. segundo o tipo de DP antecedente (*corpus* reconstituído)

Antecedentes	ON	PrPI/Clít.
[+A –E] [+GS]	01/02 (50%)	01/02 (50%)
[+A –E] [–GS]	02/06 (33,3%)	04/06 (66,7%)

Acredita-se que essa escassez de ocorrências não permite que se faça uma análise sem distorções. Sem dúvida, seria de grande valor para esta pesquisa que os dados coletados permitissem uma avaliação mais precisa dos resultados com

antecedentes [+animados, –específicos] em que somente o gênero semântico atuasse como variante. Porém, em virtude da pequena quantidade de ocorrências dessa classe de DPs, essa análise ficou prejudicada. O comportamento dos antecedentes com os traços [+a, –e] com relação ao gênero semântico no mesmo *corpus* talvez fosse capaz de oferecer, assim como sugerem Menuzzi e Creus (2004), uma explicação dos percentuais encontrados por Cyrino (1997) para esses casos, que não acusam preferência para o emprego de objetos nulos ou de pronomes. Mesmo tendo alterado o procedimento de coleta dos dados, o número absoluto de ocorrências permaneceu baixo demais para que se chegasse a qualquer conclusão.

Constata-se nesta pesquisa que foram encontrados empregos de objetos nulos ou de pronomes plenos para retomada do objeto direto em situações que não seriam as previstas por Cyrino (1997) ou por Menuzzi e Creus (2004). Para ilustrar, vejam-se os exemplos abaixo, sobre os quais, a seguir, serão feitos alguns comentários pontuais.

(107) “Aí foi que teve a idéia, saltou entre a locomotiva e os carros pra soltá **ela** deles.” (GUARNIERI, 1973, p. 91)

(108) “Já reparou que **Dona Irene** não elogia mais os militares? Também, coitada! Se a gente não ajudasse ____, tinha dia que ela nem comia.” (FALABELLA, 1992, p. 33)

(109) “Chegaram os policiais! Ande depressa, que nós aguentamos **eles**.” (DIAS GOMES, [19??], p. 217)

Em (107), encontra-se um caso com antecedente [-a, +e, -gs] – a locomotiva – retomado por um pronome pleno, quando o esperado, pelos traços semântico-pragmáticos do DP, por uma ou outra teoria – Cyrino (1997), ou Menuzzi e Creus (2004) –, seria o emprego de um objeto nulo.

Em sentido contrário, o exemplo (108) retoma um antecedente [+a, +e, +gs] – D. Irene – com uma categoria vazia ocupando a posição de objeto anafórico, também não atendendo ao predito por Cyrino (1997), ou por Menuzzi e Creus

(2004).

O exemplo (109) está de acordo com a predição de Cyrino (1997), cujos dados apontam a possibilidade de os casos dos DPs [+a, -e] poderem ser retomados tanto por objetos nulos quanto por pronomes plenos. Menuzzi e Creus (2004) tentam desfazer essa indefinição, afirmando que é o gênero semântico identificável do DP antecedente, e não o traço de especificidade, o fator decisivo para essa escolha. Porém, no caso do exemplo (109), a predição parece não se sustentar, uma vez que não há gênero semântico identificável para o DP antecedente (policiais), e ele é retomado por um pronome pleno.

Analisando-se especificamente o exemplo (109) sob a ótica de Menuzzi e Creus (2004), propõe-se atentar para um aparente problema que se apresenta. Quando o DP antecedente for um nome animado, masculino, plural, esse DP pode denotar um conjunto de indivíduos do sexo masculino, ou um conjunto formado por indivíduos de ambos os sexos naturais (feminino e masculino). Logo não há como se identificar o gênero semântico nessa situação⁶⁵, o que pode perturbar a hipótese elaborada por Menuzzi e Creus (2004) quando o DP tiver essas características semântico-morfológicas.

Tem-se consciência de que os comentários feitos a respeito dos exemplos (107) a (109) estão focados em ocorrências isoladas, e, como se está tratando de um sistema de variação, certamente alguns casos não se enquadram nos padrões gerais. Mesmo assim, consideram-se importantes essas observações, já que o assunto “objeto nulo” está longe de esgotar as possibilidades de discussão sobre o seu condicionamento.

Cabe, por fim, voltar-se a atenção às tabelas abaixo, nas quais consta a classificação dos traços semântico-pragmáticos dos antecedentes de outro tipo de elipse do português brasileiro: a elipse de VP. Como já observado nesta dissertação, desde o trabalho de Raposo (1986), que afirma serem a elipse de VP e o objeto nulo fenômenos distintos – apesar da similaridade existente entre eles na estrutura superficial –, não foi considerada a possibilidade de esses dois tipos de elipse compartilharem o mesmo condicionamento para seu emprego.

Para proceder-se a uma comparação entre o condicionamento semântico-

⁶⁵ Há exceção nos casos em que os contextos linguístico ou pragmático possibilite a identificação do gênero semântico do DP antecedente.

pragmático que norteia o emprego do objeto nulo e aquele que se estabelece para a “elipse de VP” em português brasileiro, as tabelas 18, 19 e 20 apresentam os dados coletados e classificados quanto aos traços do antecedente para este fenômeno. Saliente-se que, para essa estrutura específica – elipse de VP – foram encontradas, no *corpus*, 54 ocorrências.

Tabela 18 – Distribuição de ocorrências, por obra, das elipses de VP segundo os traços de animacidade e especificidade do antecedente (*corpus* reconstituído)

TraçosDP Obras	+A +E	+A -E	-A +E	-A -E
Rua Alegre, 12	1/16 (6,3%)	2/16 (12,4%)	12/16 (75%)	1/16 (6,3%)
O Pagador de Promessas	-	-	14/20 (70%)	6/20 (30%)
Um Grito Parado no Ar	3/8 (37,5%)	-	4/8 (50%)	1/8 (12,5%)
No Coração do Brasil	-	-	6/10 (60%)	4/10 (40%)

Tabela 19 – Distribuição de ocorrências das elipses de VP segundo os traços de animacidade e especificidade do antecedente (*corpus* reconstituído)

Traços NP	Elipse de VP
+A +E	4/54 (7,4%)
+A -E	2/54 (3,7%)
(Total +A)	6/54 (11,1%)
-A +E	36/54 (66,7%)
-A -E	12/54 (22,3%)
(Total -A)	48/54 (88,9%)

Os percentuais obtidos na análise dos traços do antecedente sugerem haver uma semelhança entre os condicionantes do objeto nulo e da elipse de VP no português brasileiro: o traço [-animado] do antecedente da elipse de VP – 88,9% das ocorrências – é o fator que privilegia o seu emprego, assim como acontece com o objeto nulo, com 87,1% das ocorrências (tabela 12). De forma oposta, somente 11,1% das ocorrências com o traço [+animando] apresentam elipse de VP, valor bastante próximo ao encontrado para os objetos nulos – 12,9% (tabela 12).

O resultado para os antecedentes de elipse de VP analisados com relação ao traço “gênero semântico”, conforme hipótese de Menuzzi e Creus (2004) para o objeto nulo, também mostra uma boa aproximação. Antecedentes de elipse de VP sem gênero semântico identificável [-gs] constituem 92,6% das ocorrências, sendo

que os objetos nulos avaliados em relação a esse mesmo traço atingem 83% (tabela 15) Observe-se a tabela 20:

Tabela 20 – Distribuição de ocorrências das elipses de VP segundo o gênero semântico do antecedente (*corpus* reconstituído)

Traços DP	Elipse de VP
+GS	04/54 (7,4%)
-GS	50/54 (92,6%)

Assim, a ideia de que não existe nenhuma relação entre essas duas estruturas parece que precisa ser reconsiderada. Evidente que o verificado nesta pesquisa é apenas um indicativo de que os traços semântico-pragmáticos dos antecedentes da elipse de VP podem guardar similaridade com os observados para o objeto nulo. Mesmo assim, acredita-se ser uma hipótese que merece ser analisada mais detidamente, em trabalhos específicos.

Uma vez analisados os dados desta pesquisa de acordo com os traços de animacidade e especificidade, e, também, conforme o gênero semântico dos antecedentes, passa-se, na próxima seção, à discussão dos resultados.

5.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Levando-se em conta os resultados quantitativos, pode-se concluir que a teoria baseada na distinção [\pm gênero semântico] tem tanto sucesso quanto a teoria baseada em [\pm animacidade] para capturar a principal divisão dos casos num mesmo *corpus*. Nessa perspectiva e com base nos resultados da presente pesquisa, parece razoável afirmar-se que uma teoria em que a distinção principal é obtida pelo traço [\pm gênero semântico] é tão boa, empiricamente, quanto uma teoria baseada na distinção [\pm animacidade]. Observe-se que, se empiricamente são equivalentes, há uma vantagem conceitual para a teoria baseada em gênero semântico: ela facilmente explica por que DPs [+gs] pedem pronomes plenos, e DPs [-gs] pedem objetos nulos. Como Menuzzi e Creus (2004) afirmam, tratar-se-ia simplesmente do processo geral de anáfora pelo qual, normalmente, a forma anafórica concorda com o antecedente. Para a teoria baseada em animacidade, haverá um passo adicional

qualquer a fim de explicar por que animados requerem pronomes, e não animados requerem objetos nulos. Observe-se ainda que, provavelmente e em última análise, a teoria da animacidade tenderá a apelar para gênero semântico. Afinal, além do gênero, outro fator que poderia ser pertinente seria a acessibilidade/saliência referencial, ou fator semelhante, que distinguiria animados de inanimados. Evidentemente, esse fator está associado à tendência dos referentes animados serem mais acessíveis discursivamente. Mas, nesse caso, como já apontado na discussão de Schwenter e Silva (2003), os resultados são justamente o inverso do que seria esperado: quando se verifica se fatores de acessibilidade são relevantes para a opção nulos vs. plenos com antecedentes [+animados], constata-se que não. A escolha não parece estar ligada à acessibilidade/saliência discursiva. Portanto, na ausência de outra explicação para a relação preferencial plenos/animados, conclui-se que tenha relação com o fato de que somente os antecedentes [+animados] podem ser associados a gênero semântico.

No que diz respeito aos DPs antecedentes com os traços [+a, -e], justamente os que não permitem que se faça uma divisão binária entre antecedentes [+animados] e [-animados], não foi possível chegar-se a resultados satisfatórios devido ao baixo número de ocorrências no *corpus* desta pesquisa. Devido à importância dessa classe de DPs no estudo da distribuição de objetos nulos e pronomes plenos no português brasileiro, acredita-se que seria interessante realizar-se uma pesquisa dirigida apenas a esse tipo de antecedentes. À medida que fossem coletados em quantidade considerada suficiente para análise e classificando-os quanto ao gênero semântico e, também, quanto aos traços de animacidade e especificidade, seria possível estabelecer-se um comparativo entre os resultados. Caso ficasse comprovado ser o gênero semântico o fator capaz de guiar a alternância entre objetos nulos e pronomes plenos, como postulam Menuzzi e Creus (2004), os resultados provavelmente trariam uma explicação para a aceitação das duas estruturas com DPs antecedentes [+a, -e], ou seja, 37,5% para objetos nulos, e 62,5% para pronomes manifestos, conforme tabela 12. A amostra coletada do PEUL por Schwenter e Silva (2003), com 114 ocorrências de antecedentes [+a, -e], conforme tabela 2, talvez possa se constituir num material produtivo para esse estudo. Fica aqui esse recorte como sugestão para futuras pesquisas sobre o assunto.

5.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O capítulo 5 foi dedicado a apresentar, de forma sistemática, os dados da presente pesquisa a respeito do objeto nulo em português brasileiro. Verificou-se que se obteve êxito na tarefa de reconstituir o *corpus* utilizado por Cyrino (1997) em sua pesquisa. A partir disso, foi possível fazer-se uso desse *corpus* reconstituído – como foi denominado – para se estabelecer uma comparação entre as predições de Cyrino (1997) e de Menuzzi e Creus (2004) a respeito da alternância do emprego, no português brasileiro, de objetos nulos ou pronomes manifestos para a retomada anafórica do objeto direto.

Os resultados quantitativos desta pesquisa não permitiram que se destacasse uma das hipóteses como sendo a de maior sucesso para explicar o fenômeno estudado – o objeto nulo. Empiricamente, as duas mostraram ser equivalentes. Porém, conceitualmente, a teoria baseada no gênero semântico do antecedente (Menuzzi e Creus, 2004) parece apresentar uma vantagem, pois a distinção entre o uso de objetos nulos e pronomes plenos se daria conforme o processo geral de anáfora da língua, em que a forma anafórica, normalmente, concorda com o antecedente.

No que diz respeito à elipse de VP, os dados sugerem que a relação entre o condicionamento para o seu emprego e aquele que se estabelece para o emprego do objeto nulo no português brasileiro merece ser examinada.

Após a análise dos dados e a discussão dos resultados da pesquisa elaborada a respeito dos traços semântico-pragmáticos do DP antecedente do objeto nulo no português brasileiro, passa-se, agora, às considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho a respeito do objeto nulo no português brasileiro, como explicitado na introdução, procurou-se atingir três objetivos. O primeiro deles, verificar a hipótese de Menuzzi e Creus (2004) sobre a influência do gênero semântico do DP antecedente em um estudo de *corpus*. A seguir, cotejar os resultados com os de Cyrino (1997), esses últimos com base nos traços de animacidade e especificidade do DP antecedente do objeto anafórico. Por fim, procurar apontar qual das propostas teria mais êxito ao explicar a alternância entre objetos nulos e pronomes plenos no português brasileiro.

A estrutura denominada “elipse de VP” também foi submetida à análise do mesmo condicionamento semântico-pragmático que guia o emprego de objetos nulos. A intenção foi a de investigar-se a aplicabilidade desse condicionamento a essa outra forma de elipse encontrada no português brasileiro, já que a tradição dos estudos parece ter estabelecido que, por terem estruturas sintáticas diferentes, essas construções seriam também semântica e pragmaticamente distintas.

No capítulo 2, fez-se uma síntese de importantes teorias e suas diferentes interpretações a respeito do objeto nulo. Iniciou-se pelo trabalho de Huang (1984), que analisa, a partir do chinês, o estatuto sintático das categorias vazias. O autor trata do objeto nulo no chinês, estabelecendo comparações com esse fenômeno em outras línguas, entre elas, o português. Buscou-se, também, a pesquisa de Raposo (1986) por tratar-se de um destacado estudo voltado ao português. Galves (1989) e Kato (2001), com posições diversas das de Huang (1984) e Raposo (1986), fazem uma defesa da hipótese de ser o objeto nulo no português brasileiro um elemento pronominal (pro). Huang atribui-lhe o estatuto sintático de “variável”, assim como Raposo (1986). Todos esses autores priorizam, em seus trabalhos, o aspecto sintático da categoria vazia em posição de objeto.

Nesta dissertação, procedeu-se à comparação das hipóteses de Cyrino (1997) e de Menuzzi e Creus (2004) a respeito dos objetos nulos no português brasileiro. Cyrino (1997) caracteriza sintaticamente essa categoria vazia como uma elipse nominal em Forma Fonética com reconstrução de seu antecedente em Forma Lógica. Já Menuzzi e Creus (2004), com sua teoria baseada em gênero semântico,

sugerem que esta teoria é mais compatível com a análise do objeto nulo como tendo o estatuto sintático de *pro*, na mesma linha de Galves (1989) e Kato (2001). Os autores partem do princípio de que, se estiverem corretos ao afirmar que o gênero semântico do antecedente – um traço ϕ – é o fator determinante para a distinção entre objetos nulos e pronomes plenos, seria coerente estabelecer-se que os objetos nulos são um tipo de elemento pronominal. Isso porque a distinção que encontram para objetos nulos e pronomes plenos é a mesma que se observa, por exemplo, nos pronomes possessivos **seu** e **dele/dela**.

Schwenter e Silva (2002), de forma distinta, contribuíram com o tema estudando os aspectos semântico-pragmáticos do DP antecedente do objeto direto anafórico. Observando que as pesquisas anteriores não privilegiavam tal aspecto do fenômeno, os autores direcionaram seu trabalho nesse sentido. Fazendo uma análise dos traços do DP antecedente, Schwenter e Silva concluem que o traço [-animado] é o responsável principal pelo emprego de objetos nulos em português brasileiro, sendo que a especificidade parece atuar somente como um filtro secundário sobre os antecedentes [+animados].

Menuzzi e Creus (2004), embora de um ângulo diferente, aproximam-se bastante da predição de Schwenter e Silva. Atribuindo ao gênero semântico a responsabilidade pela distribuição de objetos nulos e pronomes plenos na retomada anafórica do objeto direto, Menuzzi e Creus (2004) postulam que o objeto nulo é condicionado pelo traço [-gênero semântico] do DP antecedente. Como gênero semântico só pode ser atribuído a nomes [+animados], os antecedentes sem gênero semântico – consequentemente [-animados] – são retomados por objetos nulos. Para os DPs antecedentes com gênero semântico identificável (+animados), os pronomes plenos são a principal opção de retomada anafórica, segundo Menuzzi e Creus (2004).

A partir do capítulo 3, passou-se a trabalhar com as propostas de Cyrino (1997) e de Menuzzi e Creus (2004) a respeito do objeto nulo no português brasileiro. Dedicou-se todo o capítulo a expor, detalhadamente, as predições das duas teorias. Como visto, Cyrino (1997) defende os traços de animacidade e especificidade do DP antecedente como fatores decisivos para o emprego do objeto nulo ou do pronome pleno no português brasileiro. Menuzzi e Creus (2004), por sua vez, acreditam ser o gênero semântico capaz de sobrepor-se a esses dois traços,

reduzindo, dessa forma, a análise do DP a apenas um fator.

O capítulo 4 foi dedicado a esclarecer a metodologia usada na pesquisa de *corpus*, a fim de que os procedimentos que levaram aos números finais fossem descritos com toda a clareza possível. Espera-se ter alcançado essa nitidez

No capítulo 5, procedeu-se à análise dos dados coletados e à discussão dos resultados. Procurou-se fazer uma comparação sistemática das hipóteses de Cyrino (1997) e de Menuzzi e Creus (2004) com relação aos resultados obtidos. Tabelas e gráficos foram utilizados para tentar proporcionar uma melhor observação dos números. Verificou-se que as duas propostas alcançam percentuais semelhantes com relação ao emprego do objeto nulo ou do pronome pleno no português brasileiro. Resumidamente, os antecedentes com o traço semântico [+animado] favorecem o emprego de pronomes plenos, enquanto os [-animados] dão preferência à categoria vazia em posição de objeto. O mesmo foi observado quando a classificação dos DPs antecedentes foi feita de acordo com o gênero semântico: os DPs com gênero semântico identificável (consequentemente, + animados) retomam o objeto por meio de um pronome, enquanto os sem gênero semântico identificável privilegiam o objeto nulo como forma de retomada anafórica.

Portanto pode-se dizer que, empiricamente, as duas teorias se equivalem com relação à distinção básica “animados vs. inanimados” e “gênero semântico identificável vs. gênero semântico não identificável”. As questões envolvendo a interação dos traços [+animado, -específico] mantiveram-se em aberto, já que o número reduzido de ocorrências encontradas no *corpus* não permitiu que se chegasse a uma conclusão.

Ainda no capítulo 5, foi feita uma análise a respeito da estrutura denominada “elipse de VP” a partir dos mesmos traços semântico-pragmáticos utilizados para a discussão do objeto nulo. Os números sugerem uma semelhança entre os condicionantes desses dois fenômenos. Tem-se consciência de que esses resultados constituem-se apenas em um indicativo, e que o assunto requer estudos mais aprofundados. Apesar disso, deve-se enfatizar que os resultados apontam que, mesmo que tenham origem sintática diferente, objeto nulo e elipse de VP podem ser construções condicionadas pelos mesmos fatores semântico-pragmáticos. Caso viesse a ser confirmado, esse seria um resultado muito interessante do ponto de vista teórico.

Algumas observações foram feitas sobre as hipóteses de Cyrino (1997) e de Menuzzi e Creus (2004). Na predição de Cyrino (1997), o traço de especificidade – acredita-se que em função de haver divergências conceituais entre os teóricos – parece sujeitar a classificação do DP antecedente a certo grau de indeterminação, como ficou demonstrado na comparação dos dados feita entre o *corpus* original dessa autora e aquele reconstituído nesta dissertação. No que diz respeito à proposta do gênero semântico, de Menuzzi e Creus (2004), o problema se evidencia nos DPs antecedentes com os traços [+animado], [masculino], [plural], como exposto e exemplificado no item 5.1.1.

Assim, espera-se ter acrescentado argumentos e dados que possam contribuir com o desenvolvimento da pesquisa sobre os objetos nulos no português brasileiro, reafirmando-se aspectos já consolidados, como a importância do traço da animacidade do DP antecedente, e evidenciando-se pontos que ainda carecem de esclarecimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. **Gramática Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro. Lucerna, 2006.
- BIANCHI, V. E.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. On some properties of agreement-object in italian and brazilian portuguese. In: MAZZOLA, M. **Issues and theory in romance languages XXIII**. Washington, DC: Georgetown University Press, 1994.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Princípios de Linguística Geral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dispersos de J. Mattoso Camara Jr**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Problemas da Linguística Descritiva**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 43. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CANÇADO, Márcia. **Manual de Semântica: noções básicas e exercícios**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
- CASAGRANDE, Sabrina. A aquisição de clíticos acusativos e o objeto nulo no PB. **Revista de Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 341-370, jun./dez. 2006.
- CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHOMSKY, Noam. **Lectures on Government and Binding: the Pisa Lectures**. Foris Publications, Dordrecht, Holland/Cinnaminson, USA, 1982.
- CINTRA, Geraldo. A Flexão Nominal em Mattoso Câmara e outras análises. **USP. DELTA**, São Paulo, v. 20, nesp, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502004000300008>>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- COMRIE, Bernard. **Language Universals and Linguistic Typology**. 1981. Basil Blackwell Publisher Limited, Oxford, England.

CYRINO, S. M. L. Observações sobre a Mudança Diacrônica no Português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: KATO, Mary A.; ROBERTS, Ian. (Org.). **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 163-185.

CYRINO, S. M. L. **O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico**, Londrina: Editora da UEL, 1997. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/iel/site/docentes/cyrino/Publications.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

CYRINO, S. M. L.; DUARTE, M.E.L.; KATO, M. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, Esmeralda Vailati (Org.). **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter Frankfurt & Madrid**. Vervuert-Iberoamericana, 2000. p. 55-73.

CYRINO, S. M. L. **The Null Object in Brazilian Portuguese**. 2000. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/site/docentes/cyrino/Publications.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CYRINO, S. M. L. O Objeto Nulo no Português do Brasil e no Português de Portugal. **Boletim da ABRALIN**, v. 25, p. 173-181, 2001.

CYRINO, S. M. L.; REICH, U. Uma visão integrada do objeto nulo no português brasileiro. In: GRUYTER, Walter. **Romanistisches Jahrbuch**. Berlim/Nova Iorque, 2002. p. 360-386.

CYRINO, S. M. L. Para a história do português brasileiro: a presença do objeto nulo e a ausência de clíticos. **Letras de Hoje**, v. 38, n. 1, p. 31-47, 2003. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/iel/site/docentes/cyrino/Publications.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CYRINO, S. M. L. Algumas questões sobre a elipse de VP e objeto nulo em PB e PE". In: GUEDES, M.; BERLINCK, R. de A.; MURAKAWA, C. de A. A. (Org.). **Teoria e Análise Linguísticas: novas trilhas**. Araraquara, SP: Laboratório Editorial FCL/UNESP, 2006. p. 53-79.

CYRINO, S. M. L. **Pesquisa** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <vera.pivetta@gmail.com> em 14 abr. 2014.

CYRINO, S. M. L. **Pesquisa** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <vera.pivetta@gmail.com> em 23 abr. 2014.

CYRINO, S. M. L. **Pesquisa** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <vera.pivetta@gmail.com> em 19 set. 2014.

CYRINO, S. M. L. **Pesquisa** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <vera.pivetta@gmail.com> em 25 nov. 2014.

DIAS GOMES, Alfredo de Freitas. **O Pagador de Promessas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, [19??]. (Coleção Prestígio; v. 1391).

DUARTE, M. E. L. **A Perda do Princípio “Evite Pronome” no Português Brasileiro**. 1995. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1993. p. 107-128.

DUARTE, M. E. L. Clítico Acusativo, Pronome Lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, Fernando (Ed.). **Fotografias Sociolinguísticas**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1989. p. 19-34.

ENÇ, Mürvet. The Semantics of Specificity. **Linguistic Inquiry**, v. 22, n. 1, p. 1-25, winter, 1991. Massachusetts: The Mit Press, 1991. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4178706>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

FALABELLA, Miguel. **No coração do Brasil**. Facebook. Mensagem enviada por Luís Francisco Wasilewski. Postado em: 18 abr. 2015 às 13:30. Disponível em: <<http://www.facebook.com/login.php?email=vera.pivetta@gmail.com>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

FARRELL, Patrick. Null Objects in Brazilian Portuguese. **Natural Language and Linguistic Theory**, v. 8, p. 325-346, 1990. Kluwer Academic Publishers. Printed in Netherlands.

FERREIRA, M. B. **Argumentos Nulos em Português Brasileiro**. 2000. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000239589>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

FIENGO, R.; MAY, R. **Indices and identity**. The MIT Press Massachusetts Institute of Technology. Cambridge, Massachusetts, 1994. Linguistic Inquiry Monograph Twenty-Four.

FIGUEIREDO, Cristina. **Objeto Nulo: uma Restrição Temática**. Disponível em: <<http://www.gelne.org.br/Site/arquivostrab/1095-OBJETO%20NULO.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

GALVES, Charlotte. O Objeto Nulo no Português Brasileiro: Percurso de uma Pesquisa. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 17, p. 65-90, jul./dez. 1989.

GALVES, Charlotte. **Ensaio sobre as Gramáticas do Português**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.

GALVES, Charlotte. O Enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.). **Português Brasileiro: uma Viagem Diacrônica**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: an introduction**. Amsterdam/Philadelphia: Ed. John Benjamins Publishing Company, 2001. v. 1.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: a functional typological introduction**. Amsterdam: John Benjamins, 1990. v. 2.

GUARNIERI, Gianfrancesco. **Um Grito Parado no Ar**. São Paulo, SP: Botequim, 1973.

HAEGEMAN, L. M. V. **Introduction to Government and Binding Theory**. Oxford, UK: Blackwell Publishers, 1993.

HUANG, C. T. J. On the distribution and reference of empty pronouns. **Linguistic Inquiry**, v. 15, n. 4, p. 531-574, 1984.

HUANG, C. T. J. Remarks on the Status of the Null Object. In: Freiden, R. (Ed). **Principles and Parameters in Comparative Grammar**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1991. p. 56-76.

IHSANE, T.; PUSKÁS, G. Specific is not Definite. In: **GG@G Generative Grammar in Geneva 2001**. Volume 2, p. 39-54.

KATO, Mary Aizawa. Null Objects, Resumptives and VP-Ellipsis in European and Brazilian Portuguese. In: QUER, J. et al. (Org.). **Romance languages and linguistic theory**. Amsterdam: John Benjamins, 2001. v. p. 131-153.

KATO, Mary Aizawa. The distribution of Pronouns and Null Elements in Object Position in Brazilian Portuguese (1991). Publicado em 1993, Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science. General editor E. F. Konrad Koerner (University of Ottawa) series IV – **Current issues in Linguistic Theory**, vol. 103. Linguistic Perspectives on Romance Languages.

KEHDI, Valter. **Morfemas do Português**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2007.

LAGE, A. C. **O traço de animacidade**. 2010. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/33.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

LOPES, R.E.V.; CYRINO, S. M. L. Evidence for a cue-based theory of language change and language acquisition: The null object in Brazilian Portuguese. In: GEERTS, Twan; JACOBS, Haike (Ed.). **Romance Languages and Linguistic Theory**. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p. 343-359.

LYONS, John. **Introdução à Língua Teórica**. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1979.

MATOS, G.; CYRINO, S. Elipse de VP no Português Europeu e no Português Brasileiro. **Boletim da Abralín** 26, número especial, p. 386-390, 2001.

MATOS, G. **Construções de Elipse do Predicado em Português – SV Nulo e Despojamento**. Dissertação de Doutorado. Universidade de Lisboa, 1992.

MENUZZI, S.; CREUS, Susana. Sobre o Papel do Gênero Semântico na Alternância entre Objetos Nulos e Pronomes Plenos em Português Brasileiro. **Revista da ABRALIN**, 2004.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo Silva; LOPES, Ruth Elisabeth Vasconcellos. **Novo Manual de Sintaxe**. 4. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2010.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A Gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

NUNES, J. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: KATO, M. A.; ROBERTS, I. (Org.). **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 207-222.

RAPOSO, Eduardo P. Objectos Nulos e CLLD: uma teoria unificada. **Revista da Abralín**, vol. 3, n. 1-2, p. 41-73, jul./dez. 2004.

RAPOSO, Eduardo P. On the null object in european portuguese. In: JAEGGLI, O.; SILVA-CORVALÁN, C. (Ed.). **Studies in Romance Linguistics**. Foris, Dordrecht, 1986. p. 373-390.

RAPOSO, Eduardo P. Teoria da Gramática. **A Faculdade da Linguagem**. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1992.

REBÊLO, Marques. **Rua Alegre, 12**. Curitiba: Guaíra, 1940.

ROSS, John Robert. **Constraints on variables in syntax**. 1967. Massachusetts Institute of Technology. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1721.1/15166>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

SEDIGHI, A. **Animacy: the overlooked feature in persian**. In: ANUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN LINGUISTIC ASSOCIATION (CLA, 2004), May 29-31, Winnipeg, University of Manitoba. **Proceedings**, 2005. Disponível em: <<http://homes.chass.utoronto.ca/~cla-acl/actes2004/Sedighi-CLA-2004.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

SCHWENTER, S. A.; SILVA, G. Anaphoric Direct Objects in Spoken Brazilian Portuguese: Semantics and Pragmatics. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana**, v. 1, n. 2, out. 2003. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41678773>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

SCHWENTER, S. A. Null Objects across South America. In: FACE, T. L.; KLEC, Carol A. 8TH HISPANIC LINGUISTICS SYMPOSIUM. **Select Proceedings**. Somerville, MA: Cascadia Proceedings Project, 2006.

SCHWENTER, S. A.; SILVA, G. 2002. Overt x Null Direct Object in Spoken Brazilian Portuguese: A Semantic/Pragmatic Account. **Source: Hispania**, v. 85, n. 3, special portuguese issue. p. 577-586, Sept. 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4141147>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

ANEXO A

Corpus: No Coração do Brasil, Miguel Falabella; O Pagador de Promessas, Dias Gomes; Rua Alegre, 12, Marques Rebêlo; Um Grito Parado no Ar, Gianfrancesco Guarnieri.

Objetos nulos

No Coração do Brasil, Miguel Falabella

continue ____	a leitura	-a+e-gs
conta ____ pra gente	a história	-a+e-gs
pra limpar ____ depois	as cadeiras	-a+e-gs
esperando ____ no cais	o navio	-a+e-gs
repete ____ todo ano	o supletivo	-a+e-gs
que faz ____	essas coisas	-a+e-gs
se você toma ____	esse chá	-a+e-gs
é fazer ____ com talo de mamona	essas coisas	-a+e-gs
nem viu ____	o futuro	-a+e-gs
deixa eu ver ____	a cara	-a+e-gs
diz ____ com vontade	“eu te amo”	-a+e-gs
se pega alguém, cega ____	alguém	+a-e-gs
engessar	o braço	-a-e-gs
mas não vou fazer ____ não	esse papel	-a+e-gs
não vou contar ____	aquilo	-a+e-gs
hora de entregar ____	a prova	-a+e-gs
mas na hora não ouvi ____	o masculino de ovelha	-a+e-gs
que eu vou ter ____	o filho	+a+e-gs
que diz que a gente põe ____ no dente	remédio	-a+e-gs
que ia ter ____	a criança	+a+e-gs
se a gente não ajudasse ____	D. Irene	+a+e+gs
eu adoro ____	filme de gladiador	-a+e-gs

fala ____	quantos aninhos	-a+e-gs
o Gabriel trouxe ____ pra mim	o livro	-a+e-gs
acabei vendendo ____	o fogão	-a+e-gs
que limpe ____ depois	o clube	-a+e-gs
esqueci ____	o nome da aranha	-a+e-gs
olhando ____ na rua	o seu cabelo	-a+e-gs
e vê ____	o presente	-a+e-gs
achei ____ numa livraria	o presente	-a+e-gs
então dá ____ pra D. Irene	o livro	-a+e-gs
trouxe ____ pra mim	o livro	-a+e-gs
se eu já tivesse conhecido ____	Paris	-a+e-gs
enrolar ____	o cabelo	-a+e-gs
<u>O Pagador de Promessas</u> , Dias Gomes		
ter botado ____	almofadinhas	-a-e-gs
não usou ____	almofadinhas	-a-e-gs
podem roubar ____	a cruz	-a+e-gs
tenho que levar ____	a cruz	-a+e-gs
não, vamos resolver ____	isso	-a+e-gs
por que não pediu ____	esse dinheiro	-a+e-gs
e você dava ____?	Esse dinheiro	-a+e-gs
eu lhe conto ____	as coisas	-a+e-gs
que precise pagar ____ adiantado	o hotel	-a+e-gs
agora percebo ____	a cruz	-a+e-gs
não pergunta ____ a ele?	a razão disso	-a+e-gs
tem que pagar ____	o preço	-a-e-gs
pago ____ daqui a pouco	o abará	-a+e-gs
abra ____ um instante	a porta	-a+e-gs
o meu jornal vai promover ____	isso	-a+e-gs
pode bater ____	a chapa	-a+e-gs

ele não vê ____	a marca	-a-e-gs
e a santa recebe ____	a cruz	-a+e-gs
lansan está lá para receber ____	a cruz	-a+e-gs
será que vão publicar ____ mesmo?	o meu retrato	-a+e-gs
eu escrevo ____	um abecê	-a+e-gs
por que não quer ____	o abecê	-a+e-gs
não quero ____	o abecê	-a+e-gs
garanto que basta anunciar ____	o abecê	-a+e-gs
vou levar ____ pra minha mulher	o retrato	-a+e-gs
não joguem fora ____	o jornal	-a+e-gs
quero levar ____	o jornal	-a+e-gs
renega ou não renega ____	a promessa	-a+e-gs
não tenho ____ ainda	as cem pratas	-a+e-gs
eu lhe dou ____	as cem pratas	-a+e-gs
a gente inventa ____	umas coisas dele	-a+e-gs
a senhora não quer ____	cachorro-quente	-a+e-gs
você não vê ____	o perigo	-a+e-gs
você não sente ____	o perigo	-a+e-gs
você não respira ____	o perigo	-a+e-gs
tenho ____ não	carteira de ident.	-a+e-gs
<u>Rua Alegre, 12, Marques Rebêlo</u>		
que ela me pediu ____	a "Vida Doméstica"	-a+e-gs
ela que compre ____	a "Vida Doméstica"	-a+e-gs
tem que pagar ____	2 mil réis	-a+e-gs
não aguento mais ____	o calor	-a+e-gs
que eu vi ____	o anúncio	-a+e-gs
estudei muito ____	o negócio	-a+e-gs
por que é que o Lopes largou ____	o negócio	-a+e-gs
não quero experimentar ____	o teu coração	-a+e-gs

arranja-se ____	uma desculpa	-a-e-gs
que eu não vi ____	seu assanhamento	-a+e-gs
não percam ____	a fita da Marlene	-a+e-gs
Arlete já viu ____	a fita da Marlene	-a+e-gs
é bom falar quando não se tem ____	filhos	+a-e-gs
o Barbosa já tomou ____	chá de jurubeba	-a+e-gs
é preciso aproveitar ____	a vida	-a-e-gs
depois que ele começar ____	o jogo	-a+e-gs
eu vou fazer ____ logo	o chá	-a+e-gs
vamos começar ____	o jogo	-a+e-gs
por isso é que não ganha ____	o jogo	-a+e-gs
se duque valesse, já tinha ganho ____	o duque	-a+e-gs
marquei ____	o 52	-a+e-gs
eu não aguento ____	pose	-a-e-gs
não chamamos ____	o Dr. Pires	+a+e+gs
não se nota ____	o defeito	-a+e-gs
cerque ____	o palpite	-a+e-gs
namorei ____	o Barbosa	+a+e+gs
eu mesma faço ____	um chazinho	-a-e-gs
nunca vi ____	outra	+a-e+gs
depois você me dá ____	os recibos	-a+e-gs
D. Luíza já me deu ____	dinheiro	-a+e-gs
<u>Um Grito Parado no Ar</u> , Gianfrancesco Guarnieri		
não tenho mais ____	voz	-a+e-gs
é melhor não forçar ____	a voz	-a+e-gs
disse que o senhor não pagou ____	a cx de luz	-a+e-gs
pode deixar que eu vou chamar ____	a Narinha	+a+e+gs
usar aonde ____	esse efeito	-a+e-gs
nem descarregaram ____	o tapete	-a+e-gs

levaram ____ de volta	o tapete	-a+e-gs
todo mundo quer receber ____	o pagamento	-a+e-gs
mas ele sempre fez ____ a prazo pra mim	tijolinho	-a-e-gs
não precisa saber ____ de cor	o texto	-a+e-gs
estou atrapalhando ____	o ensaio	-a+e-gs
ensina educação para quem não tem ____	educação	-a-e-gs
minha casa tem ____	nome de santo	-a+e-gs
não encontra ____	uma fuga	-a-e-gs
como eles só veem ____	o personagem	-a-e-gs
tava discutindo ____ comigo ontem	o personagem	-a+e-gs
a gente pode pôr ____	tudo isso	-a+e-gs
não dá mais pra compensá ____	o cheque	-a+e-gs
o cara vai sacar ____ de novo	o cheque	-a+e-gs
que eles tenham ido descontar ____	o cheque	-a+e-gs
tem de resolver ____	os problemas	-a+e-gs
põe lá ____	aquela entrevista	-a+e-gs
você providencia ____	o resto	-a+e-gs
ah, você trouxe ____	o formicida	-a+e-gs
vamos reconhecer ____	tudo	-a-e-gs
mas não dava pra chamar ____ de Rafael	Augusto	+a+e+gs
levaram ____ mesmo	os refletores	-a+e-gs
vejo ____ pouco	meu pai	+a+e+gs
e levo ____ muito a sério	o laboratório	-a+e-gs
não quero ____	isso	-a-e-gs
compare ____ e faça o preço	a mercadoria	-a+e-gs
consegui desengatá ____	a locomotiva	-a+e-gs
segura ____	o Augusto	+a+e+gs
deixa que eu vou vê ____	o fusível	-a+e-gs

Pronomes clíticosNo Coração do Brasil, Miguel Falabella

foi surpreendida pelo muro que a impediu	a mãe	+a+e+gs
Pai, perdoai-os	os pecadores	+a-e-gs
eu vou esbofeteá-lo	Nilson	+a+e+gs

O Pagador de Promessas, Dias Gomes

e como a trouxe?	a cruz	-a+e-gs
para salvá-los	os burros	+a-e-gs
fizesse-a então numa igreja	a promessa	-a+e-gs
que não as possuem	as terras	-a-e-gs
dividi-las	as terras	-a-e-gs
para vê-lo passar	Zé-do-Burro	+a+e+gs
levá-lo preso	Zé-do-Burro	+a+e+gs
é mantê-lo aqui	Zé-do-Burro	+a+e+gs
eu o conselho	Zé-do-Burro	+a+e+gs
o povo o olha com admiração	Zé-do-Burro	+a+e+gs
mas o vigário expulsa-o	Zé-do-Burro	+a+e+gs
eu o liberto	Zé-do-Burro	+a+e+gs
muitos o seguiriam	Zé-do-Burro	+a+e+gs
como já o seguiram	Zé-do-Burro	+a+e+gs
se o vigário não o deixar	Zé-do-Burro	+a+e+gs
é mais difícil combatê-las	as bruxas	+a-e+gs
para salvá-lo	Zé-do-Burro	+a+e+gs

Rua Alegre, 12, Marques Rebêlo

viemos incomodá-lo	Alfredo	+a+e+gs
em pô-la	D. Lurdes	+a+e+gs
via-a nascer	Luíza	+a+e+gs
via-a crescer	Luíza	+a+e+gs
colhê-lo	fruto	-a+e-gs

por que não abandoná-la?	Juraci	+a+e+gs
seguia-o?	Alfredo	+a+e+gs
medo de perdê-lo?	Alfredo	+a+e+gs
amo-o muito	Alfredo	+a+e+gs
perdendo-o	Alfredo	+a+e+gs
medo de perdê-lo	Alfredo	+a+e+gs
Deus há de ouvi-la	Lurdes	+a+e+gs
que eu nunca os quis ter	filhos	+a-e-gs
diabos os fez	amigos	+a-e-gs
é preciso defendê-lo	um nome	-a+e-gs
obrigou-o	Cazuza	+a+e+gs
deixá-lo em banho-maria	o chá de Alfredo	-a+e-gs
para não excitá-lo mais	o pai Alfredo	+a+e+gs
é ajeitá-lo	Barbosa	+a+e+gs
adulá-lo	Barbosa	+a+e+gs
ampará-los	essa gente	+a+e-gs
li-a	a carta	-a+e-gs
reli-a	a carta	-a+e-gs
sei-a talvez de cor ainda	a carta	-a+e-gs
a Clotilde achou-o bonito	o tinhorão	-a+e-gs
deixá-lo lá	o tinhorão	-a+e-gs
comprá-la	a casa	-a+e-gs
reformá-la	a casa	-a+e-gs
guarde-os	os recibos	-a+e-gs
nunca os esqueceremos	a família Alfredo	+a+e-gs
<u>Um Grito Parado no Ar</u> , Gianfrancesco Guarnieri		
mas se não fazê-lo	teatro	-a-e-gs

Pronomes plenos

No Coração do Brasil, Miguel Falabella

tu aceitou ele de volta?	o marido da Neiva	+a+e+gs
--------------------------	-------------------	---------

esmagando ela	a aranha	+a+e-gs
---------------	----------	---------

O Pagador de Promessas, Dias Gomes

eu conheço ele	o padre	+a+e+gs
----------------	---------	---------

podia era largar ela	Rosa	+a+e+gs
----------------------	------	---------

eu levo ele lá	Zé-do-Burro	+a+e+gs
----------------	-------------	---------

deixe ele em paz	Bonitão	+a+e+gs
------------------	---------	---------

pra pôr ele à prova	Zé-do-Burro	+a+e+gs
---------------------	-------------	---------

conhecesse ela melhor do que eu	Rosa	+a+e+gs
---------------------------------	------	---------

“guardava” ele por uns dias...	Zé do Burro	+a+e+gs
--------------------------------	-------------	---------

porque eu conheço ele	Zé-do-Burro	+a+e+gs
-----------------------	-------------	---------

quando viu ele	M. Otaviano	+a+e+gs
----------------	-------------	---------

o padre quer humilhar ele	Zé-do-Burro	+a+e+gs
---------------------------	-------------	---------

e já quiseram até prender ele	Zé-do-Burro	+a+e+gs
-------------------------------	-------------	---------

denunciou ele à polícia	Zé-do-Burro	+a+e+gs
-------------------------	-------------	---------

estão querendo levar ele preso	Zé-do-Burro	+a+e+gs
--------------------------------	-------------	---------

nós aguentamos eles	os policiais	+a+e+gs
---------------------	--------------	---------

ele leva ela	a cruz	-a+e-gs
--------------	--------	---------

Rua Alegre, 12, Marques Rebêlo

vou aborrecer eles	a filha, o namorado	+a+e-gs
--------------------	---------------------	---------

Um Grito Parado no Ar, Gianfrancesco Guarnieri

despacha ele	o electricista	+a+e+gs
--------------	----------------	---------

manda ele	o electricista	+a+e+gs
-----------	----------------	---------

vai chamar ela pra mim	a Narinha	+a+e+gs
------------------------	-----------	---------

segura ele	o bandeirinha	+a+e+gs
------------	---------------	---------

é que não contrataram ela	Nara	+a+e+gs
---------------------------	------	---------

pra soltá ela	a locomotiva	-a+e-gs
---------------	--------------	---------

eu pego ele	Fernando	+a+e+gs
-------------	----------	---------

está machucando ele

Augusto

+a+e+gs

Outros

No Coração do Brasil, Miguel Falabella

eu não quero ver outra vez

e você não estava escutando

eu não estava escutando

coçar o pé e escutar

para contar

não pode comer

quando eu resolvi deixar

e se quiser tirar

o Gabriel me trouxe

eu vou ler

O Paqador de Promessas, Dias Gomes

você não aceitou o dinheiro dela, aceitou

ouvi

podem ler

pode botar o diabo no meu corpo, como botou

leia

ganho eu

Rua Alegre, 12, Marques Rebêlo

estou ouvindo

não tinha visto

leu

ouves

cala a boca, monstro, cala

não ouve

Um Grito Parado no Ar, Gianfrancesco Guarnieri

enterrei-os em floridos campo

ah, eu já ouvi